

Carolina Marotta Capanema

**A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno
e a obra de Alberto José de Sampaio**



**Belo Horizonte
2006**

Carolina Marotta Capanema

**A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno
e a obra de Alberto José de Sampaio**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Horta Duarte

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG
2006

Dedico à minha avó, que me encanta com suas *Histórias*.

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de elaboração desse estudo contei com o apoio e o auxílio de diversas pessoas.

Agradeço à orientação da Professora Regina Horta Duarte, que depositou confiança em meu trabalho desde a graduação. Exemplo de profissionalismo e seriedade no ofício do historiador. À Professora Eliana de Freitas Dutra, coordenadora do projeto *Coleção Brasileira* onde essa pesquisa começou, pela leitura atenta e as valiosas contribuições ao trabalho na ocasião do meu exame de qualificação.

Ao Professor Bernardo Machado Gontijo, pelo apoio ao projeto desde o início de sua maturação, pela introdução ao tema da bio/fitogeografia, sem a qual não teria sido possível me arriscar no assunto, pelas indicações bibliográficas e pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos funcionários da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Maria José, Regina Dantas e, especialmente, a Sílvia Moura, pela generosa acolhida e auxílio prestimoso na pesquisa da documentação pessoal de Alberto Sampaio.

Aos funcionários da Biblioteca do Museu Nacional, pelo acesso às cópias de todos os documentos necessários.

Aos funcionários das bibliotecas da UFMG.

À UFMG, pela oportunidade de um ensino público e de qualidade desde a graduação, e ao CNPq pelo financiamento do meu primeiro ano de pesquisa.

Aos colegas e amigos de curso, Ana Carolina Vimieiro, Edmar Silva, Marisa, Dilhermando e Sílvia Pinho, pelas agradáveis conversas, trocas de experiências e apoio nos momentos difíceis.

Às minhas queridas amigas e companheiras fiéis nesse percurso, Alessandra Soares, Camila Jácome, Deyse Marinho e Priscila Dorella.

Às amigas de sempre, Ana Cláudia, Dani, Patrícia e Renata, pelos momentos de relaxamento e pelo apoio e amizade que me dedicam há tantos anos.

À Paty e ao Marco Paulo, pelos agradáveis dias (e noites) no Rio de Janeiro.

À minha irmã, Juliana, e aos meus irmãos, Cadu e Gustavo, que mesmo não gostando de compartilhar o computador comigo durante o período não deixaram de me dar apoio.

À minha mãe e ao meu pai, pela força e apoio irrestrito para que eu pudesse me dedicar ao mestrado sem outras grandes preocupações. À minha mãe, também pela paciência em me aturar durante todo o processo e ao meu pai por compreender minhas ausências de Ouro Branco.

Ao Pão, presença essencial na minha vida, agradeço pelo amor, pela alegria da convivência e pelo apoio incondicional e decisivo nos momentos mais importantes.

*“O conhecimento do caráter da Natureza, das diversas regiões, está relacionado com a História da Humanidade e intimamente ligado à sua Civilização”
Alexander von Humboldt.*

RESUMO

O trabalho consiste em uma análise da obra e prática científica do botânico Alberto José de Sampaio (1881-1946) entre os anos de 1909 e 1944, em suas relações com projetos nacionalistas de formação de um Brasil Moderno no período. O estudo buscou verificar como o referido cientista instituiu a natureza como principal instrumento de construção de um projeto de nação. A dissertação tem como objetivo refletir sobre como Alberto Sampaio, mediante seus conhecimentos científicos sobre botânica e fitogeografia, elaborou uma teoria sobre a sociedade brasileira, em que o estabelecimento de novas relações entre o homem e a natureza seriam responsáveis pela construção de um país desenvolvido econômica e socialmente. No trabalho foram pesquisados livros e artigos publicados pelo botânico em periódicos científicos, revistas de divulgação científica, entre outros, além da vasta documentação constante em seu arquivo pessoal sob a guarda do Museu Nacional do Rio de Janeiro, local onde construiu sua carreira profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Alberto José de Sampaio; Proteção à Natureza; Nacionalismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Quadro das excursões realizadas por Alberto José de Sampaio entre 1905 e 1940.....	150
FIGURA 2: Mapa fitogeográfico da vegetação brasileira - Divisão florística de Martius.....	151
FIGURA 3: Mapa fitogeográfico do Brasil segundo Alberto José de Sampaio.....	152
FIGURA 4: Fotografia de Alberto José de Sampaio (sem data).....	153
FIGURA 5: Fotografia de Alberto Sampaio no Congresso Internacional de Geografia de Paris, setembro de 1931.....	153
FIGURA 6: Foto do Club de Atividades Rurais. Escola Aníbal Falcão.....	154
FIGURA 7: Foto da “Hora da Natureza” promovida pela Escola Aníbal Falcão.....	154
FIGURA 8: Foto do encerramento do Curso das Professoras de Escolas Regionais. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (sem data).....	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
A nação em foco: representações sobre natureza, território e sociedade e a formação da sociabilidade científica de Alberto Sampaio.....	14
O cientista em seu tempo: a formação da sociabilidade científica.....	20
CAPÍTULO 2	
Alberto Sampaio e a fitogeografia: em defesa da conservação das “fontes da vida” no Brasil.....	45
CAPÍTULO 3	
O sertão como <i>locus</i> de uma nova relação entre o homem e a natureza.....	75
CAPÍTULO 4	
Educar o povo para formar a nação.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
FONTES	141
ANEXO I	150
ANEXO II	151
ANEXO III	153

INTRODUÇÃO

“a História, como experiência, é uma professora refinada, mas apenas se mantivermos em mente como o passado é diferente do presente”
Shawn William Miller¹

Nossa proposta de estudo incide sobre a análise da obra e prática científica do botânico fluminense Alberto José de Sampaio (1881-1946), buscando verificar sua contribuição nas discussões acerca do papel da natureza no processo de formação da nação brasileira nas primeiras décadas do século XX.

As origens de nosso estudo remetem ao trabalho de iniciação científica desenvolvido no curso de graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, junto ao projeto coletivo *Coleção Brasileira: escritos e leituras da nação 1931-1941*². Em contato com a obra de Alberto Sampaio, que teve seus três livros editados pela “Coleção Brasileira”, desenvolvemos a monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História, intitulada *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza: práticas conservacionistas na década de 30*³.

Mediante a análise das questões discutidas naquele certame, no qual Sampaio atuou como organizador, relator-geral e expositor, naquela ocasião buscamos compreender a constituição de práticas conservacionistas no período, bem como os objetivos que permearam a realização da *Conferência* e os pressupostos do programa de proteção à natureza elaborado por Alberto Sampaio e seus contemporâneos.

Em um primeiro contato com a obra do botânico, nos surpreendemos diante de sua aparente “atualidade” em relação a uma questão tão eminente nos dias atuais: a discussão

¹ MILLER, Shawn William. *Fruitless trees – portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2000. Citado por DUARTE, 2005, p.151.

² O projeto criado em 2002 sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Eliana Regina Dutra de Freitas, vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, conta com a participação de professores e alunos do Departamento de História, sendo composto por projetos integrados, como aquele dirigido pela Prof^a. Dr^a. Regina Horta Duarte, intitulado *Nação, Natureza e Território: Cândido de Mello Leitão e a biologia no Brasil*, ao qual estive vinculada como bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG entre 2002 e 2003. Uma referência ao projeto editorial da “Coleção Brasileira” encontra-se no primeiro capítulo.

³ Ver CAPANEMA, 2003.

acerca da proteção ambiental. Contudo, ao aprofundarmos a análise de seu programa de proteção à natureza, percebemos que suas orientações eram bastante específicas e relacionadas a um contexto mais amplo de construção da nação brasileira, apesar de suas propostas de conservação/preservação natural serem, muitas vezes, similares às estabelecidas atualmente.

Nesses termos, nos alinhamos à perspectiva teórica de MILLER⁴, que acredita que os processos históricos devem ser apreendidos em seu contexto específico, principalmente nos estudos dedicados à temática ambiental, em que muitos autores acabam se comprometendo com os valores do ambientalismo moderno construindo análises anacrônicas. Segundo o autor, “a História, como experiência, é uma professora refinada, mas apenas se mantivermos em mente como o passado é diferente do presente”.

Nesse estudo, ampliamos a reflexão acerca do programa de proteção à natureza de Alberto Sampaio que, em diálogo com seu tempo e com uma comunidade científica em formação, construiu uma interpretação sobre sua contemporaneidade e o Brasil futuro. Pretendemos analisar sua prática científica sob uma perspectiva ampla, baseada no estudo de suas obras mais significativas, entre artigos e livros, tentando apreender a construção de um projeto de nação modernizador para o Brasil.

Tencionamos compreender as relações estabelecidas pelo botânico entre a natureza, o território, a sociedade brasileira e a construção de um projeto específico de nação, em que o patrimônio natural era pensado como uma chave potencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

⁴ MILLER, Shawn William. *Fruitless trees – portuguese conservation and Brazil’s colonial timber*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 2000. Citado por DUARTE, 2005, p.150-151.

Nossa análise abrange o período ativo da produção científica do botânico, tendo como marco inicial o ano de 1909, data de sua primeira publicação⁵, e marco final o ano de 1944, data da publicação de seu último livro, *A alimentação sertaneja e o interior da Amazônia: onomástica da alimentação rural*⁶.

As fontes primárias utilizadas no trabalho foram pesquisadas em alguns institutos, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde nosso cientista construiu sua carreira profissional de botânico. Do conjunto documental encontrado na Seção de Memória e Arquivo da instituição, utilizamos documentos institucionais, como regulamentos e circulares da instituição, documentos referentes a sociedades e associações às quais foi afiliado, e correspondências diversas entre o botânico, cientistas e instituições. Destacamos ainda, documentos biográficos, bibliográficos e textos constantes de seu arquivo, além da vasta documentação relacionada à sua sociabilidade científica, como a referente à sua participação em congressos e certames variados.

Na Biblioteca do Museu Nacional tivemos acesso aos principais textos e artigos publicados por Sampaio em diversos periódicos, como nos *Archivos do Museu Nacional*, no *Boletim do Museu Nacional* e nos *Annaes da Academia Brasileira de Sciencias*, e nas revistas *Chácaras e Quintais* e *O Campo*. A essa massa documental acrescentamos outros artigos encontrados no setor de periódicos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e os textos publicados pelo autor na *Revista Nacional de Educação*, disponíveis na seção de obras raras da Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG.

⁵ Cf. “Uma *Orchidacea* nova: *Restrepia dusenii* A. Samp. n. sp.” (com uma estampa). *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 15, 1909, p.187-192.

⁶ Apesar de Sampaio ter publicado alguns artigos após 1944, optamos por delimitar esse ano como data-limite de nosso estudo, por considerarmos *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* o seu último trabalho significativo para a análise a que nos propusemos. Tivemos acesso somente aos seguintes artigos publicados após essa data: “Iniciação de Geógrafos nos Princípios da Arte e na sua Filosofia”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano II, n.15, jun. 1944, p.281-84; “Nomes vulgares de plantas do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro”. *Boletim do Museu Nacional – Série Botânica*, Rio de Janeiro, n. 4, 15 jan. 1946; “Minha homenagem ao bandeirante da ciência de laboratório (J.B.Lacerda)”. Comemoração do Centenário de J.B.Lacerda. Rio de Janeiro, *Museu Nacional*, avulso n. 6, 1946.

Os livros editados pela “Coleção Brasileira” estão disponíveis na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Na Hemeroteca Histórica da Superintendência de Bibliotecas Públicas/Minas Gerais pesquisamos ainda alguns exemplares de jornais em que o botânico publicou artigos.

O primeiro capítulo desse trabalho é um texto introdutório ao tema da dissertação, no qual buscamos inserir a prática científica de Alberto Sampaio em um contexto histórico específico, marcado pela valorização de estudos sobre temas nacionais e por perspectivas científicas de análise social. Na segunda parte do capítulo foi elaborada uma análise biográfica, buscando-se delinear a formação de sua sociabilidade científica.

No segundo capítulo tentamos avaliar como Alberto Sampaio, mediante seus conhecimentos fitogeográficos, contribuiu para a elaboração de uma crítica aos tradicionais processos de exploração da natureza no Brasil. Através da utilização de uma argumentação essencialmente pragmática, em favor do estabelecimento de políticas de proteção à natureza, ele visava a modernização e o desenvolvimento econômico-social do país.

O terceiro capítulo põe em foco a proposta do estabelecimento de uma nova relação entre o homem do campo e a natureza, como maneira de impulsionar o desenvolvimento do país e permitir sua inserção no rol das nações ditas “civilizadas”, na medida em que acreditava-se que as populações rurais constituíam a base de desenvolvimento da nação.

O quarto capítulo é dedicado a análise da importância do tema “educação” no discurso de Alberto Sampaio, considerada a única maneira de elaborar mudanças efetivas na sociedade para o desenvolvimento do Brasil como nação moderna.

Considerando que muitas modificações ortográficas foram estabelecidas desde a publicação dos textos de Sampaio, nas citações de sua obra optamos por fazer uma atualização ortográfica, mantendo as pontuações originais. Os títulos de seus artigos, em revistas, periódicos científicos e de divulgação científica também foram atualizados, com

exceção de dois de seus livros – *Phytogeographia do Brasil* e *Biogeographia Dynamica* – e de alguns periódicos como *Archivos do Museu Nacional* e *Academia Brasileira de Sciencias*, por serem de amplo conhecimento no meio acadêmico.

CAPÍTULO 1

A nação em foco:
representações sobre natureza, território e sociedade e a formação da sociabilidade científica
de Alberto Sampaio

*“É preciso estudar o Brasil com os seus encantos e
as suas tristezas, para amá-lo conscientemente:
estudar a terra, as plantas, os animais, a gente do Brasil”.*
Roquette-Pinto⁷

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por um movimento de “(re)descoberta do Brasil” através da valorização de estudos sobre a “realidade” brasileira, em sintonia com a emergência de um pensamento nacionalista elaborado pela *intelligentsia*⁸ nacional, que caracterizou-se pela constituição de uma série de propostas de explicação do Brasil como nação⁹. Esse movimento se expressou no desejo de (re)definição da identidade nacional voltado para o ideal de transformação do Brasil em um país “moderno” e contribuiu para a dominação de ideologias científicas no cenário intelectual da época, na medida em que se acreditava que a construção da nacionalidade deveria efetivar-se através da razão que cientistas e intelectuais julgavam deter.

Os debates concentraram-se em torno da idéia de mudança, promovendo julgamentos morais sobre o território e a população brasileira, através de argumentos supostamente científicos, transformando o conhecimento e a integração do espaço geográfico em representações de diversos interesses e realidades. A questão principal era o estabelecimento

⁷ Citado por SAMPAIO, 1935, p.11.

⁸ “Grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação do mundo”. LIMA, 1999, p. 20.

⁹ O conceito de nação é entendido em nosso trabalho como uma “comunidade imaginada”, nos moldes da definição de Benedict ANDERSON (1989, p.14-16): “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão (...) *limitada*, porque até mesmo a maior delas (...) possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações (...) *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído (...) as nações sonham em ser livres e (...) o penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano. Finalmente, a nação é imaginada como *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas”.

dos limites e do potencial da natureza física, política e social da nação diante das idéias programáticas de “progresso” (MACHADO, 1995, p.310)¹⁰.

Desde os primeiros anos da República, houve uma tendência em direção à aplicação potencial dos conhecimentos científicos na resolução de problemas de interesse nacional expressa em expedições ao interior do Brasil, como as empreendidas pelas *Comissões Geológicas*, por Rondon a partir de 1900 para a construção de linhas telegráficas, pelo *Instituto Oswaldo Cruz* entre 1908 e 1922 e pela *Inspetoria de Obras contra as Secas*, a partir de 1909¹¹.

Naqueles anos, a ciência assumia um papel cada vez mais significativo no (re)ordenamento sócio-político do Brasil. Segundo LIMA (1999, p.49), “o que boa parte da *intelligentsia* do período advogava era a afirmação de um conhecimento da realidade social em bases científicas que orientasse o processo de consolidação do Estado nacional e seu papel pedagógico de construtor da nação”. Para a autora, a ciência do início do século e a ciência social institucionalizada a partir dos anos 1930 podem ser consideradas, por excelência, as linguagens do processo de construção nacional do Brasil, através da identificação dos “problemas” de nossa cultura e de sua submissão ao julgo de um “outro” civilizado, constituindo-se em um órgão do projeto modernizador que nos garantiria uma almejada sintonia com o progresso dos tempos (LIMA, 1999, p.10).

A tendência à valorização da cultura e da sociedade brasileiras vinha se desenvolvendo desde o início do século XX, em trabalhos clássicos como *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha, baseado em uma análise “autêntica” de nossa sociedade, e *A Organização Nacional*

¹⁰ Sobre essas interpretações acerca da natureza, do território e da população brasileira no período, ver também: DE LUCA, 1999; DUTRA, 2005; LIMA, 1999; MAGNOLI, 1997; VIDAL E SOUZA, 1997.

¹¹ Sobre a *Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais*, ver GOMES, 2005; sobre a *Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*, vulgarmente conhecida como *Comissão Rondon*, ver DIACON, 2004; sobre as viagens científicas do *Instituto Oswaldo Cruz*, ver LIMA, 1999, p.79-87; e sobre as comissões científicas da *Inspetoria de obras contra as secas*, ver SANTOS, 2003.

(1914) de Alberto Torres, autor que muito influenciou aqueles que se propuseram a pensar os problemas nacionais nas primeiras décadas do século passado.

A tentativa de elaboração de teorias sobre a sociedade brasileira conjugada ao intenso movimento de conhecimento do interior do país combinou-se à construção de ferrovias e linhas telegráficas, ao desenvolvimento de estudos de descrição cartográfica e geológica, e aos trabalhos científicos sobre a flora, a fauna e a etnografia de extensas regiões territoriais brasileiras (LIMA, 1999, p.56).

É nesse contexto mais amplo que deve ser situada a prática científica e a obra do botânico, especialista em fitogeografia, Alberto José de Sampaio¹². Com o intuito de contribuir para uma análise do pensamento social brasileiro nas primeiras décadas do século XX, pretendemos refletir sobre como o saber científico de Alberto Sampaio, amparado em seus conhecimentos biogeográficos, contribuiu e partilhou as representações sobre o território, a natureza e a sociedade brasileira no período¹³.

As questões que compunham seu pensamento se articulavam entre a geografia, a botânica e a nação política brasileira, entre as quais estabeleceu uma relação intrínseca. Sob uma perspectiva biogeográfica, refletiu sobre a natureza do território, a adaptação do indivíduo ao meio e a importância desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro, criando um sentido para sua realidade social e construindo estratégias de mudança. Em seus estudos botânicos, ele estabeleceu uma série de correlações entre natureza e progresso e

¹² Fitogeografia é um ramo da Biogeografia que “estuda a distribuição das plantas [no território] e a explica” (SAMPAIO, 1935, p.113-114). Biogeografia é a “ciência que estuda a distribuição dos seres vivos e pesquisa as causas ou determinantes” (SAMPAIO, 1935, p.113). Optamos pelas definições elaboradas por Alberto Sampaio, pois várias foram as modificações empreendidas ao longo do tempo na conceituação dessas ciências e cada uma delas exprime as perspectivas teóricas, científicas e sociais de uma época. Sobre fitogeografia, ver CAINS, 1974; GOOD, 1974; MELLO-LEITÃO, 1943, p.408-421; RIZZINI, 1997. Sobre biogeografia, ver CORTEZ, 1993, p. 107-116; DAJOZ, 1974; DANSEREAU, 1946, p.189-210; DANSEREAU, 1949, p.3-89; KUHLMANN, 1977, p.48-111; ODUM, 1969; SANTOS, 1985, p.59-68; TROPMAIR, 1987.

¹³ O conceito de “representações” é entendido aqui nos moldes estabelecidos por CHARTIER (1990, p.17), como “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço pode ser decifrado” e que “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam”.

Sobre o pensamento e obra de Alberto Sampaio, ver FRANCO, 2002a, capítulo 2; FRANCO & DRUMMOND, 2005, p.129-159.

empreendeu diversos debates sobre a utilização racional dos recursos naturais, que constituía parte das questões discutidas por cientistas e intelectuais do período.

Para Alberto Sampaio, o patrimônio natural brasileiro era a maior fonte de riqueza da nação e deveria obedecer a um programa de exploração racional que colocasse o Brasil no rumo dos países desenvolvidos econômica e socialmente. Em seu programa de proteção à natureza, esta desempenhava um papel estratégico, pois seria um meio de elevação da nação a um nível de modernização e desenvolvimento superiores, ao nível das nações ditas “civilizadas”.

A utilização racional da natureza seria a solução para o suposto “atraso” brasileiro, também identificado em sua obra a partir de representações da população nacional, principalmente os sertanejos. Sampaio alegava que estes não eram capazes de progredir dada à sua incapacidade de lidar com o meio, o que aconteceria devido à falta de instrução daquele homem afastado da “civilização” pela desintegração da população nacional em seu território.

Sob sua perspectiva, as ações em defesa da natureza deveriam ter como foco o ambiente rural por considerá-lo fonte de prosperidade da nação. O programa de ação nos sertões direcionava-se à aplicação de medidas capazes de ativar o aproveitamento racional e sistemático dos recursos naturais e humanos daquele meio para garantir a eliminação dos problemas que retardavam a conclusão do “progresso” nacional. A (re)integração dos sertões à “civilização” representava a superação dos entraves para o “progresso” brasileiro.

Nosso foco de estudo é a prática discursiva do botânico Alberto Sampaio, em suas interpretações sobre o Brasil, pensado em suas relações com sua comunidade científica que, em um sentido amplo, pode ser entendida como um grupo de indivíduos que compartilha valores e atitudes científicas e que se inter-relaciona por meio das instituições a que pertencem, construindo e modificando as estruturas sociais nas suas interações com outros agentes sociais dentro dos limites históricos de seu tempo (SCHWARTZMAN, 2001, p.16).

Afinal, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam, o que demonstra a necessidade de análise dos discursos em relação à posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p.17).

A vida e obra de Alberto Sampaio não foram objetos de estudo de muitas publicações. Contudo, alguns textos dedicaram-se à sua prática científica, entre eles, biografias e necrológicos escritos por contemporâneos seus, que construía a imagem de um grande cientista devotado às “causas nacionais”. Nesse sentido, destacamos os trabalhos publicados por CORREIA FILHO, 1949, p.263-66; D.F.C., 1943, p.179-190; MELLO FILHO, Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31 [1947]; MELLO-LEITÃO, 1937a, p.227-28; e REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1946, 602-04. Cabe ressaltar que alguns de seus biógrafos pertenciam a uma comunidade científica em formação naquele momento, buscando se afirmar como grupo através de autoreferenciações e biografias laudatórias, na tentativa de construção de um “eu coletivo” e afirmação de suas identidades.

Posteriormente, foram feitas referências pontuais ao cientista Alberto Sampaio em trabalhos dedicados à história da ciência no Brasil (AZEVEDO, s.d., p.184-193; FERRI & MOTOYAMA, 1979-1980, p.64-79). São livros de abordagem descritiva sobre o tema, em que Sampaio é lembrado como o um dos principais botânicos de seu tempo, destacando-se ainda por sua especialização em fitogeografia, principalmente pela publicação de seu livro *Phytogeographia do Brasil* (1934)¹⁴.

Nesse sentido, seu nome também é destacado em publicações que tratam das classificações fitogeográficas brasileiras, sendo o seu mapa fitogeográfico publicado no livro supracitado apresentado como um importante passo no desenvolvimento dessa ciência no

¹⁴ MAGNANINI (1952, p. 460), em uma análise sobre a situação da Biogeografia no Brasil em 1952, destacou o papel de Sampaio no desenvolvimento, no ensino e na divulgação dessa ciência, lembrando que ele foi o primeiro cientista brasileiro a realizar um curso com o objetivo exclusivo de ministrar ensinamentos referentes àquela disciplina, constituindo-se como um marco nessa especialidade. O autor se referia ao curso de Geografia Botânica oferecido em 1932 no Museu Nacional, publicado posteriormente como livro sob o título *Phytogeographia do Brasil*.

país. Destacam-se os artigos do IBGE, 1992, p.9; JOLY *et. al.*, 1999, p.332-33; RIZZINI, 1997, p.620; e VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991, p.13-20.

Recentemente, com a ascensão no Brasil de trabalhos na área da recém-criada história ambiental, bem como de pesquisas que abordam as relações entre história e natureza, foram publicados alguns estudos que versam sobre a obra de Alberto Sampaio, baseados em uma análise histórica do seu pensamento (DEAN, 1996, p.272-79; FRANCO, 2002a, capítulo 2; FRANCO & DRUMMOND, 2005, p.129-159)¹⁵. Eles privilegiam as relações entre seu projeto conservacionista e a questão da construção da nacionalidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, a partir da análise de alguns de seus escritos.

Em nosso estudo, nos concentramos nas dimensões políticas, sociais e históricas da prática científica e da obra de Alberto Sampaio com o objetivo de compreender como suas idéias e estratégias científicas constituíam parte daquela sociedade do início do século XX. Sampaio era um agente em seu tempo e, como observaram DESMOND & MOORE (2001, p.18-20) em seu trabalho sobre Darwin, se apreciarmos sua atitude em relação à cultura e à sociedade de seu tempo, sua ciência adquire um significado político ainda mais profundo.

¹⁵ Sobre o surgimento da História ambiental e para uma análise crítica de suas proposições, ver e DRUMMOND, 1991, p.177-97; DUARTE, 2005, p.144-161; LEFF, 2005, p.17-31; MOLINA, 1999, p.17-51; WORSTER, 1991, p.198-215.

O cientista em seu tempo: a formação da sociabilidade científica

Alberto José de Sampaio, natural de Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, nasceu a 05 de fevereiro de 1881¹⁶. Seu pai, João José de Sampaio, de origem portuguesa, era comerciante e proprietário em Campos; sua mãe, Leopoldina Joaquina Decat Sampaio, era de descendência francesa. Seus avós maternos eram João Henrique Decat e Maria Sofia Marques Decat¹⁷. Seus avós paternos eram os portugueses Ana Rodrigues de Oliveira Sampaio e Manuel José de Sampaio, este pertenceria a uma família de eminentes botânicos de Portugal (D.F.C, 1943, p.179).

Alberto Sampaio iniciou o curso de primeiras letras no lar, em Campos, cursando um ano da escola primária na cidade do Porto, em Portugal, onde esteve a passeio com seus pais e irmãos, em visita a parentes próximos de seu pai, nos anos de 1887 e 1888. Mais tarde cruzaria novamente o Atlântico por mais de uma vez em viagem de aperfeiçoamento ou para apresentar-se em congressos científicos. Terminou o curso primário e o secundário em sua cidade natal, tendo cursado o segundo no tradicional Liceu de Humanidades de Campos (D.F.C, 1943, p.179-80; NOMURA, 1992, p.123).

Em 1903, mudou-se para o Rio de Janeiro, iniciando seus estudos médicos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Curso interrompido no final do segundo ano, quando teve ciência do concurso que o Museu Nacional abria para preenchimento do cargo de Assistente da Seção de Botânica, em fins de 1904. Classificado em primeiro lugar por unanimidade de votos, foi nomeado e iniciou sua carreira de naturalista em janeiro de 1905,

¹⁶ Para os dados biográficos de A. J. de Sampaio consultamos: CORREIA FILHO, 1949, p.263-66; D.F.C., 1943, p.179-90; MELLO FILHO, Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31; MELLO-LEITÃO, 1937a, p.227-28; NOMURA, 1992, p.123-25; REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1946, p.602-04; SAMPAIO, “Biografia do Prof. A. J. de Sampaio, do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1937”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31; MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.19-22.

¹⁷ Existe uma discordância entre as fontes consultadas no que concerne à nacionalidade de seus avós maternos. Segundo D.F.C (1943, p.179), seus dois avós maternos eram franceses, contudo, segundo CORREIA FILHO (1949, p.163), a mãe de Sampaio descendia de um casal *franco-brasileiro*.

época em que o Museu era dirigido pelo cientista João Batista Lacerda (1846-1915), também campista, já em meados de sua longa gestão de 20 anos (1895-1915) na instituição¹⁸.

Alberto Sampaio interessou-se pela homeopatia e posteriormente concluiu seus estudos médicos, formando-se médico homeopata pela Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano¹⁹. Escolha provavelmente influenciada pelos estudos da flora brasileira que vinha empreendendo na Seção de Botânica do Museu Nacional desde seu ingresso na instituição. Ele exerceu a clínica médica por algum tempo em bairros da capital federal, porém, absorvido pela carreira de naturalista, acabou abandonando a clínica para se dedicar à botânica (D.F.C, 1943, p.180).

Segundo o autor de sua mais longa biografia, durante os primeiros anos de atuação na Seção de Botânica (1905-1909) Sampaio somente se preocupou em assimilar ao máximo os conhecimentos sobre a flora nacional e estrangeira, teórica e tecnicamente: “[Vive] entre os livros, os laboratórios e a natureza. Estuda muito. Observa. Experimenta. Conclui. Examina herbários e herboriza. A sua pena magnífica trabalha ainda só para si” (D.F.C., 1943, p.180)²⁰. Esse período é realmente um enigma em sua vida profissional, pois não encontramos nenhum documento referente a ele, somente a partir de 1909 apareceram os primeiros resultados de suas atividades científicas em algumas publicações²¹.

¹⁸ SAMPAIO, “Biografia do Prof. A. J. de Sampaio, do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1937”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31; D.F.C, 1943, p.179-80.

¹⁹ A Faculdade Hahnemanniana, responsável pela formação de médicos homeopatas no Brasil, foi criada em 1912, tendo sua denominação alterada em 1924 para Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano do Brasil (NOVAES, 1989, p.250).

²⁰ Não foi possível identificar o autor, pois o texto foi assinado somente com o pseudônimo D.F.C., o que era bastante comum no período.

²¹ Destacam-se nesse sentido, a descoberta de sua primeira espécie nova, que resultou em seu primeiro artigo publicado - “Uma *Orchidacea* nova: *Restrepia dusenii* A. Samp. n. sp.” *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 15, 1909, p.187-192 -, classificada em homenagem ao botânico sueco, Pedro Dusen, assistente de botânica do Museu Nacional entre 1901 e 1904 (D.F.C, 1943, p.180), e o trabalho intitulado “Plantas Carnívoras” apresentado no 4º Congresso Médico Latino Americano. Rio de Janeiro, 1 a 8 de agosto de 1909.

Quando entrou para o Museu Nacional, em 1905, Sampaio passou a dedicar-se aos diversos ramos da Fitologia, iniciando sua especialização em botânica sistemática. A princípio dedicou-se às *Orquidáceas*, que possibilitariam a ele, em 1909, fazer sua primeira classificação de uma espécie nova. Depois passou a estudar as famílias das *Filicíneas* (Pteridófitas), formando um herbário para o Museu, e mais tarde estudou as *Lauráceas*, classificando duas espécies. Posteriormente tratou do gênero *Coffea*, das *Rubiáceas*, e especializou-se profundamente em *Bignoniáceas*, sistematizando muitas espécies novas da flora brasileira. A Seção de Botânica do Museu contém inúmeras espécies herborizadas e classificadas por ele (D.F.C., 1943, p.181).

Seu nome figura em algumas espécies vegetais como *Dahlbergia sampaioana* Kuhlmann e Hoehne, 1928 (Leguminosae Papilionoiceae), *Lavoisiera sampaioana* Mello Barreto (Melastomaceae), *Begonia (Schweidweilera) luxurians sampaioana* Brade, 1944 (Begoniaceae); além de figurar também no escorpião *Tytius sampaioacrulsi* Mello-Leitão, 1931 (Buthidae). Homenagens que indicam sua posição de destaque no meio científico e a admiração de seus contemporâneos (NOMURA, 1992, p.125).

Em 1910, por decreto de 31 de março, foi nomeado substituto do professor da Seção de Botânica, tomando posse sem interrupção de exercício em 01/04/1910. Em 03/05/1912 assumiu interinamente o cargo de chefe e professor da 2ª Seção (Seção de Botânica), por motivo de aposentaria do antigo titular Amaro Ferreira das Neves Armond. Nesse mesmo ano assumiu o cargo efetivamente, por nomeação do decreto de 19/06/1912, tomando posse sem interrupção de exercício no mesmo mês e ano, ocupando-o até 1941, data de sua aposentadoria²².

²² Ver MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.19-20. O decreto n. 7.862, de 10 de fevereiro de 1910, referente à organização do Museu Nacional dispunha em seus artigos: “Art. 59. Serão nomeados por decreto: o diretor, os professores, os substitutos, o secretário e o bibliotecário; Art. 60. A vaga de professor será preenchida por acesso do substituto da seção e a vaga de substituto por concurso”. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1910, p.14-16.

Logo após sua nomeação, em 1912, foi designado pela Congregação do Museu, por proposta do seu diretor, para fazer uma viagem de aperfeiçoamento à Europa, realizada no período entre 7 de maio de 1913 e 25 de abril de 1914²³. Sua excursão tinha como objetivo visitar as principais instituições botânicas da Europa e, em seguida, fixar-se em alguma delas para assistir a cursos botânicos, o que fez em Paris entre outubro e abril de 1914²⁴.

As viagens de aperfeiçoamento ligavam-se ao movimento de expansão dos museus por todos os continentes, a partir das últimas décadas do século XIX, responsável pelo estabelecimento de ampla rede de intercâmbios entre essas instituições. Esses intercâmbios foram definitivos na construção do conhecimento científico e foram determinados, muitas vezes, pelas relações estabelecidas entre os pesquisadores que dirigiam esses museus e pelos ambientes naturais de estudo que as fronteiras entre os países não eram capazes de dividir (LOPES, 1997, p.223)²⁵.

As viagens realizadas pelos diretores e pesquisadores das instituições no circuito dos museus eram divulgadas em seus periódicos e, comparadas às excursões de seus colegas

²³ De acordo com o regulamento vigente naquele período, a Congregação do Museu Nacional era composta pelo diretor, como presidente, pelos chefes de seção e professores, os substitutos e os chefes de laboratório. À Congregação cumpria, sucintamente, estudar e indicar providências sobre as questões sobre as quais fosse consultada, organizar, designar e instruir sobre excursões a serem realizadas, sobre programas de cursos e de concursos, propor aquisição de coleções, reunir-se sempre que convocada pelo diretor do Museu e “escolher o funcionário que deva ser proposto ao ministério para realizar viagem ao exterior, com designação do prazo da viagem”. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1912, p.6. Sobre as viagens de aperfeiçoamento, o regulamento de 15 de dezembro de 1911 (decreto n. 9211) previa, nos termos do art. 58, que “sempre que for conveniente aos interesses do Museu, poderá a congregação designar um dos membros ou qualquer dos técnicos para aperfeiçoar no estrangeiro os seus conhecimentos, visitando os estabelecimentos congêneres e apresentando relatório dessa comissão”. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1912, p.13. Esse dispositivo, introduzido no Museu na gestão de Batista Lacerda, foi extinto pelo regulamento de 1931, caracterizado pela valorização da função educativa do Museu. Cf. REGULAMENTO DO MUSEU NACIONAL, 1936. O relatório da comissão de Sampaio à Europa foi publicado em 1916 pelo Museu Nacional. Cf. “Relatório da Comissão desempenhada na Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 18, 1916, p.65-118.

²⁴ Em sua permanência de 11 meses e 18 dias no continente, Sampaio visitou 23 estabelecimentos científicos nas seguintes localidades da Europa: Lisboa; Paris; Suíça, com escala em Grenoble, Basel, Genebra, Lucerna, Munich, na Baviera; Vienna; Berlim; Bruxelas; novamente Paris. Cf. “Relatório da Comissão desempenhada na Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 18, 1916, p.67-68.

²⁵ Alberto Sampaio relacionava-se com diversas instituições científicas internacionais. Dentre elas, destacam-se suas correspondências com a School of Forestry, Yale University; Stanford University; Smithsonian Institution, United States National Museum; Bureau of Plant Industry, United States Department of Agriculture; Botanical Garden, The John Hopkins University; Instituto Panamericano de Geografia e História.

europeus e norte-americanos, podem nos fornecer um panorama da situação dos museus brasileiros que já sofriam sérias crises no início do século XX (LOPES, 1997, p.224).

O relatório apresentado por Sampaio sobre sua comissão à Europa é muito útil para a análise do contexto institucional do Museu Nacional e da ciência brasileira no período. Nele, ele expôs suas considerações sobre as instituições que visitou e enalteceu a capacidade científica do Museu Nacional devido ao seu repositório de espécimes naturais, apresentando, contudo, severas críticas à precariedade de material necessário à realização de seu trabalho na Seção de Botânica. Ele destacava a necessidade de uma equiparação técnica do Museu aos institutos internacionais, no que dizia respeito à disponibilização de bibliografia especializada, como obras e periódicos indispensáveis aos trabalhos botânicos, e coleções botânicas típicas para a identificação e classificação de plantas.

O trabalho de classificação vegetal ocupava grande parte de seu tempo no Museu Nacional. Espécimes eram enviados de todo o país para serem identificados como revelam suas correspondências arquivadas na instituição, tornando indispensável o suprimento de material que o auxiliasse em seu trabalho. Mesmo na Europa, durante sua viagem, foi enviada a ele uma coleção de *Pteridófitas*, por ordem do diretor do Museu, para que fosse identificada, o que o obrigou a voltar a Paris para estudá-las²⁶.

A partir de 1912, devido à posição que assumiu no Museu Nacional - diretor da Seção de Botânica -, iniciou-se um processo de crescimento e reconhecimento de sua carreira, multiplicando-se incomparavelmente o número de trabalhos por ele publicados.

Na bibliografia de Alberto Sampaio encontramos trabalhos sobre taxonomia, morfologia e genética vegetal, pesquisas bibliográficas, cursos, conferências e artigos de divulgação científica. No Museu Nacional, juntamente com a preocupação natural da casa pela sistemática, apresentou também interesses geográficos e sociológicos que lhe permitiram

²⁶ Cf. “Relatório da Comissão desempenhada na Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 18, 1916, p.68.

tratar globalmente a imensa gama de dados que coletou em suas leituras e pesquisas, reunindo-os em torno de um denominador comum: o homem.

Naquele período, as tentativas de interpretação dos problemas do país davam ênfase às relações entre o homem e o meio natural, sendo as principais atenções voltadas para as áreas sertanejas, representadas pela dicotomia sertão (barbárie) *versus* litoral (civilização). Segundo LIMA (1999, p.112), a natureza tropical esteve presente no debate sobre a viabilidade do país como nação de diversas formas.

Apesar de sua especialização em botânica sistemática e posteriormente em fitogeografia, os estudos de Alberto Sampaio, como vimos, não se restringiram à área da botânica. Ele era um homem de ampla cultura, reverenciado por seus contemporâneos como botânico, biólogo, fitogeógrafo, sociólogo, médico e lingüista – cultor do vernáculo, do latim do francês, do inglês e do alemão (D.F.C., 1943, p.179; REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1946, p.603)²⁷. Sua preocupação com a língua também se expressava em sua quase obsessiva mania de empreender correções ortográficas nas cartas em que recebia, inclusive naquelas escritas em línguas estrangeiras.

O período ativo da produção científica de nosso botânico era caracterizado pela formação prática. Poucas instituições naquele período formavam profissionais em ciências naturais no Brasil, e principalmente em ciências humanas, que só foram institucionalizadas com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a USP, em 1934. Era o tempo das grandes sínteses e interpretações, sem limites disciplinares definidos. Os livros de

²⁷ Sobre seu vasto conhecimento lingüístico revelam-se significativas suas várias cartas recebidas e enviadas em línguas estrangeiras, principalmente em inglês, francês, espanhol e também em alemão. Além disso, Seu acervo de livros particulares contava com diversos trabalhos escritos nos idiomas supracitados. Em uma lista encontrada em sua documentação pessoal no Museu Nacional constam vários exemplares de livros em francês e alemão, principalmente, mas também em espanhol, inglês, italiano e latim, além de dicionários de francês/alemão, português/alemão, etc. Ver “Livros Particulares de Propriedade do Professor A. J. de Sampaio”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31. É interessante notar, como revela DUTRA (2005, p.199) em sua análise sobre o *Almanaque Brasileiro Garnier*, a valorização da língua nas primeiras décadas do século XX “não como um instrumento de comunicação entre os povos, mas como demonstração de um índice de civilização e de ilustração da intelectualidade brasileira”, a qual pode ser vista nas biografias de Sampaio.

Sampaio publicados pela “Coleção Brasileira”²⁸ são uma expressão desse contexto, neles as considerações botânicas e sociológicas do cientista se complementam.

Ao mesmo tempo em que se ocupava de taxonomia vegetal, Sampaio recolhia elementos para análises mais abrangentes que resultaram na publicação de seus livros. *Phytogeographia do Brasil* (1934)²⁹ foi inicialmente produzido sob forma de um curso de extensão em Fitogeografia do Brasil no Museu Nacional, ministrado sob os auspícios da Universidade do Rio de Janeiro no ano de 1932 e posteriormente publicado em fascículos no Suplemento Ilustrado do jornal *Correio da Manhã*, entre 15 de janeiro e outubro de 1933, com ilustrações de Magalhães Corrêa. Em 1935, publicou *Biogeographia Dynamica*³⁰, em que abordava questões ligadas à conservação da natureza indicando soluções e estabelecendo métodos.

Segundo Luiz Emygdio de Mello Filho,

“imensa foi a repercussão dessas duas obras na massa das pessoas cultas ou alfabetizadas. Entretanto, trouxeram-lhe o dissabor de ver quão pouco de suas sugestões, cuidadosamente trabalhadas, logrou merecer o apoio oficial e a execução. A semente porém está lançada e há de germinar. Outros hão de segui-lo e difundir o seu evangelho do amor à natureza” (MELLO FILHO, Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31).

Em seu último livro, *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944)³¹, Sampaio oferecia soluções para reverter o suposto “atraso” brasileiro causado, segundo ele, pelos problemas do uso imprevidente dos recursos naturais no ambiente rural. É um estudo sobre a “realidade” brasileira direcionado à solução dos problemas que determinariam a

²⁸ A Coleção Brasileira é a quinta série da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), que constitui um projeto editorial amplo, lançado pela Companhia Editora Nacional, em 1931, sob a organização do educador Fernando de Azevedo (1894-1974). As outras séries que compõem a Biblioteca são: Literatura Infantil, Atualidades Pedagógicas, Livros Didáticos e Iniciação Científica. A Brasileira, criada no contexto do movimento de “redescoberta” do Brasil, pretendia ser “a mais vasta e completa coleção e sistematização (...) de estudos brasileiros (...) compõe-se de ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, de estudos de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, etnológicos, políticos, econômicos etc.), de reedição de obras raras e de notório interesse e de traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros”. (PONTES, 1989, p.390).

²⁹ Coleção Brasileira, vol. 35. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

³⁰ Coleção Brasileira, vol. 53. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

³¹ Coleção Brasileira, vol. 238. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.

subnutrição e a suposta “indolência” do povo, representado pelo sertanejo que naquele momento era o centro das atenções de diversos projetos de modernização do país.

Envolvido em um contexto mais amplo de discussões acerca do patrimônio natural brasileiro, Sampaio foi um dos mais ativos e importantes protagonistas dos debates acerca da proteção da natureza nas primeiras décadas do século XX³². Atuou como um dos principais organizadores e como relator-geral da *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, realizada no Rio de Janeiro em abril de 1934³³. Fundou a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, em 1931, e foi sócio-fundador da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, em 1932, associações que se dedicavam à causa conservacionista, publicando, em 1935, o livro especialmente dedicado ao tema, *Biogeographia Dynamica: A Natureza e o Homem no Brasil*, onde traçava um programa de proteção da natureza para a nação³⁴.

Datam deste período as primeiras ações governamentais reguladoras das práticas abusivas de devastação ambiental no Brasil, como a *Lei de Expedições Artísticas e Científicas do Brasil* (Decreto n. 22.698, de 11/05/1933), que tinha como finalidade “disciplinar as expedições artísticas e científicas nacionais, de iniciativa particular ou estrangeira (...) e decidir sobre a exportação de material científico, artístico ou histórico” (CARVALHO, 1967, p.21)³⁵; o *Código de Águas* (Dec. 24.643, de 10/07/1934); o *Código de Caça e Pesca* (Decreto n. 23.672, de 02/01/1934); e o *Código Florestal* (Dec. n. 23.793, de 23/01/1934)³⁶.

³²Esse período foi marcado por uma significativa movimentação em torno desse tema. Pessoas ligadas a diferentes ramos da sociedade, cientistas, intelectuais e funcionários públicos colocaram na ordem do dia a discussão acerca da natureza brasileira e dos problemas causados pela devastação das matas e destruição dos recursos naturais. Ver FRANCO, 2002a, p.14.

³³ Cf. SAMPAIO, A. J. de. “Primeira conferência brasileira de proteção à natureza: Relatório”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 11, n. 1/2, 1935, 230p. Uma análise sobre o tema consta em FRANCO, 2002b, p.77-96; CAPANEMA, 2003, 94p.

³⁴ Em *Saudade do Matão*, URBAN (1998, p. 84), contradizendo o que atesta o livro de Sampaio, afirma que a primeira obra claramente voltada para a discussão da conservação da natureza no Brasil seria “Parques Nacionais do Brasil” de Wandervilt Duarte de Barros, lançado em 1946.

³⁵ Alberto Sampaio integrou a comissão que elaborou o projeto de *Lei de Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*, juntamente com dois agrônomos designados pelo Ministério da Agricultura, Paulo de Campos Porto e Paulo Ferreira de Souza. Nosso botânico foi indicado por Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional à época, como representante técnico daquela instituição na elaboração do decreto, em despacho ao escritório do Ministério da Educação e Saúde Pública, de 15/08/1932. Sampaio foi designado pelo referido Ministério em 14/10/1932, tendo sido realizada a primeira reunião da comissão no dia seguinte, 15/10/32, data em que apresentou um esboço de

Segundo DRUMMOND (1998/1999, p. 132), não se deve confundir a simples intervenção estatal com políticas conservacionistas ou preservacionistas, pois muitos desses regulamentos foram motivados muito mais pela intenção de colocar a exploração econômica dos recursos naturais sob o controle “racional” dos planejadores do poder público federal. De maneira geral, não houve a intenção de preservar recursos, mas esses decretos tiveram efeitos de longo alcance sobre as maneiras como a sociedade brasileira passou a explorá-los.

Na década de 30 também foram criados nossos primeiros parques nacionais – Itatiaia (MG/RJ), em 1937; Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ), em 1939 – e, em 1937, o governo Vargas designou a natureza brasileira como patrimônio da nação³⁷. Vale ressaltar que, se as primeiras áreas de proteção ambiental em nível federal foram criadas nos anos 30, essa não foi uma prática que se manteve crescente nas décadas seguintes. Na década de 1940, houve uma estagnação; nos anos 1950, criou-se mais três unidades de conservação; na década seguinte, oito; e, nas décadas de 1970 e 1980 houve um grande impulso à criação de parques e reservas biológicas, devido ao surgimento e intensificação do movimento ecológico no Brasil (DIEGUES, 1996, p.16).

Ainda nos anos 1930, no setor de educação, também foram fundados os *Clubes Agrícolas Escolares*, os *Clubes de Amigos da Natureza* e os *Concursos Anuais de Plantas Vivas*, dentre várias outras iniciativas particulares de escolas e professores em favor do

anteprojeto de lei. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, Diretoria Geral de Expediente. Designação de A. Sampaio para constituir a comissão incumbida de elaborar um projeto de decreto referente às missões estrangeiras no Brasil. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1932. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 22.

³⁶ Sobre estes e outros decretos, ver DRUMMOND, 1998/1999, p. 132-35. Como afirma o autor é importante ressaltar que essa explosão de leis “não correspondeu a um poderoso movimento social conservacionista. Dependeu mais da iniciativa, da colocação profissional adequada e da capacidade de articulação política de um punhado de cientistas e técnicos” (p. 135). Grupo no qual se inseria o botânico Alberto Sampaio.

³⁷ No artigo 134 da Constituição de 1937, consta que “os monumentos históricos, artísticos e culturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.” Cf. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 03/08/2006.

desenvolvimento da noção de uma “estética urbana e rural” e de uma “mentalidade reflorestadora”, através de uma aproximação entre criança e natureza (SAMPAIO, 1935, p.64-75), tema que será desenvolvido no último capítulo.

Sampaio foi membro representante do Museu Nacional no *Conselho Florestal Federal* e seu vice-presidente durante um período, participou ativamente de suas decisões e atividades, e compôs a comissão incumbida de elaborar o regimento interno do referido *Conselho*, destacando-se na elaboração de uma legislação de proteção aos recursos naturais brasileiros³⁸.

Era membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature*, instituição centralizadora da documentação internacional referente à legislação conservacionista, à qual oferecia ampla divulgação através de sua *Revue Internationale de Législation pour la Protection de la Nature*, criada em 1931. O instituto era sediado em Bruxelas e mantido por várias instituições científicas (SAMPAIO, 1935, p.7, 154, 187-8).

Todos esses fatores unidos à constante divulgação na imprensa de assuntos relativos à devastação e conservação da natureza atestam a ascensão de discursos conservacionistas no Brasil no período em questão. A esse respeito afirmou Alberto José de Sampaio:

“Que dizer a propósito de diários e periódicos, se não há um dia em que pelo menos não haja em um deles uma palavra sobre o assunto. Desde os maiores diários até os pequenos jornais escolares dos clubes agrícolas, pode-se dizer não há um que em suas colunas já não tenha impresso, uma vez pelo menos a expressão “Proteção à Natureza” (SAMPAIO, 1935, p. 91)³⁹.

³⁸ Sobre sua participação no *Conselho Florestal Federal*, ver MUSEU NACIONAL, Seção Botânica, DB 28. Nos termos do artigo 101 do Código Florestal, instituído pelo decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934: “O conselho florestal federal, com sede no Rio de Janeiro, será constituído pelos representantes do Museu Nacional, do Jardim Botânico, da Universidade do Rio de Janeiro, do Serviço do Fomento Agrícola, do Touring Club do Brasil, do Departamento Nacional de Estradas, do Serviço de Florestas, ou de Matas, da Municipalidade do Distrito Federal, e por outras pessoas até cinco, de notória competência especializada, nomeadas pelo presidente da República”. - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em: 01/02/2006.

³⁹ Na década de 1930, o jornal *Correio da Manhã* possuía uma seção intitulada “Monumentos Naturais e Proteção à Natureza”, “seção permanente do Suplemento Ilustrado do *Correio da Manhã* aberta à colaboração dos amigos da natureza no Brasil, devendo a colaboração ser concisa e em termos, sem preocupações secundárias, pessoais ou políticas e endereçada em carta devidamente assinada a (...)”. Cf. CORREIO DA MANHÃ, domingo, 08/07/1934, p.8. Nesse sentido, destaca-se ainda a publicação do seu curso de Fitogeografia do Brasil, ministrado no Museu Nacional, no mesmo jornal, em 1933.

Em 1937, Alberto Sampaio passou a exercer o cargo de naturalista L no Museu Nacional, de acordo com a nova classificação do funcionalismo público⁴⁰, aposentando-se a pedido, em 17 de janeiro de 1941. Entretanto, continuou como colaborador do Museu até sua morte. Segundo um relato biográfico:

“(...) a aposentadoria, porém, longe de ser solicitada para o merecido gozo de honrada velhice, foi uma retirada estratégica, como declara ele no bom humor habitual, da agitação urbana da capital para poder objetivar em monografias e livro, idéias e pensamentos que de há muito o preocupavam” (D.F.C., 1943, p.183).

Após sua aposentadoria publicou um número significativo de trabalhos, destacando-se o seu último livro editado pela “Coleção Brasileira”, *A alimentação sertaneja e o interior da Amazônia* (1944) e a tradução comentada do livro do naturalista Jorge Marcgrave, *História Natural do Brasil*⁴¹. Sampaio morreu aos 65 anos de idade, a 30 de dezembro de 1946, em Campos, sua cidade natal. Era casado com Delminda Vianna Sampaio, mãe de seu único filho, Evaldo Vianna Sampaio.

Nosso cientista apresentou, durante longo período de sua vida, um estado de saúde bastante debilitado. Ao longo dos anos em que permaneceu no Museu Nacional lhe foram concedidos alguns afastamentos e licenças. Em 1918 ficou 6 meses afastado para tratamento de saúde, o que também ocorreu em outubro de 1920 e em 1936. Em fins de 1937 lhe foi concedida uma licença especial de um ano, de acordo com o artigo 1º do decreto n.42, de 15 de abril de 1935 - relativa aos decênios de 1905-1915 e 1921-1931 - período em que também esteve doente, de acordo com correspondência da época (MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.21)⁴².

Os últimos anos da vida profissional de Alberto Sampaio foram dedicados à confecção de uma *Nova Flora Fluminense*, a ser elaborada em cerca de 20 volumes, por

⁴⁰ Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936. Cf. MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.21.

⁴¹ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, 397p. Segundo MELLO-LEITÃO (1937b, p.10), o livro de Marcgrave caracterizou-se como um dos mais importantes pródomos de biogeografia. O que justificaria o interesse de Sampaio pela obra.

⁴² SAMPAIO a Berta Lutz, correspondência de 01/07/1938. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 29.

vários anos, com a colaboração de especialistas nacionais e estrangeiros e publicada em monografias de famílias, segundo o sistema estabelecido por Engler (1924). Esta seria, segundo ele, uma seqüência natural da obra clássica do naturalista mineiro Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), denominada *Flora Fluminensis*, de 1790. O trabalho de Sampaio tinha um plano ambicioso, nos moldes da monumental *Flora Brasiliensis* de Martius, feita por 65 botânicos em 66 anos, publicada em 40 volumes e a maior referência de estudos sobre a flora brasileira até os dias atuais⁴³.

Uma obra de tal envergadura, a ser elaborada por anos a fio, e que deveria obedecer, segundo ele, a um planejamento prévio e ser dirigida “cientificamente”, indica o desejo de nosso botânico em formar discípulos e estabelecer uma tradição científica na Botânica brasileira.

“A direção da obra, a realizar durante vários anos, deverá ser orientada desde o início, sob forma impessoal, quanto à continuidade da ação, mediante a substituição de diretor, por morte, invalidez ou outro motivo, seja automaticamente, seja como melhor convier, a juízo dos Poderes Públicos. Um prévio regulamento deverá ser estabelecido, em momento oportuno” (SAMPAIO, “Correspondência com Levi Carneiro em 1936 e Memorial relativo a meus trabalhos inéditos”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31).

Contudo, ao que indica a documentação, ele não conseguiu realizar seu empreendimento, apesar de ter apresentado sua proposta ao deputado Levi Carneiro, em um memorial de obras inéditas, com o intuito de publicá-las⁴⁴. Sabemos que Sampaio realmente

⁴³ Em suas palavras, “trata-se de uma grande obra que eu, quando muito, só poderei iniciar, redigindo algumas monografias e dando uma primeira idéia geral da flora do Rio de Janeiro e Estado do Rio, assim como o plano geral da obra”. SAMPAIO, “Correspondência com Levi Carneiro em 1936 e Memorial relativo a meus trabalhos inéditos”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31. Sobre a *Flora Fluminensis* de Frei Conceição Velloso e a *Flora Brasiliensis* de Martius, ver FERRI, s.d., p.157-166 e FERRI & MOTOYAMA, 1979-1980, p.42-51. Recentemente, em março de 2006, a *Flora Brasiliensis* foi digitalizada e disponibilizada na internet para consultas. Ver MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz. *Flora Brasilienses*. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/>>. Acesso em: 07/08/2006.

⁴⁴ Cf. SAMPAIO, “Correspondência com Levi Carneiro em 1936 e Memorial relativo a meus trabalhos inéditos”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31. Levi Carneiro foi advogado, jurista, político, ensaísta e participou da Constituinte de 1934. Nasceu em Niterói, RJ, em 8 de agosto de 1882, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 5 de setembro de 1971.

iniciou os estudos referentes àquela obra, arquivando no Museu Nacional as estampas que produzira e pelo menos um fascículo do trabalho que almejava ter fim um dia.

Em correspondência enviada em 13 de fevereiro de 1939 à Heloisa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional naquela ocasião, Sampaio anexou o primeiro trabalho, com 10 estampas, relativo ao que seria o primeiro fascículo da obra, resultante do estudo que vinha fazendo na serra da Estrela, em Petrópolis/RJ⁴⁵.

Em outra carta endereçada à Heloisa A. Torres, em 5 de julho daquele mesmo ano, ele enviou ao Museu, pedindo arquivamento, um pacote com estampas relativas às suas excursões realizadas no Estado do Rio, de janeiro a maio de 1939, que se destinavam a ilustrar as contribuições que vinha preparando para o referido trabalho, nos moldes daquele primeiro fascículo que havia sido entregue à diretora para impressão⁴⁶.

Portanto, ao que consta na documentação, suas estampas foram arquivadas no Museu Nacional, mas seu trabalho certamente não foi publicado, pois não é citado em nenhuma lista bibliográfica consultada em nossa pesquisa, o que parece ser um indício das dificuldades e da falta de incentivo enfrentadas pelos cientistas brasileiros naquele período. Outro fator importante a ser destacado é a esperança depositada pelo autor nos poderes públicos para o desenvolvimento da ciência no Brasil, através de possíveis ações como a publicação de sua obra.

Não encontramos também informações sobre a publicação de seus outros trabalhos constantes em seu memorial de obras inéditas e esparsas, entregue ao deputado Levi Carneiro, em 1936. Nossa hipótese é de que um dos fatores que contribuíram para o fracasso de seu projeto tenha sido a instauração do Estado Novo em novembro de 1937. A documentação nos indica que Carneiro demonstrou interesse pelo projeto do botânico, sendo mesmo um dos

⁴⁵ SAMPAIO a Heloisa Alberto Torres, correspondência de 13/02/1939. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 08.

⁴⁶ SAMPAIO a Heloisa Alberto Torres, correspondência de 05/07/1939. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 08.

incentivadores de sua elaboração, segundo afirmou o próprio Sampaio. Contudo, com o golpe de 1937, aquele deputado perdeu o mandato, tornando ainda mais difícil a concretização dos planos de nosso cientista. O Congresso foi fechado em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas e no dia 26 daquele mesmo mês, Sampaio enviou o seu memorial à diretoria do Museu Nacional solicitando seu arquivamento⁴⁷. O que mostra a fragilidade da prática científica no Brasil, bastante vulnerável frente às turbulências políticas, justamente por ter se constituído sob a proteção do Estado.

Ao longo de sua vida profissional, Alberto Sampaio guardou muitos registros de sua trajetória e prática científica no Museu Nacional, formando um significativo arquivo pessoal, que se encontra sob a guarda da instituição e consta de aproximadamente 31 caixas no fundo da Seção Botânica⁴⁸. São documentos institucionais do Museu; documentação interna da Seção de Botânica, a qual Sampaio chefiou por 29 anos (1912-1941); correspondências nacionais e internacionais, essencialmente passivas, trocadas com particulares e instituições científicas e civis; documentos biográficos, bibliográficos, pessoais, recortes de jornais, resenhas de seus livros, além de uma documentação organizada por temática; textos escritos por Sampaio, alguns originais de trabalhos publicados e outros inéditos; relatórios da Seção de Botânica e do Museu Nacional; além de seu já citado Memorial de Obras Inéditas, entre outros.

Seu arquivo constitui-se em uma grande massa documental – manuscritos e outros tipos de registros, como folhetos, cadernetas de campo, fotografias, estampas, gravuras e textos impressos – através da qual construiu uma imagem de si. Segundo ARTIÈRES (1998, p.11-32), o arquivamento do eu constitui-se em uma prática de construção de si mesmo,

⁴⁷ Cf. SAMPAIO, “Correspondência com Levi Carneiro em 1936 e Memorial relativo a meus trabalhos inéditos”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.

⁴⁸ Estimativa baseada em informações disponibilizadas pelo inventário preliminar de documentos referentes, ou possivelmente relacionados, a A. J. de Sampaio, em 06/08/2004. Fundo: Museu Nacional, Seção Botânica. As caixas são: DB 07, 08, 10, 15, 16, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55.

carregada de intencionalidade e de uma dimensão autobiográfica. Arquivar a própria vida pode ser também um dispositivo de resistência, na medida em que se constrói para si mesmo uma identidade, à revelia de como o autor era representado em vida e como poderia ser representado no futuro.

Cabe ressaltar aqui os célebres ensinamentos de Marc Bloch lembrados por LE GOFF (1984, p.101), segundo os quais os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos e numa biblioteca dependem de causas que não escapam à análise, e os problemas envolvidos em sua transmissão estão longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, na verdade, no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.

Apesar de ter sido praticamente esquecido pelas gerações posteriores à sua⁴⁹, nosso cientista dedicou grande parte de seu tempo a guardar “memórias de si” e a construir sua própria imagem através do arquivamento de sua documentação, provavelmente pensando em um reconhecimento futuro. Segundo RIBEIRO (1998, p.1), “o que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota”.

Os critérios de acumulação de seu arquivo parecem guiados por vários aspectos. Excetuando a documentação arquivada pelo Museu após sua morte, ele guardou registros que poderiam servir de suporte para estudos que pretendia desenvolver posteriormente, como recortes de jornais de temas variados; registros que poderiam auxiliar sua prática científica cotidiana, entre eles, regulamentos e relatórios do Museu; e documentos que

⁴⁹ Provavelmente devido à forte correnteza do “desenvolvimento a qualquer custo” das décadas de 1940 em diante, incompatíveis com seus ideais conservacionistas (FRANCO & DRUMMOND, 2005, p.159), apesar de seu pensamento conter perspectivas desenvolvimentistas, como veremos a seguir.

monumentalizavam sua prática científica, no sentido empregado por Le Goff⁵⁰, fazendo-o digno de lembrança, como correspondências nacionais e internacionais trocadas com instituições e pessoas de renome, levantamentos bibliográficos de sua produção científica, e outras documentações.

Nesse sentido destacamos sua autobiografia escrita em outubro de 1937 que, apesar de bastante sucinta, contém as principais informações sobre sua carreira profissional e destaca pontos cruciais, como sua classificação em primeiro lugar, “por unanimidade de votos”, no concurso para assistente da Seção de Botânica em 1905, e sua trajetória ascendente naquela instituição⁵¹.

Um traço comum às práticas de arquivamento é o desejo de tomar distância em relação a si mesmo, o que caracteriza a neutralização da primeira pessoa nessa escrita (ARTIÈRES, 1998, p.28). O título da autobiografia de Sampaio nos remete a essa intenção, que acaba por expressar uma redundância – “Biografia do Prof. A. J. de Sampaio, do Museu Nacional, por A. J. de Sampaio”.

O arquivo de Sampaio foi bem preservado e a isso creditamos dois fatores: primeiro, nosso cientista não teria construído inimizades dentro do Museu Nacional, principalmente na Seção de Botânica, que manteve sua documentação arquivada, e, segundo, devido ao fato de seu irmão, Gastão José de Sampaio, ter sido funcionário do Museu e provavelmente ter zelado pela memória de seu irmão mais velho⁵².

⁵⁰ O documento-monumento “resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1984, p.103).

⁵¹ Cf. SAMPAIO, “Biografia do Prof. A. J. de Sampaio, do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1937”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.

⁵² Gastão José de Sampaio era médico, nasceu no Estado do RJ, em 17/04/1890. Ingressou no MN aos 22 anos, em 1912 - ano em que Alberto Sampaio assumiu a chefia as Seção de Botânica - como praticante gratuito (voluntário), sendo nomeado preparador interino em 1/11/1912, cargo em que foi efetivado em 11/12/1933. Em 12/12/1941 passou ao cargo de Naturalista classe J do quadro permanente do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 22/11/1956, por portaria número 58 do Diretor do MN tornou-se Chefe da Divisão de Botânica, tomando posse em 7/02/1957. MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.18, f.3v; BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.121-121v; BR MN MN.DR.PE, ASS.3, f.49.

Ao longo de sua carreira, Alberto Sampaio relacionou-se com diversas instituições científicas e associações brasileiras e manteve um contato estreito com a comunidade científica internacional. Ele foi membro do *Museu Nacional* durante 36 anos; membro da *Academia Brasileira de Ciências*, da qual foi secretário-geral no biênio de 1933-35 e vice-presidente no biênio 1939-41, e da *Academia Campista de Letras*. Membro e consultor-técnico do *Conselho Nacional de Geografia*; era sócio da *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* e da *Sociedade Nacional de Agricultura*; membro efetivo e honorário da *Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia* de Campos.

Foi sócio do *Instituto Histórico de Ouro Preto*; professor interino de Botânica Geral e Sistemática na *Escola de Medicina do Instituto Hahnemanniano do Rio de Janeiro*, em 1928, e professor contratado de Botânica da *Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal*, entre 1935-37; examinador de provas escritas no *Departamento Nacional do Ensino*, em 1927; membro da *Comissão Organizadora da Exposição Nacional de Horticultura* do Rio de Janeiro, em 1929; membro do *Comitê Brasileiro do Congresso de Química* de Montevideú, em 1930; e membro do *Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do Distrito Federal*. Informações que indicam sua atuação em várias áreas do conhecimento.

Sampaio participou também de diversos congressos relacionados aos mais variados temas, nos quais apresentou trabalhos, como o *Congresso Médico Latino-Americano*, realizado no Rio de Janeiro em 1909; o *1º Congresso Inter-Americano de Eugenia*, realizado também naquele município, em julho de 1927; o *1ª Congresso Brasileiro de Eugenia*, de 1929; representou o Brasil no *XV Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica*, reunido em Paris em setembro de 1931; e participou da *2ª Conferência Nacional de Pecuária* em 1936, do qual foi presidente da sub-comissão de Bromatologia e Agrostologia⁵³; entre outros.

⁵³ “Agrostologia: *S.f.* Ramo da botânica que estuda as plantas da família das gramíneas. Bromatologia: *S.f.* Ciência que estuda os alimentos; química bromatológica”. FERREIRA, 1994-1995.

Sua participação em certames que representavam interesses tão diversos fornece sentido aos seus escritos marcados por perspectivas transdisciplinares. Suas preocupações como cientista e teórico da sociedade brasileira eram centradas no progresso da nação e envolviam grande diversidade de temas.

No âmbito de análise da constituição da sociabilidade científica de Alberto Sampaio, destacamos ainda sua participação na expedição da *Comissão Rondon* a serra Tumuc-Humac (localizada nos limites entre Brasil, Guiana Francesa e o atual Suriname), em 1928⁵⁴, e no *Terceiro Congresso Internacional de Geografia* de Paris, em 1931.

A *Comissão Rondon* – Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – foi um dos mais significativos empreendimentos relacionados ao processo de construção da nação brasileira nas primeiras décadas do século XX. As expedições da *Comissão* caracterizavam-se pela investigação e mapeamento de regiões afastadas do norte e noroeste brasileiros, através da instalação de linhas telegráficas, e eram compostas por estudiosos das áreas de botânica, zoologia, geografia, entre outros.

As viagens contribuíram definitivamente para a construção de uma imagem do Brasil como nação, através do reconhecimento e exploração do território, da natureza e da população rural do país, constituindo-se como um emblema à integração do território brasileiro. A participação de cientistas como Alberto Sampaio foi bastante significativa na construção de imagens sobre aquelas regiões brasileiras⁵⁵.

Em 1931, Sampaio participou do *Congresso Internacional de Geografia* em Paris, desempenhando a função de vice-presidente da seção de Biogeografia e travando contato com

⁵⁴ Na expedição que durou aproximadamente 5 meses, entre 17/08/1928 e 31/01/1929, Sampaio realizou diversos estudos sobre a flora daquela região, que lhe renderam algumas publicações, além da elaboração de um rico relatório de viagem. Ver “Flora do rio Cuminá – resultados botânicos da Expedição Rondon a serra Tumuc-Humac em 1928”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, 1933, p. 9-206. Algumas das publicações resultantes da excursão foram: “Eufilicineas do rio Cuminá”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 32, 1930, p. 7-48; “Flora do rio Cuminá: (Estado do Pará). Cyperaceas, Malpighiaceas e Leguminosas”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, 1932, p. 49-206; entre outras. Sobre essa mesma expedição também foi publicado um diário de viagem com mapa e ilustrações por Gastão Cruls, companheiro de Sampaio na empreitada, em que a participação deste é bastante destacada pelo autor. Cf. CRULS, 1945.

⁵⁵ Ver DIACON, 2004.

o eminente geógrafo francês, Emmanuel De Martonne, que exercia naquele momento a função de secretário da *União Geográfica Internacional* (UGI)⁵⁶.

Desde então, nosso cientista tornou-se o principal incentivador e negociador da adesão do Brasil à referida instituição, efetivada somente em 1937. A partir daquele congresso, Sampaio e De Martonne estreitaram suas relações, mantendo uma correspondência ativa durante a década de 1930. O geógrafo francês esteve no Brasil em julho de 1933 e em 1937, período em que mantiveram contato mais intenso, como indicam as correspondências arquivadas com a documentação do botânico no Museu Nacional.

Sampaio participou ativamente da criação do *Conselho Nacional de Geografia* - instituído como órgão oficial brasileiro daquela disciplina - que foi fundado como condição para a adesão do Brasil à UGI. A indicação em favor da aderência do Brasil àquela instituição internacional havia sido feita a Sampaio por De Martonne no *Congresso de Paris*.

Contudo, somente em 24 de março de 1937, com a união de objetivos diversos e de vários cientistas interessados na instalação de uma instituição daquele porte no Brasil foi baixado o decreto n. 1.527, que instituiu o *Conselho Brasileiro de Geografia*, incorporado ao *Instituto Nacional de Estatística*⁵⁷, e autorizava a sua adesão à *União Geográfica Internacional* (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939b, p.15). Sampaio contribuiu para a elaboração do projeto de criação desse *Conselho*, juntamente com diversos cientistas, representantes do governo federal, professores e representantes de instituições científicas⁵⁸.

⁵⁶ A União Geográfica Internacional foi fundada em 1918, prevendo a realização de congressos internacionais periodicamente, de três em três anos. O seu primeiro Congresso Internacional foi realizado no Cairo, em 1925, e o segundo em Cambridge, em 1928. Em 1931, 21 países haviam aderido à União. Cf. SAMPAIO, “Recepção do Professor Emmanuel de Martonne”. *Annaes da Academia Brasileira de Ciencias*, Rio de Janeiro, t. VI, n.1, 31 mar. 1934, p.38-39.

⁵⁷ Logo em seguida, com o decreto n. 218, de 26 de janeiro de 1938, o *Instituto Nacional de Estatística* passou a denominar-se *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), dando legitimidade às suas novas atribuições perante a incorporação do recém criado *Conselho Brasileiro de Geografia*, que passou a ser denominado *Conselho Nacional de Geografia*. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939b, p.15-16.

⁵⁸ Sobre a criação do *Conselho*, ver REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939b, p.9-17.

Sua atuação nesse empreendimento certamente fortaleceu ainda mais suas relações e sua representação no meio geográfico brasileiro, que já eram significativas dado aos seus estudos realizados na área de fitogeografia.

Em âmbito internacional destacamos ainda sua participação na *Comissão Internacional de Nomenclatura Botânica*, do *Congresso Internacional de Botânica de Cambridge*, em 1930; no *Comitê Técnico do Congresso de Química de Montevideú*, no mesmo ano; e na *Société des Américanistes* de Paris. Ele também foi membro da *The American Geographical Society*, de Nova York; membro efetivo da *Société Botanique de France*; membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature*; e, em 1931, realizou conferências em Paris, no *Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura*, enviado pela Universidade do Rio de Janeiro.

Portanto, como pudemos observar, Alberto Sampaio construiu uma rica rede de sociabilidade científica, participando ativamente das discussões de seu tempo e exercendo influência nas instituições e nos meios pelos quais circulava, o que mostra como nossos cientistas eram muito mais ativos do que podemos julgar à primeira vista. Essa rede, formada por instituições, cientistas, intelectuais e por sua obra, caracterizou definitivamente sua prática científica em suas escolhas e estratégias.

Sampaio utilizou todos os meios de comunicação possíveis para divulgar suas idéias: jornais, revistas, livros, rádio e cinema. Publicava artigos, periodicamente, nas principais revistas científicas de seu tempo, como no *Boletim do Museu Nacional*, nos *Archivos do Museu Nacional* e nos *Annaes da Academia Brasileira de Sciencias*, além de artigos em revistas de divulgação científica, como a *Revista Nacional de Educação*, que representavam uma estratégia de ampla divulgação das idéias científicas no período. Ele também foi

colaborador do *Almanak Agrícola Brasileiro* e da revista *Chácaras e Quintais*, da qual era consultor⁵⁹.

Publicava regularmente em jornais, sendo muitos artigos transcrições de conferências, discursos e cursos proferidos em instituições como a *Academia Brasileira de Ciências*, a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* e o *Museu Nacional*. Proferiu palestras na *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* nas décadas de 1920 e 1930, além da produção de textos para filmes educativos a serem preparados no Museu, também publicados na *Revista Nacional de Educação*⁶⁰.

Naquele período, para alcançar os objetivos idealizados na construção da nação todos os meios de comunicação foram empregados na educação, tentando transpor distâncias e integrar o território para retirar o povo de sua suposta ignorância e criar um futuro para o país (DUARTE, 2004, p.48).

Desde os anos 1920 presenciou-se um significativo aumento nas iniciativas de divulgação científica, que se expressou na crescente intensificação da utilização de revistas, jornais, livros, rádio e cinema para a difusão de informações de conteúdo científico e educativo⁶¹. Essas publicações se caracterizavam mais pela preparação de uma mentalidade coletiva do que pela difusão de conhecimentos isolados (MOREIRA e MASSARANI, 2001, p.628).

O crescimento das atividades de divulgação científica naquela época estava relacionado ao surgimento de um pequeno grupo de pessoas – cientistas, professores, médicos, engenheiros, entre outros, ligados em sua maioria às principais instituições científicas e educacionais cariocas – que começou a traçar um caminho para o

⁵⁹ O *Almanak* era uma publicação da revista *Chácaras e Quintais*.

⁶⁰ Ver “O Babaçu: notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 6, março 1933, pp. 37-43; “A Carnaúba: notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 7, abril 1933, pp. 54-59.

⁶¹ Movimento que deve ser inserido em um contexto mais amplo, em que a ciência era vista como parte de uma alternativa possível para a concretização do projeto ‘ilustrado’ da elite intelectual de alcançar as nações consideradas civilizadas. FIGUEIRÔA e LOPES, 1997, p.190-91.

desenvolvimento da pesquisa científica e para uma difusão mais ampla da ciência no Brasil. Essas publicações eram percebidas como um meio de renovação cultural mais amplo, condição necessária para que viéssemos a acompanhar os ritmos da modernidade européia e norte-americana (MOREIRA e MASSARANI, 2001, p.631 e 645).

O jornal e o rádio estavam entre os mais importantes veículos divulgadores de projetos políticos embasados em pressupostos científicos, além de caracterizarem-se como uma das formas mais amplas de sua divulgação, o que certamente condizia com os objetivos educacionais e de vulgarização científica defendidos por Sampaio.

Vários jornais diários abriram espaço, em maior ou menor grau, para notícias relacionadas à ciência, a partir da década de 1920. Eram publicadas notícias sobre eventos ligados à ciência, como palestras a serem realizadas, viagens ou transferências de cientistas nacionais, presença de cientistas estrangeiros no país, biografias, obituários, entre outros, atestando uma valorização social difusa das atividades científicas (FIGUEIRÔA e LOPES, 1997, p.193; MOREIRA e MASSARANI, 2001, p.640). Nesse sentido, é emblemática a publicação do curso de Geografia Botânica de Alberto Sampaio no jornal *Correio da Manhã*, durante o ano de 1933.

O rádio chegou ao Brasil em 1922 quando, na *Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil*, duas empresas norte-americanas montaram estações para demonstração naquele certame. A primeira, *SPC*, instalada no alto do Corcovado pela *Westinghouse Electric International Co.* e pela *Cia. Telefônica Brasileira*, iniciou suas transmissões com o discurso inaugural da Exposição e irradiou palestras, conferências e músicas durante alguns meses, sendo desmontada logo que findou o evento. A segunda, *SPE*, trazida pela *Western Electric* para ser exposta em seu *stand*, foi comprada pelo governo brasileiro e montada na Praia Vermelha (RJ), em 1923, para serviço radiotelegráfico e, após um período, foi autorizada a fazer também transmissões sobre temas variados.

Contudo, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, em que Alberto Sampaio irradiou diversas palestras, é considerada a pioneira entre as emissoras brasileiras, certamente por ser uma criação de iniciativa nacional, pela regularidade de suas transmissões e por sua atuação marcante no país (SALGADO, 1946, p. 17-19)⁶².

A *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* foi fundada em 20 de abril de 1923 nas dependências da *Academia Brasileira de Ciências*, por iniciativa de Edgard Roquette-Pinto que, em 1922, ao travar contato com estudos sobre radioeletricidade se encantou com as possibilidades de expansão cultural daquele meio de comunicação que coincidentemente acabara de chegar ao Brasil. Ele levou suas idéias à *Academia Brasileira de Ciências* e com o apoio do diretor daquela instituição, Henrique Morize, e de outros acadêmicos rapidamente a estação foi inaugurada.

Nos discursos que acompanharam a idealização e fundação da *Rádio* foi marcante a presença de ideais educacionais, científicos e “civilizatórios”. De acordo com seus estatutos, teria sido “fundada com fins exclusivamente científicos, técnicos, artísticos e de pura educação popular [e] não se envolverá jamais em nenhum assunto de natureza profissional, industrial, comercial ou político” (SALGADO, 1946, p.28). Roquette-Pinto expressou com veemência seus objetivos:

“É certo que nós não fundamos a Rádio Sociedade para irradiar só o que o público deseja. Nós a fundamos para transmitir principalmente aquilo de que o nosso povo precisa: trecho de *ciência, literatura ou arte*”.

“(…) *não haverá mais homem isolado, nem choupana perdida nas quebradas das serranias agrestes*” (grifos nossos) (Citado por SALGADO, 1946, p.25).

⁶² Dentre as palestras realizadas na *Rádio Sociedade* por Sampaio destacamos: “Paineiras em flor”, 28/02/1925; “Árvores desgrenhadas”, abril 1925; “As florestas industriais no Brasil – sua importância para o país, seu valor para o mundo, s.d.”; “O problema da árvore no Instituto Pasteur de Paris, 17/06/1925; “Algumas palavras após a palestra do Dr. Edmundo Navarro de Andrade sobre ‘Os plantios de eucaliptos em São Paulo’”, 24/07/1925; “Como se planta bem uma árvore”, 19/08/1925; “Como se cultivam as orquídeas”, outubro 1925; “A sede da madeira”, 15/01/1926; Curso de silvicultura prática na *Rádio Sociedade*: “Como se preparam florestas nativas”, 24/03/1926, “Quais os terrenos a florestar”, 31/03/1926 e “As melhores árvores para florestar”, s.d.; “Botânica na Escola primária e no escotismo”, outubro 1930. Ver Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.

A radiodifusão seria, pois, juntamente com outros meios de divulgação científica, uma força socializadora e integradora, responsável pela democratização da educação, na medida em que atingiria todas as classes, levando o “progresso” à nação em processo de formação.

A *Rádio Sociedade* foi a primeira a ser legalizada pelos Correios e Telégrafos, tendo posse, assim, do primeiro prefixo do Brasil (PRA-2). Nela fizeram-se ouvir diversos nomes representativos da cultura brasileira no período, que palestraram sobre temas informativos, educativos, de divulgação científica, musicais, culturais e artísticos. Sua atividade educativa distribuía-se em cursos de literatura francesa, inglesa, esperanto, rádio telegrafia, telefonia e silvicultura prática (este sob responsabilidade de Alberto Sampaio); lições de português, francês, inglês, italiano, geografia, história, física e química; palestras seriadas; “quarto de hora literário” e “quarto de hora infantil” (SALGADO, 1946, p.22-23).

A rádio também se constituiu na interseção com algumas publicações de divulgação científica, várias palestras foram publicadas na íntegra pela *Revista Nacional de Educação*. Destaca-se ainda, nesse sentido, a revista *Radio*, uma publicação bimensal oficial da *Rádio Sociedade* lançada em outubro de 1923, na qual Sampaio publicou alguns artigos⁶³, e a revista *Electron*, também publicada pela instituição duas vezes ao mês, criada em 1926. Esta abordava temas de interesse dos associados, tais como a programação da *Rádio Sociedade*, resumo de cursos e palestras, temas técnicos de radiotelefonia, entre outros (MOREIRA e MASSARANI, nov.2000-fev.2001, p.639). Vale destacar que todas as publicações citadas foram criadas sob a direção de Edgard Roquette-Pinto, que a partir de 1926 também assumiria a direção do Museu Nacional, na qual permaneceria até 1935.

Naquele período, a crença na ciência e na educação como meios de elevação do Brasil ao nível das nações “civilizadas” era corrente, e a participação de cientistas e intelectuais em

⁶³ Nessa revista foram publicadas conferências de Sampaio irradiadas pela *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, em 1924, que compunham uma série de palestras sob o título “Arborização e Reflorestamento”: “Considerações gerais”. *Radio*, 15 dez, 1924; “A escolha das árvores mais próprias para cada área a arborizar”. *Radio*, jan. 1924; “Qualidades do terreno e sua exposição ao sol e aos ventos”. *Radio*, n.11, 15 mar. 1924.

diversas iniciativas como a criação da *Academia Brasileira de Ciências* (1916), da *Rádio Sociedade* (1923), da *Associação Brasileira de Educação* (1924) e da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* era indicativa dessa perspectiva.

Ao pesquisar sobre a fundação de algumas dessas instituições científicas e educacionais observamos que em suas atas ou estatutos de criação vários nomes se repetem, sendo todos eles de cientistas e intelectuais renomados no período. Entre eles, destacam-se Edgard Roquette-Pinto, cuja importância nesses empreendimentos já foi ressaltada, e Alberto José de Sampaio, que teve sua participação confirmada em pelo menos três das agremiações citadas. Estas tinham um importante traço em comum: a ênfase em políticas educacionais.

Podemos pensar ainda os periódicos e discursos daquele período – em jornais, revistas e no rádio –, recheados de teorias e discursos científicos e cientificistas, como supressores de falhas de formação e instrução de seus leitores, como lembram FIGUEIRÔA e LOPES (1997). Segundo as autoras,

“o aparente paradoxo da significativa presença de conteúdo *de e sobre* ciência e tecnologia apesar do “mar de analfabetos” poderia, assim, ser entendido como um fator contingente, tendo os jornais expressado e incorporado as próprias limitações do contexto que se pretendia superar” (grifos originais) (p.194).

As publicações de Alberto Sampaio em periódicos de caráter científico, de divulgação científica, em vários jornais brasileiros e no rádio podem ser pensadas, portanto, como formas de divulgação mais ampla de seus ensinamentos científicos e conservacionistas para a consolidação de seu projeto de modernização e desenvolvimento da nação.

Podemos concluir que naquele contexto de “redescoberta do Brasil” em que vários cientistas e intelectuais se propuseram a pensar o futuro da do país, Sampaio formou uma rede de relações que contribuiu definitivamente para a elaboração e divulgação de seu projeto de nação baseado em uma nova relação entre o homem e a natureza brasileira. A constituição dessa relação será o tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

Alberto Sampaio e a fitogeografia: em defesa da conservação das “fontes da vida” no Brasil

“a mim, me preocupa a fartura de meio naturais de subsistência, através da “Proteção à Natureza”, isto é, a defesa efetiva das “Fontes da Vida no Brasil”, segundo Alberto Torres, sem embargo de sua exploração racional”.
Alberto José de Sampaio⁶⁴

Alberto Sampaio era conhecido como a maior autoridade brasileira em fitogeografia no período em que viveu. Suas diversas viagens e expedições pelo território nacional como botânico do Museu Nacional, nas quais coligia plantas posteriormente classificadas na Seção de Botânica, formaram a base de sua síntese fitogeográfica propalada em seu livro *Phytogeographia do Brasil* e muito contribuíram para a elaboração de suas interpretações sobre a sociedade brasileira⁶⁵.

Desde seu ingresso no Museu, em 1905, até sua aposentadoria, em janeiro de 1941, Sampaio excursionou por longos períodos pelo território brasileiro, principalmente por seu Estado natal, o Rio de Janeiro, ao qual dedicou parte significativa de seus trabalhos⁶⁶.

O conhecimento da vegetação de parte do território nacional, o contato com as mazelas que afetavam as populações interioranas e a inserção no movimento intelectual nacionalista de “redescoberta do Brasil” experimentado nas primeiras décadas do século XX embasaram a formulação de suas teorias de prosperidade da nação baseadas em propostas de relações “orgânicas” entre o povo e o ambiente natural.

⁶⁴ SAMPAIO, 1935, p.64.

⁶⁵ Como afirmou Roquette-Pinto, “os trabalhos de sistemática botânica não conseguiram esterilizar, na estreita especialização taxonômica, a alma de verdadeiro naturalista – que há de ser sempre ecológica – e vibra no ilustre mestre”. SAMPAIO, 1935, p.5. Sobre o papel que as expedições científicas desempenharam na construção de teorias e representações sobre natureza e sociedade no Brasil, ver LIMA, 1999, capítulo 3.

⁶⁶ Sobre suas excursões, ver ANEXO I. Dentre seus trabalhos publicados sobre o Rio de Janeiro destacamos: “Nomes vulgares de plantas do Distrito Federal e do Estado do Rio”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Pimenta de Melo, v. 2, n. 3, 1926; “*Orchidaceas* de Teresópolis (Serra dos Órgãos, Estado do Rio)”. *Almanak Agrícola Brasileiro*, São Paulo, 1918; “O Problema Florestal no Rio de Janeiro”, *A Ordem*, Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1929; “As florestas do Rio de Janeiro”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1929.

Suas excursões contribuíram não somente para ampliar os seus conhecimentos botânicos e sua capacidade de síntese, mas também para conferir legitimidade aos seus trabalhos, num momento em que as idéias de progresso e de ciência como evolução e aperfeiçoamento legitimavam o conhecimento pela acumulação da experiência (ROSSI, 2000, p.71-72).

Em 1935, em prefácio ao livro *Biogeographia Dynamica*, Roquette-Pinto fez uma afirmação que corroborava essa idéia:

“Depois de haver aprofundado de maneira singular os seus conhecimentos da nossa Natureza (...) *examinando os melhores herbários, descobrindo e determinando muitas plantas ainda não catalogadas, percorrendo léguas de matas, campos e cerrados; depois de ter visitado os maiores centros científicos do Mundo* – recebendo em todos a respeitosa acolhida que os trabalhos originais tanto cimentavam – começa o professor A. J. de Sampaio a publicar uma série notável de livros, em que a orientação superior do cientista de amplo descortino *vem dar à sua terra admiráveis documentos, indispensáveis aos que desejam conhecê-la* (grifos nossos) (SAMPAIO, 1935, p.5).

A fitogeografia nasceu da fecundidade das numerosas expedições científicas realizadas nos séculos XVIII e XIX, que enriqueceram consideravelmente a lista de espécies vegetais conhecidas, levando posteriormente ao estabelecimento de relações entre as vegetações e sua distribuição nos territórios (ACOT, 1990, p.13). Ela foi individualizada como um novo ramo das ciências geográficas por Alexander von Humboldt, no início do século XIX, a partir dos estudos empreendidos em sua viagem pela América entre 1799 e 1804, que culminou na publicação de seu *Essai sur la Géographie des Plantes*, em 1805.

No Brasil, a base dos conhecimentos sobre nossa flora foi constituída pela monumental obra dos naturalistas viajantes Spix e Martius – *Flora brasiliensis* – que aqui estiveram entre os anos de 1817 e 1820. Seus estudos botânicos, contudo, não se limitaram à sistemática das plantas, a partir de suas observações pelo território brasileiro, Martius elaborou o primeiro mapa fitogeográfico do Brasil (1824)⁶⁷, considerado fundamental para o

⁶⁷ Segundo VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA (1991, p.15), a classificação de Martius data de 1824, tendo sido o seu mapa anexado por Grisebach no volume XXI da *Flora brasiliensis* em 1858.

estabelecimento dos sistemas subseqüentes, por se basear em impressões florísticas e fisionômicas, e em ampla coleção botânica (JOLY *et. al.*, 1999, p.332).

Caracterizado por uma classificação *florística*, o mapa de Martius apresenta o território brasileiro dividido em cinco regiões nomeadas por divindades gregas: *Nayades* (ninfas dos lagos), corresponde à flora amazônica; *Oreades* (ninfas companheiras de Diana, deusa da caça), corresponde aos cerrados; *Dryades* (ninfas protetoras de bosques), correspondente à região da atual Mata Atlântica; *Napaeae* (ninfas protetoras de vales e prados), atual Mata de Araucária e campos sulinos, ou flora subtropical; e *Hamadryades* (ninfas protetoras de árvores), atual caatinga; além de uma área não referenciada em seu mapa, classificada posteriormente como “desconhecida” (JOLY *et. al.*, 1999, p.332; SAMPAIO, 1930, p.271-72; VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991, p.15)⁶⁸.

Somente passados quase cem anos da elaboração do mapa de von Martius, outra classificação fitogeográfica foi publicada no Brasil pelo Ministério da Agricultura, o *Mappa Florestal do Brasil* (1911) de Gonzaga de Campos⁶⁹, com objetivos claramente delimitados: “oferecer uma base aos primeiros estudos para criação das reservas florestais” (CAMPOS, 2001, p. 49)⁷⁰. Segundo Alberto Sampaio, a publicação dessa obra confirmava ser o problema florestal um tema primário e fundamental no que dizia respeito à proteção à natureza naquele período (SAMPAIO, 1935, p.43). Essa asserção é bastante reveladora de um dos pressupostos que iria orientar nosso autor em sua luta pela defesa da natureza no Brasil: o reflorestamento.

⁶⁸ Ver ANEXO II, figura 2.

⁶⁹ Luiz Felipe Gonzaga de Campos (1856-1925), natural de São Luís, Maranhão, diplomou-se em engenharia de minas no ano de 1879, pela *Escola de Minas de Ouro Preto*, MG. Em 1886, ingressou na *Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, como auxiliar de Orville Derby, realizando trabalhos sobre cartografia e geologia, publicados em relatórios e monografias. Em 1907, assumiu o posto de primeiro engenheiro do *Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, tendo sido nomeado seu diretor no ano de 1915. Em 1911, teve o seu “*Mappa Florestal do Brasil*” publicado. CAMPOS, 1987.

⁷⁰ Vale ressaltar que Alberto Sampaio admitia duas outras classificações fitogeográficas entre as elaboradas por Martius e Gonzaga de Campos, que não são referenciadas nos principais trabalhos sobre o tema (JOLY *et. al.*, 1999 e VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991). As referidas classificações seriam de J. M. Caminhoá, “Geografia botânica, em *Botânica Geral e Médica*”, Rio de Janeiro, 1871; e o sistema de Barbosa Rodrigues, “*Esquisse Geographique des Palmiers du Brésil*”, em *Sertum Palmarum Brasiliensium*”, I, 1903. Ver SAMPAIO, “Fitogeografia do Brasil”. *Boletim do Museu Nacional*, v.6, n.4, dez. 1930, p.271.

O mapa de Gonzaga de Campos é baseado em uma classificação *fisionômico-estrutural*, e não mais *florística* como o mapa de Martius, sendo a vegetação brasileira dividida em três grandes grupos – *matas, campos e caatingas* –, pois, segundo ele, “atendendo ao seu fim especial, o mapa só tentou discriminar essencialmente dois tipos principais de vegetação; o que é, ou foi floresta, do que parece nunca haver sido” (CAMPOS, 2001, p.49)⁷¹.

Na classificação de Gonzaga de Campos destaca-se ainda a utilização de uma terminologia regionalista empregada até os dias atuais, como “campos cerrados”, “campos alpinos” e “caatinga”. Esse tipo de terminologia também é característica da classificação fitogeográfica de Alberto Sampaio. Ele foi o segundo brasileiro a elaborar um mapa fitogeográfico do país, e sua sistematização constituiu um importante marco nas discussões sobre o tema⁷².

Sampaio dividiu a vegetação do território brasileiro em duas grandes “províncias” – segundo a terminologia de Engler (SAMPAIO, 1938, p.38) –, adotando novamente o critério *florístico* utilizado por Martius, sem, contudo, se restringir a este princípio (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991, p.18). São elas, a *Flora Amazônica* ou *Hylaea Brasileira* (considerada parte da *Hylaea amazônica* – floresta equatorial úmida – de Humboldt) e a *Flora Geral ou Extra-Amazônica*, a primeira subdividida em duas zonas (*Zona do Alto Amazonas* e

⁷¹ Não foi possível anexar ao nosso trabalho o mapa florestal de Gonzaga de Campos, pois a diferenciação entre os grupos de vegetação elaborada em sua classificação apresentou-se ilegível na edição do livro a que tivemos acesso (edição fac-similar de 1987, Cf. CAMPOS; SÃO PAULO, 1987).

⁷² O mapa fitogeográfico de Sampaio começou a ser elaborado a partir da década de 1920, mas conseguiu maior visibilidade com a edição de seu livro *Phytogeographia do Brasil*, em 1934, publicado a partir de um curso de extensão oferecido pelo autor no Museu Nacional sob os auspícios da Universidade do Rio de Janeiro, em 1932. O curso teria sido baseado em longo trabalho realizado entre 1919 e 1922 para a “Geografia do Brasil, Comemorativa do Centenário da Independência”, grande obra empreendida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”. Cf. D.F.C., 1943, p.183. Portanto, as bases de sua classificação fitogeográfica datam desta época, tendo sido publicadas, ainda, duas versões preliminares com algumas modificações, antes do livro de 1934, em: “A Flora Brasileira sob o ponto de vista fitogeográfico”. *Annaes da Academia Brasileira de Ciencias*, t.1, n.3, setembro 1929, e “Fitogeografia do Brasil”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez. 1930, p. 271-299. Segundo MAGNANINI (1952, p. 460), “os resultados advindos do curso e do livro são reputados como básicos para a fitogeografia brasileira, constituindo-se Sampaio como um verdadeiro marco nessa especialidade”. *Phytogeographia do Brasil* foi o livro de maior sucesso editorial de Alberto Sampaio, tendo sido publicado em três edições pela Companhia Editora Nacional, a primeira em 1934 (284 páginas), a segunda em 1938 (334 páginas), revisada e ampliada, e a terceira edição em 1945 (372 páginas), também revisada e aumentada.

Zona do Baixo Amazonas), e a segunda em seis zonas diferentes (*Zona dos Cocais, Zona das Caatingas, Zona das Matas Costeiras, Zona dos Campos, Zona dos Pinhais e Zona Marítima*)⁷³. Vale ressaltar que, em seu mapa, Sampaio oferecia destaque à Amazônia, pois o seu regime aluvial-pluviométrico definia sua classificação da vegetação brasileira, como veremos a seguir.

VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA (1991, p.20) argumentam que a classificação de Alberto Sampaio foi uma regressão em relação à divisão de Martius, pois esta constituía-se em cinco regiões florísticas, enquanto a de Sampaio apresentava apenas duas floras com ligações florísticas identificadas. Contudo, segundo os autores, o mapa de Sampaio constituiu um avanço em sua subdivisão fisionômica – *Zona dos Cocais, Zona das Caatingas, Zona das Matas Costeiras, Zona dos Campos, Zona dos Pinhais e Zona Marítima* – se comparada à classificação de Gonzaga de Campos.

Entretanto, não trabalhamos com a idéia de “regressão” ou “progressão” dos sistemas fitogeográficos propostos, como se seguissem uma linha evolutiva linear, guiada pelo ideal de progresso inexorável dos conhecimentos científicos. Pretendemos analisar quais as perspectivas assumidas nas respectivas classificações fitogeográficas, principalmente naquela apresentada por Alberto Sampaio, objeto de nossa pesquisa.

O mapa de Sampaio seguia objetivos específicos⁷⁴ e sua classificação *florística* também não permitia a comparação direta com mapas baseados em outros critérios, como o *fisionômico-estrutural* de Gonzaga de Campos.

Segundo nosso botânico, a divisão da flora brasileira em duas províncias justificava-se por seguir um critério didático de simplificação do tema e também por obedecer ao princípio

⁷³ Ver ANEXO II, figura 3. Nossa análise sobre sua classificação fitogeográfica baseia-se em seu livro *Phytogeographia do Brasil*. Coleção Brasiliana, vol. 35. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

⁷⁴ Nesse sentido, vale ressaltar uma possível perspectiva “nacionalista” de seu mapa, na medida em que, naquele período, ações voltadas para a exploração e conhecimento do território e da natureza brasileira assumiam um importante papel nas políticas voltadas para a construção da nação. No caso de Sampaio, seu mapa fitogeográfico fornecia um levantamento dos recursos naturais do país, localizando-os no território, e ainda indicava algumas formas de explorá-los e também conservá-los, como nos casos do babaçu e da carnaúba. Sobre a valorização econômica da exploração dessas duas plantas pelo autor, ver SAMPAIO, 1938, p.107-137.

ecológico que reconhecia em nossa flora dois tipos fundamentais: o tipo hidrófilo-megatérmico da flora amazônica e o tipo sub-xerófilo descontínuo da flora extra-amazônica (SAMPAIO, 1930, p.271 e 273)⁷⁵.

Duas outras inovações caracterizaram a classificação fitogeográfica de Sampaio: a individualização da *Zona dos Cocais*, inserida em sua *Flora Geral*, e a ampla utilização da idéia de ligações florísticas. A *Zona dos Cocais* abrangia as áreas dos Estados do Maranhão e Piauí, e até então era considerada zona de transição entre a Amazônia e a *Zona das Caatingas* e a *Zona dos Cerrados*.

Segundo Sampaio, era uma região que não estava bem definida, nem havia sido cartografada de maneira que pudessem ser identificadas suas diversas associações florísticas, contudo, alguns estudos contemporâneos de caracterização daquela região citados por ele teriam permitido que ela fosse individualizada como uma zona florística específica. Ele afirmava que aquela era uma zona especial, dada a enorme abundância de babaçu em matas homogêneas ou sub-homóclitas, planta que teria dado origem ao nome *Zona dos Cocais*, pois naquela região as florestas de babaçu eram chamadas “cocais”, e também porque a fitogeografia adotava naquela época denominações regionais (SAMPAIO, 1938, p.103-105).

Em sua classificação fitogeográfica, Alberto Sampaio utilizou amplamente a idéia de ligações florísticas entre as regiões, não somente quando se referia ao território brasileiro, mas também em relação às floras de países vizinhos, mesmo distantes, como a África. Para essa perspectiva certamente contribuíram seus conhecimentos sobre genética vegetal, tema sobre o qual publicou alguns artigos⁷⁶. Segundo ele, a *Flora Amazônica* apresentava íntima correlação

⁷⁵ Divisão baseada nos critérios estabelecidos por Engler e Rikli. O mapa de Sampaio foi baseado na classificação fitogeográfica de Engler (1918), com algumas modificações. Cf. SAMPAIO, “Fitogeografia do Brasil”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez. 1930, p. 271-299.

⁷⁶ Segundo Sampaio a Fitogeografia Genética, como um setor da Fitogeografia, referia-se ao “estudo especial das origens tópicas, isto é, da razão de ser de cada planta no local em que se encontra” (SAMPAIO, 1940, p.60). Ou seja, seria o estudo da origem da distribuição das plantas. Sobre genética vegetal, Sampaio publicou os seguintes trabalhos, entre outros: “Fitogeografia Genética”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, jan. 1928; “Genética Vegetal”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.395-461; “Genética Vegetal – Tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”, Rio de Janeiro, julho 1929.

com a flora africana, possuindo também ligações florísticas, através dos Andes, com a América do Norte; e a *Flora Extra-Amazônica* apresentava ligações afro-americanas e australásicas que teriam se originado na Amazônia, Andes e Argentina (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991, p.19).

A fitogeografia de Sampaio inseria-se em um momento da história nacional em que o conhecimento e a integração do espaço eram grandes preocupações daqueles que estavam pensando o Brasil, pois acreditava-se que este era um fator determinante na construção de nossa nacionalidade e na edificação de um país moderno. Sua obra foi fortemente marcada por esse aspecto e suas representações sobre a natureza, o território e a sociedade podem ser consideradas referências de discursos sobre a nação naquele período. Sua questão principal, bem como da comunidade científica à qual pertencia, era estudar as questões relacionadas à natureza física, política e social do país, propondo soluções diante das idéias de “progresso”.

A construção e consolidação da nação no espaço implicavam diferentes estratégias, entre elas o estabelecimento de um patrimônio geográfico, em que destacou-se a profusão de textos de geógrafos, naturalistas, viajantes, técnicos, entre outros, com descrições minuciosas, dados estatísticos, mapas e atlas, que mostravam o território como espaço nacional, tornando-se instrumento de afirmação da nacionalidade brasileira em formação (DUTRA, 2005, p.150).

Segundo DE LUCA (1999, p.116), propugnava-se a necessidade de um saber capaz de instrumentalizar a ação, através do conhecimento do território nacional e do mapeamento de suas riquezas, visando sua exploração e utilização de acordo com os interesses da nação.

O uso racional da natureza é um tema que perpassa toda a obra de Sampaio e deve ser pensado como parte de um projeto mais amplo de modernização e desenvolvimento da nação brasileira. Seus três livros editados pela “Coleção Brasileira” – *Phytogeographia do Brasil*,

Actas e Trabalhos, vol. 1, 1929; “Endemismos na Flora Neotrópica”. *Actas do Congresso Internacional de Biologia de Montevideo*. Fasc. 1, 1930; “O Ensino da Genética no Brasil, em Curso Secundário ou Iniciação – Uma norma”. *Algodão*, IV, n.33-34, jul.-ago. 1937.

Biogeographia Dynamica e *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* – são permeados por essa temática, tendo como ponto de partida a biogeografia dinâmica⁷⁷.

A perspectiva “dinâmica” de seus estudos biogeográficos, segundo ele, implicava ciência operante e sob esse prisma encaminhava realizações (SAMPAIO, 1935, p.132). Assim, a proteção à natureza era definida como a feição “dinâmica” ou “aplicada” da Biogeografia, pois constituía-se em um programa prático de aperfeiçoamento das relações biogeográficas entre o homem e o meio⁷⁸.

Vale ressaltar que, como botânico, Sampaio concentrou-se na análise das relações entre o homem e o meio vegetal, destacando-se seus conhecimentos sobre fitogeografia, que formaram a base de suas teorias sobre a sociedade brasileira. A partir de seus conhecimentos sobre a distribuição da vegetação no território, Sampaio analisava a “realidade” brasileira, propondo mudanças que trouxessem o desenvolvimento econômico e social da nação, através de uma relação racional, e mais próxima, entre o homem e o ambiente natural.

Em todos os seus estudos – exceto naqueles dedicados estritamente à taxonomia vegetal ou a questões técnicas de botânica – ele tinha como foco o homem, destacando sempre a participação humana nos processos naturais, seja em sua capacidade destruidora ou de aperfeiçoamento do ambiente. O homem era pensado sob o ponto de vista biológico e biogeográfico, em suas relações com o meio em que vivia.

A “Proteção à Natureza” era definida por Sampaio como uma “nova ciência”, que compreendia “o conjunto dos conhecimentos biogeográficos que conduzem a evitar a rarefação ou extinção dos bens naturais, em cada país” (SAMPAIO, 1935, p.21).

⁷⁷ Furon (1961) admitia três setores na Biogeografia, entre eles a Biogeografia dinâmica, “que estuda as origens da população atual, suas causas geográficas e biológicas”. Os outros dois seriam a Biogeografia estatística e a Biogeografia histórica ou paleobiogeografia (*apud* SANTOS, 1985, p.63).

⁷⁸ Em seu artigo “Introdução à Biogeografia”, DANSEREAU (1949, p.84-5) corrobora essa idéia ao afirmar que a “Conservação (...) ciência relativamente nova (...) baseada nos conhecimentos ecológicos ou então biogeográficos (...) é biogeografia aplicada”.

Ele classificava seu curso de Fitogeografia publicado em 1934, como um curso de “Fitogeografia Dinâmica”, pois, segundo ele, dizia “o que é atualmente o patrimônio florístico do Brasil, o que foi e o que deve ser, como consequência racional do progresso da civilização” (SAMPAIO, 1938, p.177), explicitando um ponto essencial na compreensão de seu pensamento e de seus contemporâneos: a fé no progresso. Esta baseava-se principalmente em três convicções: 1) na história existiria uma lei que tenderia à perfeição e à felicidade do gênero humano; 2) tal processo de aperfeiçoamento seria identificado geralmente com o crescimento e o desenvolvimento da técnica e do saber científico; 3) a ciência e a técnica seriam as principais fontes do progresso político e moral (ROSSI, 2000, p.95).

A esperança em um futuro melhor que um presente cujos limites e insuficiências faziam-se visíveis estava contida nessa idéia de progresso como um processo necessário (ROSSI, 2000, p.52). Para a geração de Sampaio, o país estava “condenado ao progresso”, como afirmou ele em citação a Euclides da Cunha, um progresso que deveria ser “sabidamente dirigido” por cientistas e intelectuais (SAMPAIO, 1935, p.221).

A certeza de que todas as nações se encaminhavam para o “progresso” e para o patamar das “nações civilizadas”, era uma máxima dos discursos da época. Segundo Sampaio, “nós avançamos tão rapidamente na senda da Civilização, que é bem possível que meus netos possam ter a honra de ver realizada esta minha profecia” (SAMPAIO, 1935, p.284)⁷⁹.

Seu pensamento sobre a natureza brasileira pressupunha que esta se encontrava em desequilíbrio devido à sua devastação. Segundo ele, o homem era responsável por manter o equilíbrio entre os seres vivos, para que não lhe faltasse nunca os meios de subsistência; e esse equilíbrio se constituía objetivo próprio da nova disciplina, a “Proteção à Natureza” (SAMPAIO, 1935, p.165).

⁷⁹ Aqui ele se referia ao reflorestamento do Brasil, naquele momento incentivado por dispositivos governamentais, como pelo recentemente instalado Código Florestal (1934).

As relações entre homem e natureza pensadas por Alberto Sampaio podiam ser apreendidas a partir de uma concepção orgânica do mundo, em sua unidade funcional e interdependente. Assim como em Alberto Torres, sua principal matriz teórica, essa concepção “orgânica” da realidade constituiu a base de sua investigação. Nessa perspectiva, sociedade e natureza eram consideradas partes constituintes de um organismo - a realidade brasileira.

A organicidade de uma sociedade se expressaria nas relações funcionais entre os seus vários setores, incluindo o ambiente natural, e na manutenção da harmonia dessas relações. Nesse sentido, a conservação da natureza tornava-se essencial na preservação do equilíbrio, devendo-se procurar um modo de conciliar mudança e progresso com duração e permanência (MARSON, 1979, p.123). Torres⁸⁰ afirmava que:

“Em seu aspecto dinâmico, a noção de ‘civilização’ deve exprimir um estado de *equilíbrio e de harmonia entre o homem, o meio físico e a sociedade*, capaz de assegurar bem-estar e cultura ao indivíduo e *desenvolvimento* à espécie, *conservando e melhorando* o patrimônio cósmico da humanidade e aperfeiçoando o seu patrimônio mental” (grifos nossos).

O discurso em defesa da natureza brasileira era marcado, naquele momento, pelo sentido de urgência, através da percepção de esgotabilidade dos recursos naturais:

“Quem não estude a fundo o problema florestal pensa ainda, o que é natural, serem inesgotáveis as nossas matas; outros pensam que é preciso reflorestar o Brasil, mas não há pressa, pode ficar para depois. Vê-se bem que se faz mister desenvolver no Brasil uma intensa e forte campanha pelo reflorestamento imediato, e de modo geral em todos os sentidos da Proteção à Natureza. De outro modo os elementos nobres de nossa flora irão sendo por toda parte destruídos (...)” (SAMPAIO, 1938, p.176).

A destruição da vegetação brasileira era atribuída a um sentimento de imprevidência, segundo Sampaio, herdado de nosso passado colonial que era guiado pelo lema “*Quem vier hoje que se arranje*” (SAMPAIO, 1938, p.160). Para ele, quando o homem agia egoisticamente, sem se importar com os prejuízos às futuras gerações, destruindo florestas e outros bens naturais, sua ação nociva superava todos os “seres nocivos juntos, somados e

⁸⁰ Citado por MARSON, 1979, p.124

multiplicados”, pois “não há saúva que o iguale, esta destrói searas, a imprevidência humana tem destruído nações” (SAMPAIO, 1935, p.169).

Havia uma percepção de que o território brasileiro encontrava-se devastado, e, para a afirmação dessa idéia, muito contribuíram as imagens advindas das viagens científicas ao interior do Brasil, muitas empreendidas pelo botânico Alberto Sampaio⁸¹. Sua preocupação com a devastação do território brasileiro individualizou-se na caracterização de uma de suas zonas fitogeográficas, a *Zona das Caatingas*, que apresentava um caráter ambivalente. Para ele, esse tipo de vegetação distinguia-se não somente por suas formações originais, mas também por ser uma vegetação característica de áreas devastadas, abrangendo,

“desde as florestas outrora luxuriantes e hoje muito devastadas, até as caatingas mais pobres que aí se encontram e que em grande parte resultaram da obra nefasta do homem que há quatro séculos vem destruindo imprevidentemente a vestimenta florística da região” (SAMPAIO, 1938, p.112).

Segundo Sampaio, as caatingas nordestinas seriam, em grande parte, conseqüências da devastação da natureza, como mostrou em seu quadro estatístico que indicava as matas outrora existentes no Nordeste e as que restavam em sua época, reproduzido a seguir (SAMPAIO, 1938, p.119):

Áreas de matas no Nordeste		
	<i>Antigamente</i>	<i>Restantes hoje</i>
Piauí	27%	14,2%
Ceará	43%	18,4%
Rio Grande do	25,42%	12%
Paraíba	36,53%	0,82%
Pernambuco	34,14%	14%
Alagoas	27,95%	9,7%
Sergipe	41,07%	0,1%

⁸¹ Vale ressaltar que Sampaio tinha ciência de que sua geração não era a primeira a alertar sobre esses problemas. Muito ao contrário, em seus escritos, principalmente em seus livros *Phytogeographia do Brasil* e *Biogeographia Dynamica*, ele demonstrava ter uma consciência histórica em relação à existência de uma crítica à devastação da natureza no Brasil nos séculos anteriores ao XX, utilizando autores como José Bonifácio e Peter Lund para dar legitimidade ao seu discurso. Ver SAMPAIO, 1938, p.22-23; SAMPAIO, 1935, p.12,13, 28. Postura diferente da assumida pelos ecologistas contemporâneos, como salientado por PÁDUA (2005, p.70-71), que constatou a falta de conhecimento historiográfico por parte deste grupo sobre uma tradição de crítica ambiental no país nos séculos XVIII, XIX e início do XX. Sobre esta tradição, ver PÁDUA, 2002.

Bahia	35,67%	19,7%
-------	--------	-------

Segundo ele, a *Zona das Caatingas* estendia-se não somente pelo nordeste brasileiro, mas também pelo Brasil central e oriental, principalmente no Espírito Santo, onde as derrubadas das matas estavam abrindo áreas para sua expansão. Assim, ele concluiu que, “se permanecêssemos na apatia e criminosa indiferença à devastação de nossa Natureza, é certo que todo o Brasil passaria a ser uma vasta caatinga, e depois um imenso deserto; felizmente já se iniciou o reflorestamento do Nordeste” (SAMPAIO, 1938, p.113)⁸².

Quando se falava em proteção à natureza naquele período referia-se essencialmente à conservação de florestas, a preservação/conservação de outros tipos de vegetação não era assunto prioritário, o que constatava-se na legislação essencialmente *florestal* vigente: *Serviço Florestal do Brasil*, criado em 1921 (Decreto n.4421, de 28/12/21) e organizado em 1925 (Decreto n.17042, de 16/09/25); e *Código Florestal* (Dec. n. 23.793, de 23/01/1934)⁸³.

Segundo Sampaio, “o problema florestal é sem dúvida o tema nº 1 ou primário, fundamental da Proteção à Natureza” (SAMPAIO, 1935, p.43). E, utilizando argumentos utilitaristas, ele defendia sua conservação:

“em nosso patrimônio florístico as matas constituem a parte mais importante; é a que mais precisa proteção, racional e não outrance, para que não desapareça seu indispensável concurso ao conforto climático, ao comércio e à agricultura” (SAMPAIO, 1938, p.20).

As caatingas, por exemplo, eram consideradas formações inferiores, segundo o padrão florestal almejado, pois, para ele, “por inveteradamente xerófilas, não melhoram de aspecto quando invadem terreno bom” e, sendo assim, deveriam ser reduzidas a “reservas históricas” (SAMPAIO, 1938, p.129, 128).

⁸² Aqui ele se referia ao Serviço de Reflorestamento do Nordeste (SAMPAIO, 1935, p.78)

⁸³ Cabe lembrar ainda a instituição de uma lei em 1918 que, com o intuito de intensificar a cultura de essências florestais no Brasil, principalmente o eucalipto, estabeleceu uma recompensa por árvore plantada. Cf. COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS BRASIL, 1919, p.105-7.

Sampaio pregava a transformação daquela zona fitogeográfica em *Zona dos Carnaubais*, através do cultivo intensivo e substituição da vegetação das caatingas por plantações de carnaúbas, denominada “*árvore-providência*” pelos nordestinos, devido aos muitos benefícios que lhes prestava essa palmeira (SAMPAIO, 1938, p.130-142)⁸⁴.

Em defesa das florestas, ele destacava ainda o papel da silvicultura no país, pois a exploração racional de nossa cobertura florestal poderia tornar-se uma de nossas maiores fontes de renda, dada a crescente escassez de madeira no mundo. Em sua argumentação, ele considerava também a importância da “questão demogênica”, segundo a qual as florestas eram pensadas em benefício do homem que, segundo ele, tinha no habitat rural, muitas vezes, sua única fonte de alimentação (SAMPAIO, 1938, p.20-21).

Em *Phytogeographia do Brasil* (1934), seu primeiro livro a ser lançado pela “Coleção Brasileira”, ele iniciou um ciclo de reflexões sobre as relações entre o homem e a natureza no Brasil, concluído somente com o lançamento de *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* dez anos depois, em 1944. Vale lembrar que essa é uma interpretação *a posteriori* do conjunto de sua obra e não expressa uma intencional linearidade na escrita do autor.

No livro de 1934, estritamente relacionado aos conhecimentos botânicos que adquiriu desde seu ingresso no Museu Nacional, em 1905, ele propunha uma classificação geográfica do patrimônio florístico brasileiro de acordo sua distribuição no território nacional. Uma sistematização fitogeográfica, segundo ele, com base nos ideais de proteção à natureza no sentido desta ser “no mínimo uma verdadeira *profilaxia da inanição e de moléstias de carência* no Habitat Rural” (grifos originais) (SAMPAIO, 1938, p.16).

O conhecimento sobre o território e a elaboração de seu mapa fitogeográfico incitou o autor a tecer conclusões acerca das relações imprevidentes e destrutivas que prevaleciam entre a população nacional e o ambiente natural, e a elaborar soluções para o suposto “atraso”

⁸⁴ Nosso botânico se dedicou ao estudo dessa planta em alguns de seus escritos. Cf. “A carnaúba”. In: SAMPAIO, 1938, p.130-137; “A Carnaúba (Notícia para um filme educativo, preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n.7, abril 1933.

brasileiro. Segundo ele, essas relações causavam problemas básicos que impediam o desenvolvimento da nação, como a má alimentação ou subnutrição, tema que será especialmente desenvolvido no próximo capítulo.

Parafraseado Humboldt, Sampaio afirmou que: “O conhecimento do caráter da Natureza, das diversas regiões, está relacionado com a História da Humanidade e intimamente ligado à sua Civilização” (SAMPAIO, 1935, p.11). Para ele, a natureza, considerada primordialmente como fonte de subsistência humana, estava diretamente relacionada ao grau de desenvolvimento das nações.

O ambiente natural, para Sampaio, não apresentava valor em si mesmo, sua proteção seria uma das formas de proteger o próprio homem, como afirmou em *Biogeographia Dynamica*, na medida em que lhe garantiria a subsistência e saúde. Na verdade, sua questão principal era social. Segundo ele, ““a vida é função do meio”; se melhorarmos o ambiente (...) melhoraremos nossa própria existência” (SAMPAIO, 1935, p.25-37).

Ele criticava os autores que “exageravam” o valor das matas em sua época, dando destaque ao valor das florestas em benefício do homem. Segundo ele, algumas pessoas, defendendo as florestas, não se contentavam em indicar seus valores positivos, atribuindo-lhes forças sobrenaturais. Além disso, afirmava que as matas também possuíam seu lado negativo, “pois as florestas virgens, rústicas, a natureza bruta enfim, têm também defeitos” (SAMPAIO, 1938, p.20 e 165). Nesse trecho, destaca-se sua abordagem pragmatista e cientificista que revestia seu discurso de uma suposta neutralidade e superioridade.

Alberto Sampaio geralmente ressaltava a importância da vegetação para o homem, incitando sua conservação através de argumentos pragmáticos:

“Do reino vegetal dependem o reino animal e o homem (...) Os benefícios da flora são numerosos, uns conhecidos de toda a gente, outros reconhecidos pela ciência (...) Todo mundo conhece numerosas plantas úteis, campestres e florestais; geralmente se compreende o papel protetor das florestas para os mananciais; não há quem desconheça a utilidade de uma árvore frutífera, ornamental ou de sombra; menos

conhecidas são as influências das plantas no conforto climático, no preparo do solo fértil, na biocenose, etc.” (SAMPAIO, 1938, p.18-20).

No mesmo sentido utilitarista ele teceu considerações acerca das plantas e animais considerados “nocivos”. Segundo ele, estes “fogem à Proteção, não a merecem; devem ser restringidos ao mínimo compatível com a segurança dos *seres úteis*” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1935, p.206). Porém, ressaltou que não deveriam ser destruídos a ponto de se extinguirem, devido ao seu valor científico.

Sustentando uma concepção funcionalista da natureza, mesmo quando restringia o extermínio dos seres considerados prejudiciais ele o fazia segundo interesses específicos. Em seu rol de espécies nocentes não se enquadravam somente os animais causadores de pragas e doenças, mas também aqueles considerados nocivos pelo risco que invariavelmente impunham à vida humana, como leões, tigres e onças, que, em sua argumentação pragmática, também eram tidos como “números importantíssimos dos jardins Zoológicos, no mundo inteiro” (SAMPAIO, 1935, p.206).

No livro *Biogeographia Dynamica* a defesa de um Estado forte na luta pela conservação da natureza destacou-se e o papel do governo foi ressaltado como o responsável pelas “grandes realizações”, tais como a elaboração de leis e sua fiscalização, a inserção do tema na educação, entre outros (SAMPAIO, 1935, p.273). Sampaio apresentou tendências autoritárias, como se pode observar em sua definição do que deveria ser o “triângulo da eficiência” na proteção à natureza – técnica, educação e força –, inspirado no regime florestal militarizado do ditador italiano Benito Mussolini (SAMPAIO, 1935, p.15; SAMPAIO, 1938, p.153). Nesse sentido, ele dedicou ainda um capítulo ao tema da defesa nacional, em que foram transcritas as considerações de um major do exército sobre o papel da natureza nessa questão. Nele, o referido colaborador declarava incisivamente a necessidade de uma consulta ao exército em caso de elaboração de qualquer plano de proteção à natureza no Brasil,

destacando enfaticamente o papel militar no controle desses bens naturais através de uma força florestal (SAMPAIO, 1935, p.97-103).

Com o lançamento de *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*, em 1944, fechou-se o ciclo iniciado em 1934. Nesse livro ele oferecia um guia prático para solucionar os problemas brasileiros causados pelo mau uso dos recursos naturais no ambiente rural, dando destaque ao problema da alimentação, desencadeador da suposta indolência da população - principalmente a sertaneja – e considerado, por isso, a fonte primária do “atraso” nacional.

Sampaio argumentava que no Brasil a agricultura e a pecuária eram setores primários, fundamentais, da prosperidade nacional à luz da Biogeografia e, sendo o Brasil um país essencialmente agrícola, todos os esforços deveriam ser feitos para que se perpetuasse e ampliasse essa vocação (SAMPAIO, 1935, p.111). Alberto Sampaio alinhava-se a uma corrente ruralista brasileira que tinha na vocação agrícola do país seu principal fundamento e Alberto Torres como um de seus principais propugnadores, tema que será explorado no terceiro capítulo deste trabalho.

Em seu programa de proteção à natureza, a agricultura tinha primazia, pois deveria seguir em defesa do homem para sua sobrevivência e desenvolvimento. Por isso, segundo ele, “seria absurdo pensar que a proteção à natureza se opõe à agricultura e à pecuária; vem, ao contrário, em favor destas” (SAMPAIO, 1935, p.11). Para Sampaio a proteção da natureza era, em sua feição dinâmica, a proteção das “fontes da vida no Brasil”, como preconizado por Alberto Torres (SAMPAIO, 1935, p.109)⁸⁵.

⁸⁵ Esse termo deu título a um dos livros de Alberto Torres – *As Fontes da Vida no Brasil* (1915) –, considerado por Sampaio o individualizador da Biogeografia Dinâmica no Brasil e o propugnador do “corpo de doutrina” da proteção à natureza no país (SAMPAIO, 1935, p.41, 8). O projeto de “organização nacional” de Alberto Torres tinha como foco a resolução de dois problemas que perturbavam a vida nacional: a crise da natureza e a crise do trabalho. Segundo ele, sua geração deveria: “restaurar as fontes da vida, no corpo do país, e as fontes da vida, no corpo e no espírito de seus habitantes” (TORRES, 1990, p.XV, 31). Para ele, as fontes da vida não se limitavam às fontes naturais, mas abrangiam também as fontes vitais humanas das quais dependiam o progresso social e econômico da nação, e que estavam estritamente ligadas à restauração das fontes de subsistência. Para isso, ele

Sampaio afirmava que era preciso não deixar a natureza em abandono, para que a agricultura pudesse ter sempre boas terras, pois a fartura agrícola não seria resultado apenas do esforço humano, mas primariamente dependente de florestas e terras virgens. Segundo ele, a necessidade ou não da existência de matas protetoras era uma questão de solo e cada tipo exigia uma forma de cuidado. Para isso, segundo ele, o Código Florestal “prevê os casos a considerar, no relativo a florestas de toda ordem, sem prejuízo dos trabalhos urbanísticos, agro-pecuários, industriais, etc.” (SAMPAIO, 1938, p.158-168)⁸⁶.

Para Sampaio, não havia nenhum antagonismo entre a lavoura e a proteção à Natureza, pois esta “se deve restringir às áreas de terra sem interesse para a Agricultura ou a Pecuária e quando pede atenção para certos detalhes naturais em áreas agrícolas, é mesmo em benefício destas que o faz, sem esquecer decerto que “*a terra é o nosso banqueiro*” (Nilo Peçanha)” (grifos originais) (SAMPAIO, 1935, p.188-9). Portanto, se de um lado era preciso regular a exploração dos bens naturais, de outro era necessário não embarçar sua utilização racional.

Assim, ele justificava seus apelos para que em cada zona agrícola se mantivessem florestas em um coeficiente delimitado, fosse para a manutenção das boas condições climáticas das lavouras e da criação, fosse pelo valor econômico das florestas nas propriedades agrícolas. Ele argumentava ainda que a exploração racional das florestas que não fossem protetoras de mananciais ou encostas também não deveria ser proibida, ao contrário, a silvicultura deveria ser estimulada sob todos os aspectos, industriais, paisagistas, entre outros (SAMPAIO, 1935, p.189).

Portanto, o reflorestamento do Brasil, tema central nas discussões conservacionistas daquele período, deveria ser amplamente incentivado principalmente por dois motivos: para o

propunha a criação de novos vínculos entre o homem e a terra. Idéias às quais Alberto Sampaio coadunava-se. Cf. TORRES, 1990, p.12-21.

⁸⁶ O Código Florestal classificava as florestas em quatro tipos diferentes: protetoras - “as que conservam águas, solos, dunas, saúde pública, belezas naturais e espécies raras”; remanescentes - “localizadas em parques nacionais, estaduais e municipais (ainda existentes em 1934)”; modelos - “florestas plantadas ou replantadas para fins comerciais, muito raras naquela época”; e produtivas - que consistiam na imensa maioria, e estavam sujeitas à exploração comercial. Segundo DRUMMOND (1998/99, p.133), apesar do caráter elevadamente produtivo do Código, ele acabou tendo alguns efeitos preservacionistas.

desenvolvimento e prosperidade da agricultura no país e para o suprimento de combustível vegetal para as indústrias ou para a comercialização de produtos florestais, além de seu valor paisagístico, entre outros, como veremos a seguir.

Apesar de os argumentos de Sampaio se pautarem essencialmente em perspectivas pragmáticas, ele também defendia ideais de proteção à natureza com intuítos preservacionistas. Nesse sentido, cabe ressaltar a diferenciação entre esses dois termos.

As preocupações com o ambiente natural são muito antigas, mas as raízes de um “movimento” mais amplo podem ser identificadas a partir da segunda metade do século XIX, tendo sido os primeiros grupos protecionistas criados na Grã-Bretanha na década de 1860. Nos Estados Unidos da América, país responsável pela criação do primeiro parque nacional – o parque *Yellowstone*, criado em 1872, em uma área de 800 mil hectares no Estado de Wyoming – em um modelo posteriormente instituído mundialmente, esse “movimento” se desenvolveu a partir de duas propostas teóricas diferentes: o conservacionismo e o preservacionismo (McCORMICK, 1992, p.15).

As duas propostas foram importantes na luta pela proteção ambiental naquele país e foram sistematizadas pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot (1865-1946) e o naturalista John Muir (1838-1914), respectivamente. Os conservacionistas defendiam a exploração dos recursos naturais do continente, mas de maneira racional e sustentável, e os preservacionistas defendiam a preservação das áreas virgens de qualquer utilização que não fosse recreativa ou educacional (McCORMICK, 1992, p.30).

Pinchot considerava que a conservação da natureza deveria se basear em três princípios: “o uso dos recursos existentes pela geração presente, a prevenção de desperdício, e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos”, incluindo as gerações futuras (DIEGUES, 1996, p. 29). Suas idéias são consideradas precursoras do

desenvolvimento sustentável. Em contrapartida, o preservacionismo voltava-se mais para uma reverência estética e espiritual da vida selvagem.

Os dois ideais estiveram presentes no pensamento sobre a natureza brasileira nas primeiras décadas do século XX. No entanto, não houve uma luta ideológica entre o pensamento protecionista e o conservacionista, alguns enfatizavam o preservacionismo, outros o conservacionismo, e muitos aliavam as duas linhas de pensamento, apesar de prevalecerem os ideais utilitaristas do conservacionismo.

Na perspectiva de Alberto Sampaio, a proteção à natureza visava, além da “profilaxia da inanição e de moléstias de carência no Habitat Rural”, objetivos econômicos, estéticos e sociais (SAMPAIO, 1938, p.16-17). Contudo, no período anterior à década de 1930, principalmente na década de 1920, seu discurso concentrou-se no valor econômico e industrial das florestas. A partir da década de 1930 ele diversificou sua argumentação em termos sociais, estéticos e científicos.

Nos anos 1920, seu pensamento e seus escritos estavam mais voltados para a resolução de problemas da economia brasileira, ressaltando-se a possibilidade de desenvolvimento do país através de programas de silvicultura. Segundo DEAN (1996, p.272), a escassez de combustível durante a Primeira Guerra Mundial concentrou temporariamente a atenção na política de conservação naquele período, marcado por uma pressão pela criação de leis que regulamentassem o uso de nossas florestas, que se efetivou nos anos subseqüentes.

O período entreguerras foi caracterizado por um verdadeiro colapso econômico mundial. Segundo HOBBSAWM (1995, p.96), “houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços, não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre”, o que deixou prostrados vários países, entre eles o Brasil, “cujo comércio internacional dependia em peso de uns poucos produtos primários”.

A ascensão do nacionalismo nesse período contribuiu para a propagação de ideais nacionalistas de desenvolvimento do país, como a reestruturação da vida econômica brasileira a partir de novas relações com a natureza, como havia sido propugnado por Alberto Torres que inspirou significativamente os intelectuais da geração seguinte à sua (MURARI, 2002, p.349). Segundo essa corrente nacionalista, o Brasil deveria crescer a partir de sua própria realidade, de suas próprias riquezas (SAMPAIO, 1935, p.120-22)⁸⁷.

Um expoente dessa fase da obra de Alberto Sampaio é o seu relatório apresentado ao *Congresso Internacional de Silvicultura de Roma*, em 1926, publicado nos *Archivos do Museu Nacional* naquele mesmo ano, sob o título *O problema florestal no Brasil, em 1926*⁸⁸. Sua participação no *Congresso* foi solicitada pelo Ministro da Agricultura, chefe do ministério ao qual se subordinava o Museu Nacional à época⁸⁹.

O texto apresentava uma síntese do “problema florestal no Brasil”, considerando informações de “estatística florestal”, em que Sampaio especificava o contingente florestal do país, a demanda brasileira de madeiras e produtos florestais, e sua utilização no território. Era um trabalho técnico e informativo, que indicava as espécies exploradas ou exploráveis, sua produção e exportação, e a orientação do Brasil em relação ao seu patrimônio florestal, destacando-se as esperanças depositadas por Sampaio na atuação do Serviço Florestal Brasileiro organizado em 1925⁹⁰.

⁸⁷ Segundo DE LUCA (1999, p.110), “O contexto da guerra acabou atuando como catalisador de um renovado nacionalismo, manifesto na disposição de encarar decididamente os problemas do país e propor soluções compatíveis com as nossas especificidades”.

⁸⁸ “O Problema Florestal no Brasil, em 1926 - Relatório apresentado ao Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio, 1926”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926, p. 55-173. Outros textos dessa fase são: “As florestas industriais para combustível vegetal”, *Chácaras e Quintais*, 15 jan, 1925, vol.XXXI, n.1; “O Museu Nacional em defesa da flora brasileira, em prol da evolução econômica do país” – Discurso. *Boletim da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia*, Campos, 1922.

⁸⁹ “O Problema Florestal no Brasil, em 1926...” *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926, p. 55.

⁹⁰ O Serviço foi criado em 1921 para organizar a parte florestal da exposição comemorativa do centenário da independência brasileira, realizada no Rio de Janeiro em 1922. Posteriormente, dedicou-se à arborização das ruas da cidade do Rio de Janeiro, sem orçamento, autoridade política ou terras públicas para manejar, ganhando autoridade para manejar as florestas protetoras e remanescentes somente com o Código Florestal de 1934. DRUMMOND, 1998/99, p.134. Concluimos, portanto, que as expectativas de Sampaio foram frustradas em relação à atuação do referido órgão.

O relatório baseava-se na máxima de que o Brasil possuía a maior reserva florestal do mundo e que o país, bem como toda a América do Sul, estava destinado a ser “o centro da indústria mundial de madeiras, o centro da prosperidade mundial”. O texto visava o estudo dos nossos recursos naturais e a orientação para o seu bom aproveitamento, sua perpetuidade e sua melhoria, e também as possibilidades de desenvolvimento da indústria extrativa no Brasil para a exportação de produtos florestais⁹¹.

O artigo era uma apologia à instalação de um programa de silvicultura no país sob uma orientação racional, baseada na crença da eficácia dos conhecimentos técnico-científicos na exploração da natureza:

“O presente relatório (...) esperamos poder publicar no Brasil, a título de propaganda da Silvicultura e como contribuição do Museu Nacional aos esforços a serem desenvolvidos pelo Serviço Florestal, recentemente criado, no sentido do pronto surto da indústria extrativa racional”⁹².

O estudo de Sampaio configurava-se como uma contribuição ao trabalho “grandioso” que, segundo ele, deveria ser desenvolvido e impulsionado pelo Serviço Florestal para que o Brasil ocupasse o lugar que lhe competia à frente dos maiores países produtores de madeira, em uma orientação equilibrada entre a produção intensa e a conservação da flora nativa. Para ele, contudo, esse equilíbrio “*depende naturalmente das conveniências econômicas que marcarão inflexivelmente a amplitude de cada um (...) de modo a se multiplicarem os plantios de florestas industriais, conservando-se em cada região uma reserva de matas nativas*” (grifos nossos)⁹³.

Ele destacava que o Brasil, assim como vários países do mundo, vinha sofrendo a progressiva restrição de seu patrimônio florestal devido a crescente necessidade de áreas para as cidades, vias férreas, culturas econômicas, e por influência do aumento do consumo de

⁹¹ “O Problema Florestal no Brasil, em 1926...” *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926, p.56.

⁹² *Ibidem*, p.56.

⁹³ *Ibidem*, p.56.

produtos florestais, numa abordagem em que o homem era caracterizado como destruidor por natureza. Ele ressaltava a necessidade de consumir do homem como uma tendência natural, pois segundo sua perspectiva, “a Civilização não marcha, sem o prévio desbravamento da natureza bruta; nesse meio termo é que está a Virtude” (SAMPAIO, 1935, p.38).

Sampaio não condenava simplesmente a devastação, pois esta seria uma conseqüência da ocupação humana, e para alcançar o nível de desenvolvimento das nações civilizadas seria necessária a exploração dos recursos naturais. Contudo, ele defendia a utilização racional desses recursos para que não se extinguissem e fossem sempre fonte de riquezas da nação, pois, se “os interesses em jogo são muito numerosos e, se de um lado é preciso regular a exploração dos bens naturais, de outro é também necessário não embaraçar a utilização racional desses bens” (SAMPAIO, 1935, p.188).

Os escritos de Alberto Sampaio nos remetem ao pensamento de alguns intelectuais brasileiros que pensaram a questão da natureza no país entre os séculos XVIII e XIX e que possuíam um denominador comum essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista. Esses pensadores não defendiam o ambiente natural por seu valor intrínseco, mas devido à sua importância para seus projetos de construção nacional. Nesse sentido, os recursos naturais constituíam o trunfo para o progresso do país e deveriam ser utilizados de forma cuidadosa.

A natureza deveria ser decifrada pelo conhecimento científico que estabeleceria as condições para seu aproveitamento adequado, considerando-se que a degradação do território era diretamente relacionada a práticas tecnológicas e sociais rudimentares originárias do passado colonial. Assim, a destruição do ambiente não era percebida somente como um “preço do progresso”, como entendida atualmente, mas como um “preço do atraso” (PÁDUA, 2002, p.13).

Até o início do século XX, a luta em defesa da natureza se confundia, portanto, com a luta pela “civilização”, através do estabelecimento de práticas racionais de exploração natural. Como afirmou PÁDUA (1987, p.40-45), o famoso lema de Euclides da Cunha – “ou nos civilizamos ou desaparecemos” – parece ter sido a linha de pensamento daqueles homens preocupados com a questão da natureza naquele período.

Nesse sentido o estudo de MILLER (2000, p.6-7) sobre exploração de madeiras no Brasil no período colonial é bastante prestimoso. Segundo ele, naqueles tempos a utilização dos recursos naturais, em especial das florestas, era percebida como *possibilidade de desenvolvimento* e não como parte de um processo de *destruição*. Como afirmou DUARTE (2005, p.150), “Shawn Miller busca outro caminho que não o da crônica da destruição (...) para aqueles colonos, a questão não era a da destruição da floresta, mas a de sua utilização”. Nessa mesma perspectiva podemos pensar o discurso de Alberto Sampaio no qual a *utilização* da natureza não era vista somente como *destruição*. E analisá-lo de uma maneira diversa certamente constituiria uma abordagem anacrônica.

Para Sampaio, as matas deveriam sim ser amplamente utilizadas e existiam para isso, contudo, a exploração deveria ser feita de forma racional, sem prejuízo para as gerações futuras. Daí a sua crença na necessidade de instauração de programas de silvicultura, disponibilizando a reposição das matas devastadas e a utilização das ainda disponíveis.

Ele ressaltava ainda que os próprios índios já vinham devastando as matas brasileiras antes mesmo da chegada dos colonizadores portugueses ao nosso território, não sendo a destruição do ambiente natural uma característica somente da ocupação das populações ditas “civilizadas”, mas uma conseqüência inerente à atividade humana, como afirmado anteriormente.

Na palestra intitulada “As florestas industriais no Brasil”, proferida na *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, Sampaio teceu conclusões catastróficas sobre as devastações

florestais. Segundo ele, se o problema não começasse a ser remediado com programas de silvicultura, a situação se agravaria cada vez mais, dada à necessidade de utilização de matéria-prima vegetal pelo homem para sua sobrevivência. Como parte de seu discurso coercitivo, atentou para a necessidade do ingresso do Brasil no concerto das nações “civilizadas”, comparando o país ao Japão e aos Estados Unidos da América, que já estariam atentos a esse problema e implantando medidas reparadoras⁹⁴.

Nosso cientista propunha, sob uma perspectiva científicista e modernizadora, um programa de reconstituição das matas, “não mais sob a forma de matas desgrenhadas e incultas, mas aprimorando os remanescentes e criando as florestas industriais, modernas, precocemente úteis ao silvicultor, ao comércio e ao país”, a exemplo do que vinham fazendo os norte-americanos. Para obter um resultado a curto prazo, afirmava que deveríamos nos ater à escolha das espécies a cultivar de acordo com sua qualidade e precocidade, elogiando as experiências do agrônomo Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941) na aclimação do *Eucalyptus* no Estado de São Paulo⁹⁵.

Em outra palestra naquela instituição, proferida em julho de 1925 e intitulada “Algumas palavras sobre os plantios de *Eucalyptus* em São Paulo”, Sampaio fez uma homenagem de corpo presente ao agrônomo Navarro de Andrade, que assistia ao seu discurso, elogiando sua iniciativa no plantio de *Eucalyptus* em São Paulo pela *Cia. Paulista de Estradas de Ferro*. Para Sampaio, Navarro simbolizava o Brasil futuro, “reflorestado e rico”, pela valorização econômica das florestas nacionais⁹⁶.

⁹⁴ Cf. SAMPAIO, “As florestas industriais no Brasil – sua importância para o país, seu valor para o mundo, s.d. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36. Segundo DUTRA (2005, p.178), o mesmo movimento que acalentava o desejo de ver o país integrado às nações capitalistas desenvolvidas, por meio da eficiência de sua produção agrícola e de sua indústria extrativa, questionava a posição que estava sendo ocupada pela nacionalidade no plano econômico no concerto das nações.

⁹⁵ Cf. SAMPAIO, “As florestas industriais no Brasil – sua importância para o país, seu valor para o mundo, s.d. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.

⁹⁶ Cf. “Algumas palavras após a palestra do Dr. Edmundo Navarro de Andrade sobre ‘Os plantios de eucaliptos em São Paulo’”, 24/07/1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36. Vale ressaltar que naquele período o plantio de eucalipto também foi alvo de diversas críticas, muitas delas baseadas no argumento nacionalista de que, sendo aquela árvore exótica, não deveria ser plantada maciçamente na zona rural brasileira, em detrimento

Sampaio e seus contemporâneos interpretavam o tempo em que viviam como um momento estratégico para o desenvolvimento do Brasil, num período em que cientistas e intelectuais pensavam o destino do Brasil como nação.

A partir dos anos 1930, ele ampliou sua argumentação em defesa da natureza brasileira, afirmando um verdadeiro programa de proteção ao nosso patrimônio natural, principalmente através de ações educativas.

Nesse programa configuravam também interesses preservacionistas de proteção à natureza, como a preservação de espécies vegetais para fins científicos. Preservar a natureza era essencial para a realização de estudos botânicos sobre a nossa flora, e, apesar de oferecer maior destaque aos argumentos pragmáticos, Sampaio não ignorava os riscos da devastação para a ciência. Ele defendia a necessidade de elaboração de trabalhos que catalogassem as plantas raras brasileiras, a exemplo do fichário de plantas raras que vinha elaborando no Museu Nacional (SAMPAIO, 1935, p.140-142).

Ressaltava-se ainda a valorização estética da natureza, no que dizia respeito à arquitetura paisagista e à educação, na criação de uma “mentalidade reflorestadora”⁹⁷. Segundo Sampaio, a conservação não se limitava a manter o que existia, pois a “civilização” implicaria em mais do que isso: “de acordo com a Fitogeografia Genética, deve assegurar a predominância de primores florísticos regionais” (SAMPAIO, 1935, p.125).

das espécies nativas. Além disso, constavam críticas aos efeitos maléficos causados por aquela planta, como o ressecamento do solo, entre outros (DEAN, 1996, p.252). Paradoxalmente, o que era bem visto por sanitaristas do início do século, que acreditavam no efeito saneador do gênero *Eucalyptus* nas regiões infestadas por mosquitos transmissores de doenças que se reproduziam em águas paradas. Dentre os críticos ao plantio de eucalipto no Brasil encontrava-se Gilberto Freyre, que construiu uma crítica regionalista ao cultivo daquela planta. Ver FREYRE, 2004, p.83-85. Alberto Sampaio, apesar de defender ideologias nacionalistas, não era contra a disseminação daquele gênero no Brasil. Ele era favorável à valorização do plantio de espécies vegetais nativas, mas ao mesmo tempo acreditava que o eucalipto poderia contribuir enormemente para o desenvolvimento econômico do país. Ciente das experiências de Navarro no cultivo de eucalipto em São Paulo e observando a alta produção em curto prazo, acreditava que aquele era um excelente investimento para o Brasil. Sobre Edmundo Navarro de Andrade, ver MARTINI, 2004.

⁹⁷ O termo “mentalidade reflorestadora” foi cunhado por Monteiro Lobato que, segundo Sampaio, tinha parte notável na animação dos trabalhos florestais no Brasil. Cf. SAMPAIO, 1935, p.86 e 184.

Ainda segundo seus ideais protecionistas, afirmava que a natureza bruta permitia o desenvolvimento preferencial de plantas que se sobrepunham às demais, não raro mais interessantes, e defendia um “pequeno trabalho de acomodação desse ‘*Struggle for Life*’ para sublimar o valor estético de alguns bens naturais (SAMPAIO, 1935, p.1378). Sampaio defendia a natureza estilizada, como aquela observada no *Parque Imperial de Schonbrunn*, em Viena, quando de sua viagem à Europa na década de 1910. A arquitetura paisagista era vista como uma forma de realçar a beleza das árvores, além de a beleza estética demonstrar, segundo sua orientação, o grau de “civilização” de uma nação⁹⁸.

Ele incentivava, em seu discurso, o cultivo do gosto estético em relação à natureza como uma forma mais elevada, quiçá mais eficaz, de sua valorização, pois, segundo sua razão, em uma sociedade habituada à destruição seria necessário que se conscientizassem as populações, e que elas percebessem que a vida, afirmava ele,

“para alguma coisa mais do que o material deve ser uma seqüência de atividades e meditação, para mais brilhantes realidades, úteis ao bem coletivo e à elevação individual”. “Porque (...) até agora (...) temos sido devastadores e impenitentes de nossas árvores, imprevidentes na faina do lucro imediato”⁹⁹.

A difusão da educação estética foi uma das estratégias construídas naquele período para a constituição de um Brasil moderno. Vários desafios foram postos às elites que se julgavam responsáveis pela modernização do país, entre eles, a expansão da escola e as formas de operar essa expansão para tornar a razão moderna parte integrante da formação humana. Nesse sentido, a educação tornou-se um símbolo pela crença em sua capacidade de regenerar, disciplinar e unificar as diferenças. A educação estética acentuou o lugar das sensibilidades na constituição e formação humanas, envolvendo temáticas como a harmonia, a proporção e a forma (VEIGA, 2000, p.400-6). Preceitos que podem ser observados no

⁹⁸ Sobre sua visita ao referido *Parque* e suas impressões, ver SAMPAIO, “O Parque Imperial de Schonbrunn, em Vienna”. *Chácaras e Quintais*, vol. IX, n.6, junho de 1914, p.7-8.

⁹⁹ SAMPAIO, “Paineiras em flor”, palestra proferida na *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* em fevereiro de 1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.

discurso de Sampaio em defesa de uma “beleza harmoniosa” da natureza, mesmo que artificial.

A constituição de um sujeito autônomo moderno, produtor de civilidade, não se realizaria sem a educação estética que, por meio da educação dos sentidos e do aprimoramento da capacidade de ver, ouvir, falar e tocar ensinaria a valorizar e usufruir o patrimônio cultural e natural da humanidade. O homem novo seria aquele que fosse capaz de experimentar, vivenciar e participar dos novos tempos (VEIGA, 2000, p.406-17).

Seguindo a mesma argumentação, no sentido da valorização do senso estético, em “Árvores Desgrenhadas”, palestra irradiada na *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* em abril de 1925, Sampaio produziu um texto metafórico, no qual as próprias árvores discorriam sobre suas queixas. Direcionada a um público bastante amplo, sua linguagem era simples, e em alguns momentos até mesmo infantil, mas política, objetivando atingir o seu público¹⁰⁰.

Nesse discurso, a natureza assumia características humanas, as árvores eram “tagarelas”, “melindrosas”, por vezes “sizudas” ou “austeras conselheiras”. Mas, segundo ele, falavam de um modo especial aos botânicos, poetas e músicos. Ou seja, sob sua perspectiva, a natureza era mais bem interpretada por aqueles que possuíam um alto grau de conhecimento e/ou sensibilidade. Uma referência ao papel dos intelectuais, que se julgavam o único grupo capaz de esclarecer os problemas do mundo às massas, naquele período.

Para Sampaio, as árvores desgrenhadas, “com galhos tortos, secos e líquens velhos”, eram perturbadoras da beleza estética. Perguntava ele: “por acaso poderá haver beleza nessa *desordem*?” “Aos homens [cabe] o dever de livrá-las do que tem de *inútil* e do asfixiante comensalismo,...do *excesso*(...) (grifos nossos)”¹⁰¹. A harmonia, como vimos, era um dos elementos fundamentais na formação da sensibilidade estética. Ordem e harmonia eram requisitos básicos para a construção de uma nação moderna e “civilizada”, e a única forma de

¹⁰⁰ SAMPAIO, “Árvores desgrenhadas”, abril 1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.2.

alcançar esse objetivo era através da educação das populações brasileiras, fim para o qual o rádio, onde divulgava muitas de suas idéias, era um excelente meio.

Para ele, as artes também tinham muito a contribuir com o programa de proteção à natureza no Brasil, pois produziam obras de caráter popular disponibilizadas à apreciação pública em diversos setores como a pintura, a escultura, a música e até jornais ilustrados, tendo um alcance maior do público (SAMPAIO, 1935, p.59-62). No mesmo sentido, ele se referia ao poder de persuasão das letras, através da poesia e da literatura, na formação da “mentalidade reflorestadora”. Segundo ele, “A Proteção à Natureza é bem um caso, em que se aplica a sentença de Humboldt: *“É mister que a Poesia se alie à Ciência e que esta se eleve até a Poesia”*” (grifos originais) (SAMPAIO, 1935, p.22).

Revelava-se assim em seu discurso, uma identificação com algumas perspectivas do romantismo como o estilo de linguagem estético-científico proposto por Humboldt¹⁰². Como salientou por PÁDUA (2005, p.69), em um sentido geral, o movimento romântico influenciou o conjunto da sensibilidade moderna diante da natureza.

Para Sampaio, ciência e literatura / ciência e poesia se complementavam na ação conservacionista:

“A Literatura fala ao sentimento, a Ciência ao interesse, e por isso quando se aliam, têm força irresistível de persuasão”.

“Só as duas linguagens, juntas e harmônicas, podem exaltar simultaneamente belezas e utilidades e (...) esses dois objetivos são justamente os da Biogeografia Dinâmica, na Proteção à Natureza” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1935, p.26 e 24).

¹⁰² Humboldt anunciou um novo estilo de descrição das viagens científicas, “desejava que o leitor tivesse a sua fantasia entretida, bem como a vida enriquecida por meio da acumulação do conhecimento”. Seu estilo “estético-científico” encontrava ressonância na sugestão de Goethe de unir ciência e poesia. Este, baseando-se na concepção organicista da natureza, considerava o mundo natural um organismo que jamais poderia ser traduzido matematicamente, opondo-se a qualquer tendência mecanicista (LISBOA, 1997, p.40). Vale ressaltar que os dois autores foram referências de Sampaio em suas obras. Ver SAMPAIO, 1935, p.11, 22, 57, 219; SAMPAIO, 1938, p. 27, 237, 294; GOETHE, “A natureza”, fragmento; tradução de E. Roquette-Pinto. In: SAMPAIO, “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza: Relatório”. *Boletim do Museu Nacional*, vol.XI, n.1, março de 1935, p.30-32; “A Goethea no Jardim da Academia - Discurso em ocasião da comemoração do centenário da morte de Goethe”, 31 de março 1932. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, número dedicado a Goethe, 1932.

Segundo ele, essa “nova ciência” deveria tornar-se “visceralmente popular”, razão pela qual, até mesmo nos congressos científicos o nome dado a ela era “Proteção à Natureza”, afirmou o botânico. E, se os preceitos científicos eram os norteadores das realizações naquele setor, a palavra “convincente e oportuna” dos educadores e dos homens de letras seria o “dínamo das iniciativas” (SAMPAIO, 1935, p.21).

Sampaio também acreditava que o turismo era uma das forças mundiais mais influentes na proteção à natureza, pois, segundo ele,

“nenhuma criação se faz, nenhuma inovação surge, senão em virtude de uma necessidade imperiosa, um motivo de força; assim aconteceu em todos os países que já dispõem de *bureaux* ou serviços de Monumentos Naturais; o principal motivo é o TURISMO” (SAMPAIO, 1935, p.133).

Além disso, afirmava que a “proteção à Natureza é a condição mesma do turismo”. Segundo ele, o turismo espalhava pelo território do país numerosas pessoas que desejavam ver os primores faunísticos, florísticos e geomorfológicos de cada região, além de seus costumes e paisagens (SAMPAIO, 1935, p.256-258). Ele acreditava, assim, que o turismo seria responsável pelo desencadeamento de ações protecionistas por ser de seu fundamental interesse.

Podemos concluir, portanto, que o projeto de proteção à natureza de Alberto Sampaio possuía diferentes perspectivas assumidas em seus estudos botânicos, fitogeográficos e sociológicos, relacionadas a expectativas de desenvolvimento econômico do país e à formação de um povo para construção da nação, mediante a valorização, proteção e utilização racional da natureza brasileira, símbolo de nossa autenticidade.

Concordamos com DUTRA (2005, p.182) quando a autora afirma que, naquele período, a nação brasileira se construiu em dois níveis. No primeiro, ela se afirmava em sua diferença, representada, nesse caso, por seu vasto território e sua rica e abundante natureza; no segundo, se afirmava em sua participação no universal. Para mostrar que o país estava

entrando no concerto das nações cultivava-se a idéia de que pela adoção dos ritos do progresso e pela prática da ciência o povo poderia transcender suas particularidades e atingir o universal. Para Sampaio, isso se daria através da inserção do país no mercado capitalista internacional, mediante a exploração econômica dos recursos naturais brasileiros, e pela educação do povo, principalmente o sertanejo, que deveria ser preparado para atuar ativamente no desenvolvimento do país, através do trabalho e de uma aproximação com a terra.

Segundo os ideais de Alberto Torres, aos quais Sampaio filiava-se, o lugar destinado ao Brasil no concerto das nações seria determinado pela adaptação do homem às condições do meio, articulado a uma política de aperfeiçoamento da mão de obra nacional e da melhoria das condições técnicas da agricultura no país, necessária para a utilização eficiente dos recursos naturais (MURARI, 2002, p.350). Esse tema será explorado em nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

O sertão como *locus* de uma nova relação entre o homem e a natureza

“O campo é a garantia primária de cada nação”.
Alberto José de Sampaio¹⁰³

Alberto Sampaio acreditava que as ações conservacionistas deveriam ter como foco principalmente o ambiente rural, pois, segundo ele, “o campo é a garantia primária de cada nação” (SAMPAIO, 1935, p.218). Em sua perspectiva, a natureza era essencialmente uma fonte de subsistência humana e sua proteção visava, entre outros fatores, a “profilaxia da inanição e de moléstias de carência no *Habitat Rural*”, como exposto no capítulo anterior (grifos nossos) (SAMPAIO, 1938, p.16).

“É claro que, se ensinarmos a amar e proteger no mínimo as plantas indígenas alimentares, frutíferas, tuberosas, etc., campestres e florestais e se, por igual protegermos caça e pesca no habitat rural, contribuiremos para a fartura alimentar das populações agrárias que vivem em estado de sub-nutrição e assim, para a robustez de nossa gente; é preciso não esquecer que o sertanejo é o *cerne da nossa raça*, disse Manoel Bonfim em seu livro “O Brasil na História”, reforçando o que a respeito José Bonifácio já tinha dito, há cem anos mas está abandonado à triste sorte da sua indigência, segundo Roquette-Pinto, no 1º Congresso de Eugenia (Rio de Janeiro, 1929)” (grifos originais) (SAMPAIO, 1938, p.16).

Com esse discurso, Sampaio inseria-se em uma tradição intelectual de valorização dos sertões e dos sertanejos na cultura nacional, que auxiliava a legitimação de suas idéias. Os primeiros anos da República brasileira foram caracterizados por uma expressiva valorização do sertão, seja como espaço a ser incorporado à “civilização”, seja como expressão da autenticidade nacional. Nesse período foram realizadas diversas expedições ao interior do Brasil, como as empreendidas por Rondon, as viagens da *Comissão Geológica* em São Paulo, as expedições científicas do *Instituto Oswaldo Cruz*, além da importante viagem de Euclides da Cunha à região de Canudos, que exerceram grande impacto sobre os intelectuais e cientistas do período (LIMA, 1999, p.65).

¹⁰³ SAMPAIO, 1935, p.218.

A perspectiva de análise de Sampaio filiava-se à base do pensamento ruralista, que defendia a vocação agrícola brasileira. Concepção esta, firmada em reflexões históricas acerca de nossa condição social e territorial desenvolvidas por intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Este, autor de uma frase expressiva sobre o tema, citada por Alberto Sampaio em *Biogeographia Dynamica* (1935), em destaque a seguir: “Desde os primeiros dias da nossa história, temos sido um povo de agricultores e pastores” (SAMPAIO, 1935, p.112).

Segundo nosso botânico, a extensão territorial brasileira fazia crer que mesmo que se multiplicassem muito as cidades e as indústrias no país, o Brasil nunca perderia o conceito de “país essencialmente agrícola”. Para ele, sob o ponto de vista eugênico, na dependência da natureza em relação à saúde, vigor e prosperidade, a garantia das nações era a sua população rural (SAMPAIO, 1935, p.112, 64).

Dentre os elementos que compunham o discurso ruralista, destacava-se a defesa da policultura e da exploração racional das riquezas naturais regionais, aliadas a um conhecimento técnico especializado. Nesse sentido, chamamos a atenção para alguns artigos publicados por Alberto Sampaio sobre a diversidade da riqueza vegetal brasileira e seu potencial exploratório que, em consonância com algumas publicações da época, apresentavam diversas culturas vegetais como altamente promissoras para a riqueza nacional (DUTRA, 2005, p.173-74)¹⁰⁴.

Alberto Torres foi um dos principais representantes e defensores da vocação agrícola brasileira e um dos pensadores que mais influenciou o botânico Alberto José de Sampaio e

¹⁰⁴ Cf. SAMPAIO, “O Babaçu (notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 6, março 1933, pp. 37-43; “A Carnaúba (notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 7, abril 1933, pp. 54-59. Ver também “A carnaúba” e “Outras plantas úteis”, em SAMPAIO, 1938, p.130-141. Sobre o tema do ruralismo, ver também MENDONÇA, 1997.

sua geração¹⁰⁵. Torres pregava a urgência de uma ação que revertesse o padrão depredador associado à exploração econômica da terra no Brasil. Ele propunha medidas direcionadas ao meio rural e à reestruturação da economia brasileira a partir do estabelecimento de novas relações humanas com a natureza, mediante o estabelecimento de vínculos entre a sociedade e os elementos de sua vida material e espiritual. A nacionalidade brasileira emergiria de um retorno ao interior do país e a terra, que seria a base da economia, à medida que se desfizesse a relação conflituosa entre o homem e a natureza através do conhecimento científico (MURARI, 2002, p.347-53).

Segundo MURARI (2002, p.360),

“A técnica adquiriria papel central na criação de uma moderna civilização rural que viria inserir o Brasil no movimento de ampliação das fronteiras do capitalismo internacional (...) A ideologia ruralista representava, portanto, uma forma de romper a associação do rural com a barbárie (...) tornando-se assim um espaço civilizado, onde o homem assumiria o controle dos elementos naturais”.

No habitat rural, o protagonista era o sertanejo. Sampaio começou a esboçar seu interesse e preocupação com os sertões e os sertanejos em suas obras e artigos lançados na década de 1930¹⁰⁶. Contudo, em *Phytogeographia do Brasil* (1934) ele destacou a superficialidade de suas considerações acerca dos problemas enfrentados nos sertões nordestinos, como aqueles referentes à alimentação/nutrição: “No momento estou me limitando a uma noção geral, a ampliar pelos interessados mediante pacientes estudos de gabinete, consultando herbário e extensa literatura; e estudos de campo, em plena Natureza”

¹⁰⁵ Sobre a influência do pensamento de Alberto Torres nas décadas de 1920 e 1930, ver PINHO, 2004, p.118-131.

¹⁰⁶ Sobre o tema, destacamos os seguintes artigos: “Nota sobre Habitat Rural Rudimentar no Brasil” (com a colaboração do Prof. Magalhães Correa). *Actas do Congresso Internacional de Americanistas de La Plata*, 1932, I.1; “Contribuição da Escola Regional para o melhoramento do Habitat Rural: O Ensino e os Subsídios Técnicos” – Conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. *Revista de Educação*, Vitória, ano 1, n.7 e 8, out.-nov. 1934, p.9-26; “Junto de cada choupana uma horta e um pomar” – A propósito do livro da Profª C. Rangel de Moraes – A Escola Primária Ruralizada - Planos de Aula-Livre I, Petrópolis, 1936. *Boletim de Ariel*, ago. 1937; “Moldura florística às obras de engenharia rural”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.2, abril-junho de 1941, p.415-421; “Habitat Rural”, *Correio da Manhã*, novembro de 1932; “Habitat Rural Brasileiro”, *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1934 (livro entregue à SAAT para ser publicado, com apêndice relativo à “arquitetura paisagista”); “O Habitat Rural na Geografia Humana” (Conferência na *Sociedade Nacional de Agricultura*), *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1932; “A Geografia Humana na Escola Rural”, *Jornal do Comercio*, 4 de julho de 1933.

(SAMPAIO, 1938, p.141). Em *Biogeographia Dynamica* (1935), entre considerações esparsas, ele dedicou um sub-capítulo da segunda parte do livro aos “indígenas e sertanejos”¹⁰⁷.

Uma sistematização mais ampla do tema somente foi apresentada em sua terceira obra editada pela Coleção Brasileira, *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944). Ele definiu o “motivo biogeográfico” do livro, tendo em conta “a influência da fartura alimentar, de bons alimentos, para a higidez humana, o povoamento, a estabilidade das populações rurais e prosperidade dos sertões”. Tratava do “*provimento e da auto-suficiência regional relativa*, de acordo com os preceitos da Nutrição, como desenvolvido no país pelos nossos especialistas” (grifos originais) (SAMPAIO, 1944, p.7 e 9).

Segundo ele, a *auto-suficiência regional* consistia nos recursos regionais, em eventuais épocas de calamidades, e devia ser ao menos *relativa*, proporcional ao que necessitavam as classes pobres, levando-se em conta que parte dos alimentos deveria ser gratuita para essas classes, tais como frutas, hortaliças, caça e pesca (SAMPAIO, 1944, p.8).

Sampaio afirmava que

“o problema rural e sertanejo não é simples questão de regras dietológicas, indispensáveis como orientação nutrológica, mas também e simultaneamente do provimento que precisa ser em parte gratuito e em parte a preços módicos para as classes pobres. Estas, por sua vez, além de imprevidentes quanto ao esforço próprio, são de regra fatores de exaustão dos bens naturais. Há nisso um difícil problema educacional” (SAMPAIO, 1944, p.96)¹⁰⁸.

Para ele, a nutrição era a preliminar do progresso, pois a fartura seria a base da atividade humana. Ele alegava que o Brasil era uma “sub-nação”, pois era composta de “sub-homens”:

“os jejuadores, os desnutridos, os famintos que formam a massa das populações (...) principalmente nos sertões, que passam por ser a terra-da-promissão e que, na

¹⁰⁷ Cf. SAMPAIO, 1935, p.210-240.

¹⁰⁸ O foco na educação como um elemento de regeneração da população brasileira, principalmente a do campo, é o tema do nosso último capítulo.

realidade, são infernos de párias esfaimados, flácidos, indolentes, - porque se tentalizam na sua miséria em meio a paradisíacas abundâncias. É que a abundância, onde existe, é “*abundância fechada*”, *para os donos; não beneficia a todos*” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1944, p.95).

Nosso autor referia-se, no trecho em destaque, ao sistema histórico de propriedade da terra no Brasil, caracterizado por muitos de seus contemporâneos como um sistema feudal. Sampaio argumentava que nos sertões existiam duas classes, os proprietários e os moradores ou agregados, sendo que estes constituíam 80% da população do interior.

Segundo ele, “os que vêm, na pobreza e selvagem rusticidade das habitações sertanejas, uma manifestação de indolência nativa, deveriam refletir que ninguém promove construção sólida, em terra alheia”. Contudo, afirmava que essa situação vinha sendo alterada e, desde o final do século XIX, devido ao progresso das “idéias democráticas”, o aspecto de feudalismo nos sertões brasileiros perdera muita importância (SAMPAIO, 1938, p.145-46).

Para Sampaio, as populações sertanejas, representadas em seu discurso principalmente pelos nordestinos, eram dizimadas pela fome devido à devastação da natureza:

“É que há quatrocentos anos se devasta a vegetação nativa, enquanto que a lavoura empírica vinha esgotando os terrenos. Nesse andar, as populações nordestinas tinham por força de vir a sofrer os rigores da fome, é claro, é evidente, se o homem aí não fazia outra coisa senão destruir a flora e a fauna, cortando a cada passo árvores preciosas, plantas alimentares para ele próprio e para a fauna (...) verdadeiro saque à Natureza, no dizer de Alberto Torres, saque de que hoje contemplamos as ruínas, que no entanto podemos e temos o dever de remediar” (SAMPAIO, 1938, p.115-116).

Ele afirmava que as secas assolavam a região nordestina há tempos, contudo, “a devastação da Natureza não tinha chegado ainda a ponto de torná-las a calamidade que hoje custa ao país milhares de contos, de quando em quando” (SAMPAIO, 1938, p.115).

A natureza dessa região era descrita como portadora de grande potencial, apesar da carência que vinha sofrendo pela devastação secular: “as terras nordestinas são em geral fertilíssimas; o que lhes falta apenas é regular regime higronômico, isto é, água perene para as lavouras, a vegetação, os rebanhos e as populações em geral” (SAMPAIO, 1938, p.121).

“(…) o habitat rural brasileiro, tão fértil é o solo, pode e deve ser um permanente éden de fartura; o que se vê, porém, é simples desolação, em muitas localidades, ermos e taperas, porque já foi aí extorquido à Natureza, pródiga, tudo quanto de melhor havia; agora o remédio é refazer a natureza nesses ermos; plantar seja o que for, desde que útil!” (SAMPAIO, 1938, p.269)

Segundo suas constatações, grande parte do território do Nordeste havia sido ocupada por florestas e, portanto, poderia ser recuperada. Assim, ele argumentava sobre a viabilidade do reflorestamento na região, apesar da descrença de alguns nessa possibilidade:

“Há quem pergunte: Mas então pode-se reflorestar o Nordeste? É viável o reflorestamento do Nordeste? É claro; se existiam lá grandes florestas nos vales, podem-se reconstituir as florestas nos vales; é pois, viável o reflorestamento, tem caminho; apenas, há a dizer que é trabalho lento, a ser feito de permeio com os trabalhos comuns de agricultura e pecuária, principalmente pelos Poderes Públicos federal, estaduais e municipais, quer diretamente, quer auxiliando, por todos os modos, as iniciativas particulares; é o que já está fazendo o Serviço de Reflorestamento do Nordeste” (SAMPAIO, 1938, p.121).

O homem sertanejo também era apresentado, em seu discurso, como portador de grande potencial, mas mal preparado e guiado pela imprevidência. Segundo Alberto Sampaio, os sertanejos e trabalhadores em geral viviam na indigência em um país que poderia ser “no mundo o maior éden de fartura. Até mesmo com o simples esforço do braço rústico” (SAMPAIO, 1935, p.37). Pois, segundo ele, em citação a Arrojado Lisboa, a terra semi-árida dos sertões

“afeiçoou um *homem com qualidades especiais de resistência*, de engenho e de expansão que constitui hoje *uma das mais poderosas forças latentes* deste país. Mas *esse homem não está suficientemente aparelhado*, para usufruir os melhoramentos necessários à manutenção da existência e ao progresso da sua terra” (grifos originais) (SAMPAIO, 1938, p.146).

A idéia de Euclides da Cunha de que “o sertanejo é antes de tudo um forte” estava amplamente arraigada no pensamento social brasileiro naquele momento. O problema do homem dos sertões era estar entregue à indigência, como havia constatado Roquette-Pinto em seus estudos dos tipos antropológicos nacionais (SAMPAIO, 1935, p.120).

A partir de meados dos anos 1910 o paradigma racial, que até então predominava nas interpretações sobre a sociedade brasileira e tornava difícil o ingresso do Brasil no concerto das nações “civilizadas”, devido à suposta inferioridade de nossa raça mestiça, começou a sofrer deslocamentos importantes (DE LUCA, 1999, p.132).

Segundo a autora,

“Esses anos assistiram tanto a difusão e consagração de uma leitura positiva da mestiçagem quanto a emergência de uma interpretação apoiada em princípios higiênicos e eugênicos. Se é certo que nem sempre tais mudanças implicaram o rompimento das fronteiras ou a negação completa das teorias raciais, pelo menos acabaram por relativizar o seu significado” (DE LUCA, 1999, p.167-68).

Em suas reflexões sobre as causas do suposto “atraso” e indigência do sertanejo, Sampaio apresentava a situação desses homens como o resultado do intercâmbio entre fatores naturais, como o clima, e fatores relativos à ação humana, como a forma de exploração da terra, o regime de devastação da natureza, e também por serem essas populações ignoradas pelos poderes públicos. Ele acreditava que, se era preciso que a natureza atribuísse fertilidade aos campos, por outro lado, competia ao homem aproveitá-la sem extingui-la ou esgotá-la, pois isso significaria sua própria anulação (SAMPAIO, 1935, p.219).

Posteriormente, ele apresentou uma definição mais elaborada, em que afirmava que a indigência do sertanejo era consequência de suas “condições existenciais”, o que ampliava ainda mais os fatores constitutivos da vida daquele homem. Estas condições podiam ser definidas como as “fontes de vida e de atividade”, pois, segundo Sampaio, as manifestações humanas,

“(…) só se podem exercer de fato onde as condições habitacionais a[s] permitam, razão porque o homem foge ao deserto (...) as chances de manifestação são na razão direta das *fontes de vida e de atividade, recursos naturais, fertilidade das terras, clima favorável, eixos de produção, comércio organizado ou fácil, etc.*” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1944, p.97-98).

Nesse sentido, Sampaio afirmou, inspirado em Getúlio Vargas, que o “*homem é o produto de seu habitat*”, “comportando diferenciações ou variantes que constituem “personagens características” (...) personagens condicionadas pelo meio e por isso passíveis de melhoramento, na razão dos que se proporcionem a seu ambiente, ou mais propriamente, da melhoria de suas *condições habitacionais*, na expressão ecológica, *ou existenciais* (...)” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1944, p.28)¹⁰⁹.

Contudo, ele não se referia a uma relação estritamente determinista entre o ambiente natural e o homem, apesar de esta ser uma das faces de seu pensamento, quando, por exemplo, afirmou, em citação ao geógrafo Pierre Deffontaines, que “a densidade dos frutos determina a densidade da população” (SAMPAIO, 1944, p.179), pois, em sua concepção, o *habitat* não se restringia ao meio natural/físico, mas era composto também por outros fatores que constituíam as “condições existenciais”, como as condições habitacionais, os eixos de produção, o comércio organizado, entre outros.

O desânimo do sertanejo seria a ontogenia de sua aparente indolência. Desânimo justificável, segundo Sampaio, pois, por se inserir em uma economia fechada, o sertanejo não conseguia dar vazão à sua produção e acabava por ver seu trabalho e esforço desperdiçados. Esse prejuízo lhe trazia o desânimo, de onde advinha sua suposta indigência e, com esta, a sub-nutrição e os diversos males físicos e psíquicos que a acompanhavam, “de tal forma que o sertanejo é um degradado, por força das circunstâncias. Sua economia é fechada, porque não

¹⁰⁹ O pensamento neolamarckiano em voga, com o qual Sampaio partilhava algumas idéias, fornecia um aspecto positivo às populações sertanejas, que passaram a ser consideradas “recuperáveis” pela alteração do ambiente em que viviam. A orientação neolamarckiana podia ser definida, segundo ARAÚJO (1994, p.39), como a “ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua (...) interação com o meio físico”. Baseado na disseminada idéia de que o ambiente exercia influência decisiva nas características dos organismos, o neo-lamarckismo compartilhava dois conceitos importantes com a teoria de Lamarck: 1) considerava a evolução vertical, consistindo um aperfeiçoamento da adaptação; 2) acreditava que os caracteres adquiridos de um indivíduo podiam ser herdados (MAYR, 2000, p.526). Ainda segundo este autor, vale ressaltar que o neo-lamarckismo cobria um grupo heterogêneo de idéias (p.526).

pode abrí-la; bem se esforça por um intercâmbio comercial, mas os fados lhe são adversos” (SAMPAIO, 1944, p.38)¹¹⁰.

Quando o homem passou a ser considerado um produto do seu *habitat*, a culpa de sua indolência passou a ser atribuída a este, que começou a ser o foco das mudanças, e as interpretações negativas sobre o homem brasileiro foram caindo em desuso. Como ressaltou DE LUCA (1999, p.214), os habitantes do sertão passaram à condição de vítimas, representados como pessoas abandonados à própria sorte, sem saúde, educação, alimentação e habitação dignas.

Segundo Sampaio, os “pequenos problemas” sertanejos eram meramente ecológicos e não intrínsecos, pois os homens do sertão não tinham nenhuma parte ativa nos males apontados (SAMPAIO, 1944, p.39). Para ele,

“[o sertanejo] não tem culpa que as onças dizimem o gado, nem que haja cipó d’alho nos sertões, nem que lhe faltem compradores para a rapadura; por si só não pode exterminar as onças (o que depende de organização técnica da caça); o problema do cipó d’alho é de origem tecnológica; o da saída da rapadura depende da organização do comércio” (SAMPAIO, 1944, p.39).

Mesmo quando se referia ao sistema devastador de exploração da natureza operado pelos sertanejos, Sampaio considerava esta questão um problema de educação, e não um problema intrínseco, de caráter.

O foco recaiu, portanto, sobre fatores externos, como higiene, educação e alimentação, sendo o último, um tema destacado por Sampaio em seu livro, *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia*¹¹¹.

¹¹⁰ Sampaio aproximava-se das perspectivas geográficas de Paul Vidal de La Blache, da escola geográfica francesa, com as quais matinha-se atualizado. Vidal de La Blache caracterizava-se por sua abordagem funcionalista e regional. Segundo MENDONZA (1988, p.62), “(...) a perspectiva funcionalista se apóia no entendimento da “realidade” como um conjunto articulado de *unidades – históricas, sociais, espaciais* – claramente diferenciadas e com relativa autonomia funcional, que mostram comportamentos - e requerem estudos – específicos e desiguais” (grifos nossos). Nesse mesmo sentido podemos pensar a abordagem “regionalista” de Sampaio em relação aos sertões e aos sertanejos.

¹¹¹ No livro dedicado estritamente ao tema, Sampaio além de refletir sobre a alimentação como um importante fator de “regeneração” das populações sertanejas e indígenas, apontando as causas e as soluções para o problema, fornecia, na segunda parte da obra, que ocupava quase a metade de suas páginas, uma “onomástica da

Segundo ele,

“(…) têm razão os que falam em indolência do caipira, mas a culpa não é deste, já o disse o Presidente Getúlio Vargas, em sua Nova Política Nacional. Quando se chega a essa conclusão, é claro que as soluções passam a ser adequadas, considerado o homem como “produto de seu habitat”, personagem que esse condiciona e que, por isso, melhorará na razão da melhoria das *condições existenciais*” (grifos nossos) (1944, p.149).

Como afirmou DE LUCA (1999, p.219), “empunhando a bandeira da defesa de uma vida sã, produtiva e útil à nação, as prescrições higiênico-sanitárias iam se infiltrando no cotidiano, normatizando-o sob a batuta da ciência”. O conceito de saúde estava sendo ampliado e, sob a influência dos avanços da bioquímica, a preocupação com a alimentação ganhou grande impulso (DE LUCA, 1999, p.220-1), o que pode ser constatado pelo grande número de obras sobre o tema naquele período¹¹².

A crença na transmissão de caracteres adquiridos, segundo a autora, permitia encarar as melhorias nas condições higiênico-sanitárias, nos hábitos alimentares e na prática de esportes, às quais acrescento o estabelecimento de uma nova relação entre o homem e a natureza, um avanço em termos de aperfeiçoamento genético (DE LUCA, 1999, p.230)¹¹³.

alimentação rural e sertaneja”, contendo um “Glossário de comidas, bebidas e condimentos, usados no habitat rural e no sertanejo”. Este servia como um guia alimentar e nutrológico, contendo informações científicas e químicas sobre os alimentos desse *habitat*, as diversas denominações e usos regionais de cada um deles, além de receitas. Assim, o livro constituía, entre outras coisas, um verdadeiro guia cultural das regiões rurais e sertanejas do Brasil, nos moldes de alguns trabalhos, como *Açúcar – Algumas receitas de Doces e Bolos de dos Engenhos do Nordeste* (1939), de Gilberto Freyre, a quem nosso botânico tanto admirava. Sobre Gilberto Freyre na obra de Sampaio, ver SAMPAIO, 1944, p.143-45.

¹¹² Sampaio citou um grande número delas em seu livro *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944, p.329-332), publicadas principalmente nos primeiros anos da década de 1940.

¹¹³ De acordo com o pensamento de Renato Kehl, considerado o introdutor e divulgador da ciência eugênica no Brasil nas primeiras décadas do século XX, esta permitiria expurgar os doentes, amorais e incapazes da humanidade e substituí-los por indivíduos eugenizados. Em uma perspectiva ampla, para ele, instruir e sanear era eugenizar, estabelecendo uma relação direta entre as medidas que visavam à melhoria da saúde pública e seus efeitos na hereditariedade (DE LUCA, 1999, p.224). Nesse sentido, podemos pensar no discurso de Sampaio sobre a melhoria da alimentação nos sertões como uma medida eugenizadora. Em seus estudos sobre genética vegetal, Sampaio destacava uma ligação intrínseca entre genética e eugenia. Segundo ele, “O termo Eugenia, criado em relação ao homem, visando o físico e o moral, pode ser extensivo a animais e plantas, no sentido geral e mesmo como sinônimo de genética”. “(...) esta ciência (...) é, sem contestação, a base da Eugenia, o que equivale a dizer, da parte da Sociologia que conduz ao aperfeiçoamento humano”. Em contrapartida, em referência a Coquidé, definiu genética vegetal como “a arte de obter, a partir de seres rústicos, ou de raças antigas, novas raças ou variedades, apresentando maiores proveitos para nossas necessidades ou maiores vantagens culturais”. Cf. SAMPAIO, A. J. de. “Genética Vegetal (Apontamentos que serviram de base à tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, julho, 1929)”. *Archivos do Museu Nacional*,

Apesar do declínio do paradigma racial nas interpretações sobre a sociedade brasileira, os psicologismos e estereótipos que buscavam estabelecer padrões de comportamento para os sertanejos permaneceram, porém, eles não mais se apresentavam de forma negativa. Sampaio falava da resistência física do caipira e da “mentalidade” dos sertanejos, caracterizando-os como bem humorados, simples, contemplativos, musicistas, entre outras adjetivações, que eram, para ele, características dignas de preservação diante do processo de modernização que iriam, inexoravelmente, sofrer. Segundo ele,

“Conviria estudar a fundo a mentalidade do sertanejo, antes da transmutação que se vai operar, para que não tenhamos de lastimar, mais tarde, fato análogo ao que se deu com a influência africana (...) o assunto não foi estudado e perderam-se muitos elementos” (SAMPAIO, 1944, p.42-3).

Sampaio afirmava que o homem em estado rústico também fazia parte da natureza - “é um dos elementos naturais do habitat respectivo” (SAMPAIO, 1935, p.210) - e por isso devia ser preservado. Contudo, segundo ele, a proteção ao sertanejo seria bastante diversa daquela propugnada à natureza em geral, pois animais e plantas deveriam ser protegidos contra a extinção multiplicando-se livremente e conservando sua rusticidade, ao contrário de indígenas e sertanejos que deveriam ser amplamente beneficiados pela “civilização” e integrados à vida social. Nessa perspectiva, afirmava:

“(…) através de seu próprio concurso na melhoria de seu habitat (...) precisa ser educado, não se devendo ter pressa em chamá-los imediatamente à civilização, porque são precisos muitos anos, para que percam completamente seus hábitos e seus tabus. Aliás, isso se verifica mesmo na velha Europa *supercivilizada*, onde as populações provincianas conservam costumes (...) às barbas e mesmo à mesa da *Cultura* e da *Civilização*. Nenhum país rompe essas tradições que têm enorme valor histórico e contribuem para diversificar os encantos da vida humana” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1935, p.210).

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.397, 399 e 397, respectivamente. Em 1929 realizou-se no Rio de Janeiro o *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia* no qual Sampaio apresentou o trabalho supracitado, também publicado na Atas do encontro. Cf. “Genética Vegetal – Tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”, Rio de Janeiro, julho 1929. *Actas e Trabalhos*, vol. 1, 1929.

Seu pensamento sobre a cultura e a sociedade brasileiras era marcado pela idéia de progresso, em que o Brasil encontrava-se em um nível inferior de desenvolvimento se comparado, em suas palavras, à “Europa supercivilizada”, padrão cultural naquele momento. O evolucionismo nos moldes de Herbert Spencer, foi a principal matriz ideológica da elite modernizadora brasileira. Fundamentava-se na idéia de desenvolvimento como progresso inexorável, defendendo a existência de uma ordem da natureza que conduziria inevitavelmente à evolução, em direção à formação de espécies, indivíduos e sociedades mais complexas, desde que nenhum fator externo interferisse (MURARI, 2002, p.409-411).

Ainda segundo MURARI (2002, p.409),

“As leis do spencerismo produziam explicações finalistas, conferiam um sentido à história, depositavam irrestrita confiança no progresso dos indivíduos e sociedades através da contínua redistribuição de energia e da melhoria constante de seus meios de vida e de conhecimento – transmissíveis de uma geração a outra por mecanismos biológicos –, dentro de um sistema teórico em que toda a dinâmica do universo e da vida podia ser explicada”.

Para Sampaio, “o sertanejo não é infenso à assimilação, à volta à civilização, pois de fato o sertanejo é uma regressão ecológica, um asselvajamento, um embrutecimento do homem, por força das circunstâncias adversas” (SAMPAIO, 1944, p.41). E, segundo a perspectiva nacionalista da época, as bases da constituição da nação estariam no próprio potencial de sua gente e de sua natureza, nada precisaria ser buscado de fora. O indígena e o sertanejo deveriam ser integrados à sociedade, mas a partir de seu próprio potencial em recuperar o ambiente em que viviam. Segundo nosso botânico, “o sertanejo é um potencial humano imenso e até hoje inaproveitado, passível de ser integrado em prazo relativamente curto” (SAMPAIO, 1944, p.45)¹¹⁴.

¹¹⁴ Para ele, indígenas e sertanejos compunham um mesmo grupo, principalmente quando pensados em uma acepção contrária à de “alienígena”. Em relação ao processo de “civilização” dos íncolas brasileiros, Sampaio elogiava o trabalho que vinha sendo feito pelo *Serviço de Proteção aos Índios* sob a direção do General Rondon e, no que concerne aos sertanejos, citava os serviços prestados pela *Inspetoria de Obras contra as Secas*, entre outros, almejando mostrar o “processo civilizatório” ao qual os homens “rústicos” do Brasil vinham sendo submetidos. Ver SAMPAIO, 1935, p.211.

O homem sertanejo seria como as plantas dos sertões nordestinos, permaneciam em latência, mas floresciam quando as condições do ambiente tornavam-se favoráveis. Nesse sentido, considerava-se não somente as condições do ambiente natural, mas também do ambiente social, apesar de Sampaio dar maior ênfase ao primeiro. Em sua orientação neolamarckiana, se o ambiente natural podia ser melhorado através de uma nova relação do homem com a natureza, não mais baseada na imprevidência da devastação, o homem sertanejo também poderia ser “aperfeiçoado”.

De acordo com os ideais consagrados por Euclides da Cunha em *Os sertões*, com os quais Sampaio alinhava-se, o sertanejo era um retrógrado, mas não um degenerado (LIMA, 1999, p.68). O problema do brasileiro era estar entregue à indigência. Citando Roquette-Pinto, nosso botânico declarava que “os melhores elementos nacionais [eram] gente a educar e não a substituir” (SAMPAIO, 1935, p.221). Um exemplo recorrente em toda sua obra, sobre a capacidade de regeneração das “populações rústicas” era o caso de um indígena do Panamá que, educado, teria chegado a receber o título de Membro Efetivo da *Société des Américanistes de Paris*. Segundo ele, “ante estes fatos, só há a concluir que a *questão é educar*” (grifos originais) (SAMPAIO, 1935, p.224-5).

Essas considerações apresentadas pelo cientista e compartilhadas por muitos de seus contemporâneos representavam o avesso das idéias, antes predominantes, de inferioridade racial do brasileiro. Nesse sentido, Sampaio afirmou: “Passemos (...) em revista alguns argumentos, a propósito do *negro*, do *mestiço* e do *índio*, para deixarmos, de uma vez por todas, inteiramente fora de cogitação, essas questões raciais que hoje nem mais se tomam em consideração” (grifos originais) (SAMPAIO, 1935, p.223).

Naquele tempo primava uma representação geográfica da identidade nacional, em que o sertanejo era caracterizado como um homem afastado do “mundo civilizado”, geralmente representado pelo litoral. No entanto, Sampaio não alegava estarem os sertões,

necessariamente, afastados do litoral, pois em sua definição, “sertão é o interior inculto, geralmente longe da costa, mas também pode ser uma floresta do litoral” (SAMPAIO, 1944, p.23).

Sertão seria, portanto, a terra inculta, pouco povoada ou desabitada, litorânea ou de interior e, assim, cada município poderia ter o seu sertão¹¹⁵. Segundo ele, “De fato, para a biogeografia e para a geografia humana pouco diferem as dunas do litoral e as caatingas do interior; a vida é o pastoreio primitivo e a simples colheita de alimentos naturais, como recursos principais” (SAMPAIO, 1944, p.24). Portanto, seu critério de classificação não era físico e sim antropológico. Os sertões eram identificados pela rusticidade,

“[que] coloca no mesmo nível de atenção, comportando similitudes e diferenciações, o homem rústico do litoral (...), o proletariado agrícola, o sertanejo propriamente dito, o habitante do interior da Amazônia e os índios, de que decorre que o termo sertanejo, no sentido de rude, envolve todos os tipos existenciais, em regiões incultas, pouco povoadas (...) Ligam-se todos pela rusticidade, atributo por excelência dos sertões” (SAMPAIO, 1944, p.10).

Os sertões eram individualizados por seu nível de “civilização”. Como ressaltou Nísia Trindade LIMA (1999, p.60), o elemento definidor do sertão seria sua distância em relação ao poder público e aos projetos modernizadores.

Segundo a autora,

“Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro pólo, litoral [...] significa [...] o espaço da civilização” (LIMA, 1999, p.60).

Havia uma convicção de que o país se encontrava em desequilíbrio pela descontinuidade da distribuição da população no espaço territorial. A “civilização” do litoral deveria ser estendida aos sertões e, os sertanejos, uma população isolada geográfica e

¹¹⁵ Ele argumentava sobre a existência de sertões inclusive nos arredores do Rio de Janeiro, em referência ao *Sertão Carioca*, descrito e estudado por seu colega e ilustrador de seus livros, Magalhães Corrêa (SAMPAIO, 1944, p.27). Em suas considerações acerca da definição do termo “sertão”, Sampaio mostrou as várias nuances do termo e suas diferenciações regionais, demonstrando vasta cultura literária sobre o tema. Cf. SAMPAIO, 1944, p.21-33

socialmente, deveriam ser integrados à nação brasileira. Nesse sentido, na década de 1940, foi criada a “Marcha para o Oeste”, um projeto de integração civilizadora e nacionalizante para o Brasil, do qual falaremos a seguir.

O sertão também era parte destacada na construção simbólica da identidade nacional brasileira e, segundo VIDAL E SOUZA (1997, p.32-33), a solução dada para recuperar a nacionalidade cindida seria retornar aos sertões levando o ímpeto civilizatório capaz de neutralizar suas características indesejáveis – o atraso e o vazio – e recuperar de lá a brasilidade mais autêntica. Como afirmou SAMPAIO (1944, p.39), “atendendo-se a que os sertões esperavam, há 4 séculos, a esclarecida inteligência dos brasileiros”. O que nos remete ao papel de vanguarda atribuído a cientistas e intelectuais no processo de modernização do país.

Tânia DE LUCA (1999, p.216) referiu-se a esses “homens de ciência” como “cruzados modernos”, detentores de um saber técnico e especializado, que deveriam ser investidos pelos poderes públicos de autonomia para livrar a nação dos males que a afligiam¹¹⁶.

Como vimos, a imagem de sertão era constituída por uma ambivalência. Sob uma perspectiva negativa, os sertões eram identificados com o atraso e a resistência ao moderno e, sob uma perspectiva positiva, eram vistos como o *locus* da autenticidade nacional (LIMA, 1999, p.60-61). O pensamento de Alberto Sampaio também não deixou de conter ambigüidades, pois, apesar de apresentar o sertanejo como o “cerne da nossa raça”, ele acreditava em sua “inferioridade evolutiva”. Situação, contudo, que, segundo ele, poderia ser revertida.

¹¹⁶ Nesse mesmo sentido, situamos a análise de Daniel Pécaut sobre o papel de elite dirigente atribuído aos intelectuais nas décadas de 1920-1940 no Brasil. Segundo ele, os intelectuais atribuindo-se o papel de único grupo capaz de conhecer a “realidade social” justificavam a importância de sua intervenção. Essa “realidade” oferecia o espetáculo de um povo ignorante de seu destino e eles, graças aos seus conhecimentos, situavam-se à frente de seus contemporâneos. “Desse modo, são os únicos, ao lado de certos políticos excepcionais, a se subtraírem à imperfeição e ao atraso e, conseqüentemente, a formar uma camada social com vocação para conduzir a nação ao encontro de si mesma” (PÉCAUT, 1990, p.8).

Segundo SAMPAIO (1938, p.150-51), “para a Ecologia e a Genética o sertanejo representa a *população-clímax*, condicionada através dos tempos pelas condições ambientes e pode ser muito melhorada, à mercê dos melhoramentos do ambiente” (grifo nosso)¹¹⁷. Nessa mesma perspectiva, ele definiu o sertanejo como um “padrão de energia”, que também podia ser concebido como o nível máximo de adaptação do homem ao meio. Como exemplos de “padrões de energia”, nosso botânico referiu-se aos caçadores de onça em Mato Grosso, aos vaqueiros do Nordeste e do Pantanal, aos nordestinos em geral e ao gaúcho das campanhas do sul, entre outros (SAMPAIO, 1944, p.95-96).

Sampaio percebia uma ligação intrínseca entre o homem do campo e o ambiente em que este vivia, pois, segundo ele, seria uma relação orgânica, necessariamente interdependente, em que a modificação de um relacionava-se diretamente à constituição do outro. Vale ressaltar que, em muitos de seus escritos, nosso autor trabalhava com o conceito de *biocenose*, definido por ele como a interdependência entre os seres vivos, animais vegetais e o homem (SAMPAIO, 1938, p.268-9)¹¹⁸.

Percebe-se em seu discurso o delineamento de uma relação de desequilíbrio entre os seres em sua contemporaneidade, causada principalmente pela devastação que o homem vinha

¹¹⁷ Em Ecologia, o clímax representa o estágio de equilíbrio – entre a dinâmica do solo, a vegetação e o clima – em uma sucessão ecológica vegetal (DANSEREAU, 1949, p.72-73). Infere-se daí que os sertanejos eram considerados a expressão do equilíbrio nos sertões, sendo os mais bem adaptados ao meio. Sampaio se dedicou a temas relacionados ao “melhoramento do ambiente” em seus diversos artigos sobre Genética Vegetal, como aquele apresentado ao *Congresso de Eugenia* - “Genética Vegetal (Apontamentos que serviram de base à tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, julho, 1929). *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.397 -, dentre outros. Alguns textos também buscavam divulgar os ensinamentos dessa disciplina. Ver “O Ensino da Genética no Brasil, em Curso Secundário ou Iniciação – Uma norma”. *Algodão*, IV, n.33-34, jul.-ago. 1937; “Ecologia e Genética na Reflorestação”. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, jul.-ago. 1930; “Genética e Sistemática Experimental do Cafeeiro e das Plantas Superiores em geral” – Série de artigos publicados na *Revista do Departamento Nacional do Café*, de outubro de 1933 a abril de 1935; “A Genética na Educação Nacional”, *A Ordem*, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1929; “Genética e Florística”, *A Ordem*, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1930; “Genética do Café” – Nota à *Sociedade Nacional de Agricultura*, em 1/12/1932, *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1932. Segundo Sampaio, a genética é “aplicada ao melhoramento das plantas, e como tal, a orientadora da Fitotécnica e da Agronomia, pelo que afeta (...) a Economia Política e a Sociologia”. Cf. “Genética Vegetal (Apontamentos que serviram de base à tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, julho, 1929). *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.397.

¹¹⁸ O termo *biocenose* foi criado por Möbius em 1877 e designava uma comunidade de seres vivos, “na qual a soma das espécies e dos indivíduos, sendo mutuamente limitada e selecionada pelas condições médias de vida exteriores, continuou, via reprodução, a ocupar um território dado”. ACOT, 1990, p.78. Contudo, o conceito e os estudos sobre o tema foram mais desenvolvidos pelas gerações posteriores (ACOT, 1990, p.78).

relegando à natureza. Quadro que ele acreditava ser necessário alterar para o desenvolvimento do homem e da nação brasileira.

A partir da década de 1940, a perspectiva de análise de Sampaio se radicalizou sensivelmente, quando assumiu uma visão ainda mais positiva sobre o processo de integração e “regeneração” das populações sertanejas. Tal característica pode ser observada em seu último livro, *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia* (1944).

No período de vigência do Estado Novo foram implantadas diversas políticas sociais por Getúlio Vargas, muitas delas discutidas intensamente por intelectuais e cientistas nas décadas anteriores. O sertanejo, que nos livros anteriores de nosso botânico era descrito como indigente pela ausência de interesse dos poderes públicos, agora era inserido em um conjunto de mudanças e políticas de integração do território e da população brasileira.

Durante o governo Vargas pretendeu-se construir um Estado capaz de criar uma nova sociedade e um sentimento de nacionalidade para o Brasil. Uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha na integração do território seu foco principal. Nesse sentido, foram criadas instituições encarregadas de fornecer dados científicos para as ações do Governo, como o *Conselho Nacional de Geografia* (1937), o *Conselho Nacional de Cartografia*, o *Conselho Nacional de Estatística* (1936) e o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) (1938)¹¹⁹.

Mas, a ação política do Estado Novo no espaço brasileiro efetivou-se com a criação de cinco territórios federais, em 1943 – Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Iguazu e Ponta Porã –, e ganhou visibilidade com o programa de “Marcha para o Oeste” lançado por Getúlio Vargas, em 1940, durante as comemorações de inauguração da cidade de Goiânia¹²⁰.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do oeste”. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/A_conquista_do_oeste.asp>. Acesso em 31/05/2006.

¹²⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do oeste”. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/A_conquista_do_oeste.asp>. Acesso em 31/05/2006;

Para SAMPAIO (1944, p.13), o sertanejo era “nada menos que um imenso potencial humano, em via de integração nas forças vivas da nação, graças às providências que ora estão sendo dadas pelos Poderes Públicos, no desenvolvimento de seu vasto plano da “Marcha para Oeste””. Segundo ele,

“Tudo nos sertões obedecia, e ainda em parte obedece, ao regime de exaustão, consumir o que houver, cada um como puder, e quem vier depois que se arranje. Esse regime não poderia continuar; daí o vasto plano governamental da Marcha para Oeste, para lhe por cobro, ao mesmo tempo que visa o descongestionamento das cidades litorâneas, a criação de novas cidades nos sertões, a ruralização e o povoamento destes, a assimilação de sertanejos e de índios, etc.”.

(...)

“[que] terão de passar a ser, em futuro não longínquo, todo um imenso mercado interno, interlândico (*sic*), como uma das conseqüências do vasto plano governamental, ora em desenvolvimento. A Marcha para oeste (...) obedece a um plano estabelecido e que já vem determinando estudos especiais dos nossos geógrafos, no sentido de definir o que melhor lhe convém (...)” (SAMPAIO, 1944, p.18 e 29).

Os elogios ao governo Vargas no último livro de Sampaio são explícitos. Segundo nosso botânico, o Estado Novo “abriu novos horizontes à prosperidade geral do Brasil e dos brasileiros” (SAMPAIO, 1944, p.40).

Ele afirmava que, “antes da sábia política atual, tínhamos de dizer “porque fogem” [os sertanejos ante a linha de desbravamento]; hoje dizemos “porque fugiam”. A política atual é da assistência e proteção racional; a antiga era do abandono”. Para ele, isso ocorria porque antes não se respeitava a cultura sertaneja, o que antes se trazia a essas populações era somente o trabalho, a destruição de hábitos e crenças. Apresentava-se uma sociedade em que as populações rudes representavam papel inferior (SAMPAIO, 1944, p.59-60).

Sampaio estabelecia uma ligação intrínseca entre a prosperidade rural, a modernização e o progresso da nação. Segundo ele,

“O ruralista não pode esquecer nunca as possibilidades que a prosperidade rural oferece, ao surto, à manutenção e ao progresso das *idades*, enquanto que o urbanista nem um momento pode olvidar que a prosperidade das *idades* depende

precipualemente da riqueza rural. O campo é a matriz das *idades* e só ele é eterno!” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1935, p.217).

Nesse trecho é interessante observar como ele apresentava as cidades como parâmetro de sua análise. Segundo DUTRA (2005, p.185-6), nos discursos do início do século XX as cidades eram tidas como símbolos da modernidade e representavam o ápice do processo de modernização. Eram tomadas como medidas da condição social moderna das nações, em que destacava-se a prosperidade econômica responsável por sua modernização, como o fez Alberto Sampaio ao atrelá-las ao desenvolvimento econômico do campo.

Nesse sentido, fazia-se “imperativo mostrar a integração da selva e das gentes ao espaço da nacionalidade e sua unificação, pela cultura e pelo progresso técnico-econômico”. Sampaio afirmava ainda que, “a cidade é o centro de difusão da cultura no habitat rural, onde o ensino vai perdendo intensidade na razão da distância” (SAMPAIO, 1944, p.108).

Apesar de os sertões representarem, em seu discurso, a autenticidade nacional, paradoxalmente, o melhoramento do habitat rural, para ele, dependia de sua respectiva urbanização, pois a multiplicação dos núcleos urbanos valorizaria o habitat rural. Segundo ele, não havia um antagonismo real entre campo e cidade, mas apenas acepções diversas, pois eram duas entidades biogeográficas que se completavam, formando a nação (SAMPAIO, 1935, p.211 e 217).

Em sua perspectiva,

“a ‘Marcha para Oeste’, como vasto programa governamental, a ser gradativamente desenvolvido, individualizou o sertanismo no Brasil como ciência e arte de ruralizar, povoar, industrializar e urbanizar os sertões, o que não extinguirá completamente os sertões, pois alguns permanecerão sempre, como *zonas de mineração ou enquanto não convenha dar-lhes utilidade; mesmo os que sejam completamente imprestáveis, terão interesse turístico* (grifos nossos) (SAMPAIO, 1944, p.110).

Novamente nosso botânico reafirmava sua perspectiva funcionalista de análise social. No que se referia ao conceito de urbanização dos sertões, acreditamos que seu pensamento

aproximava-se de seu contemporâneo Oliveira Vianna. Em referência ao Estado de São Paulo, este autor sustentava o desenvolvimento de um “pequeno urbanismo”, mediante a multiplicação de centros urbanos pelo interior daquele Estado, em contraposição ao “grande urbanismo” da cidade tentacular que ele não julgava indicado para o povo brasileiro.

Vianna apontava para a possibilidade de síntese, em que era possível modernizar-se, através da incorporação de populações e realizações das áreas consideradas “mais evoluídas”, mas sem ter de abdicar de um projeto de brasilidade (DE LUCA, 1999, p.200-201). No mesmo sentido podemos interpretar o conceito de “ruralização” desenvolvido por Alberto Sampaio, que também propunha uma “pequena urbanização” dos sertões¹²¹.

Como podemos observar, nosso cientista estava em diálogo com as questões de seu tempo e com seus contemporâneos discutindo através de sua obra soluções para questões eminentes no período em que viveu como aquelas relativas à modernização do país e à preocupação com o isolamento dos sertões, considerados os causadores do suposto “atraso” brasileiro.

Sampaio visava uma maior urbanização do país, dada à imensa desproporção entre o habitat rural e a área urbana total do Brasil, e argumentava que a gênese da cidade era o comércio, pois “nem o homem, nem a educação criam cidades, onde queiram, mas somente onde as circunstâncias o permitam” (SAMPAIO, 1935, p.217). Assim, ele descreveu a “Genética das cidades”:

“o gérmen urbano é a primeira tenda de comércio que se estabeleça no habitat rural, com o fim especial de aí ir buscar os produtos locais, para transmití-los ao mundo; após a primeira tenda, o mercado ou a feira e do mercado à povoação, à vila e à cidade não há senão passos sucessivos ou etapas da civilização, que se efetivam ou não, com

¹²¹ O conceito de “ruralização” baseava-se na diferenciação que se fazia entre o habitat urbano, o sertanejo e o rural, sendo este último considerado uma transição entre os dois primeiros. Segundo nosso autor, o melhoramento da vida do sertanejo dependia da “ruralização dos sertões”, que podia ser definida como a organização do trabalho agrícola, capaz de fornecer a alimentação, “seguida de perto pela criação de numerosas cidades novas sertanejas, centros de comércio; a industrialização dos eixos de produção, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, enfim tudo quanto constitui atividade, na vida social” (SAMPAIO, 1944, p.99).

a devida seqüência, na dependência do valor dos produtos rurais e da faculdade aquisitiva dos que comerciem com os campos” (SAMPAIO, 1935, p.217-8).

Ele concluiu que novas cidades somente poderiam surgir nos campos em que houvesse grande procura de produtos e cuja densidade da população permitisse o intercâmbio comercial, capaz de determinar, desenvolver e manter a urbanização local. E acrescentou ainda que o que determinava o surto de uma nova cidade no campo era sua natureza: “Todos os esforços, pois, devem ser empregados para melhorar o habitat rural, visando simultaneamente a maior urbanização do país” (SAMPAIO, 1935, p.218-19).

Portanto, o desenvolvimento do habitat rural interessava na medida em que ampliavam as possibilidades e oportunidades de desenvolvimento do habitat urbano e a modernização do país. Contudo, nosso botânico lembrava que nenhuma nação poderia ser um mero mosaico de cidades, porque isso significaria a rendição à fome, pois “o campo é a garantia primária de cada nação” (SAMPAIO, 1935, p.218).

“Cada nação é, por isso, um mosaico de cidades e campos, valendo-lhe estes como celeiros, próprios, de víveres e matérias primas, ao mesmo tempo que (...) viveiro principal de homens para todas as eventualidades e até mesmo para o contínuo *rejuvenescimento* das populações urbanas” (grifo nosso) (SAMPAIO, 1935, p.218).

Sampaio argumentava também que a vida no campo e os passeios ao ar livre eram indispensáveis à higidez das populações sedentárias, e ressaltava a necessidade de desenvolvimento do excursionismo e do turismo em meio à população urbana¹²². Mas, para isso, segundo ele, seria necessário educar as massas urbanas e condicionar os atrativos às excursões, o que implicaria amplo melhoramento das condições existenciais das populações rurais e sertanejas, adequando o ambiente rural às necessidades do urbano (SAMPAIO, 1944, p.9).

¹²² Argumento que podemos inserir no contexto de ampliação do conceito de saúde, como ressaltado por DE LUCA (1999, p.220, 223), em que imperavam os ideais de vida ao ar livre, bem como da boa alimentação e adoção de hábitos higiênicos, associados ao conceito eugênicos de aperfeiçoamento da espécie humana através da transmissão de caracteres adquiridos.

Podemos observar em seu discurso que o *rural* adquiria sentido em sua (re) significação pelo *urbano*, tornando-se expressivo na medida em que definia-se sua dependência em relação ao urbano e vice-versa. Nesse sentido, destacamos uma frase expressiva do geógrafo Pierre Deffontaines, citada por SAMPAIO (1944, p.7): “O sertanejo sonha com a cidade, como o nômade do deserto com o oásis”. Novamente nosso botânico nos remete à importância da cidade como símbolo de modernidade e padrão evolutivo.

Segundo MARTINS (1975, p.1-2), o crescimento industrial e da população urbana no Brasil durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX redefiniram as relações de predomínio entre o mundo urbano e o mundo rural, período caracterizado também pela elaboração de uma ideologia urbana. Apesar de Alberto Sampaio partilhar alguns ideais defendidos pela corrente responsável pela criação de uma contra-ideologia ruralista, em contrapartida a essa nova valorização do urbano, seus parâmetros de análise eram explicitamente urbanos, defensor de valores “civilizados” e “modernos”.

A redefinição cultural ligada à constituição de uma sociedade centrada nos valores urbanos levou à distinção valorativa entre o urbano e o rural, que se exprimiu na construção de estereótipos do homem rural. Estes conduziram, entre outras coisas, à manipulação do mundo rural para legitimar a intervenção das instituições urbanas na vida do campo e propiciar as condições para transformar o caipira do estereótipo no cidadão das concepções urbanas. Nessa perspectiva, revestiu-se a sociedade agrária de uma incapacidade de desenvolvimento social, cultural e econômico, supostamente presa em uma “inércia doentia”. A terapêutica fundou-se na ação exterior ao meio rural, na definição do modo como aquela sociedade deveria integrar o sistema social: como compradora e consumidora de mercadorias (MARTINS, 1975, p.4).

“O diagnóstico no caso, mecanicamente estabelecido, é o de que se está diante de um regime de baixa produtividade que se modificaria pela injeção de crédito oficial e pela “modernização” dos empreendimentos agrários (...) define-se o problema agrário a partir de uma segmentação, a ser superada, entre o rural e o urbano. Em consequência,

só com a submissão da sociedade agrária às mercadorias, aos estilos e às concepções urbanas é que os problemas urbanos decorrentes da sua ligação a um sistema (rural) anômalo seriam resolvidos. *Na verdade, só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural*” (grifos nossos) (MARTINS, 1975, p.4-5).

Na perspectiva de Alberto Sampaio, a idéia de sertão como abandono em relação aos poderes públicos era um fator determinante na constituição do caráter e da situação das populações sertanejas. Ele destacava a necessidade do povoamento dos sertões, no intuito de trazer à “civilização” essas regiões afastadas e marginais. Povoamento, para ele, diretamente relacionado à fartura alimentar, considerada a causa primária do êxodo das populações sertanejas (SAMPAIO, 1938, 112). Segundo ele,

“o problema alimentar (...) é a condição demográfica por excelência, razão dos êxodos (...) Quanto maior a abundância regional, em recursos alimentares, tanto maiores as probabilidades de povoamento e prosperidade; não há mesmo prosperidade possível, estando o indivíduo com fome” (SAMPAIO, 1944, p.98).

“Civilizar os campos, melhorá-los a cada passo, livrá-los da rusticidade bruta e hostil, é objetivo da civilização que a pouco e pouco se vem infiltrando no hinterland de cada país novo, para aí possibilitar grandes massas de população rural, próspera e feliz. Os botânicos não se opõem a esse trabalho civilizador, antes o desejam, apenas ponderando que não se deve prejudicar o *fáceis florístico* natural de cada região, a ponto de implantar por toda parte a *uniformidade da paisagem*, tendência humana focalizada já por Vidal de la Blache” (grifos originais) (SAMPAIO, 1938, p.179).

Para isso, segundo ele, era preciso considerar a importância das árvores e florestas, sob o ponto de vista paisagístico e ecológico, mesmo quando se estudasse apenas os campos sob uma perspectiva utilitária. Sob essa perspectiva, concluía que, segundo estudos técnicos, para a manutenção das condições climáticas das culturas era preciso que fosse mantido em cada zona agrícola um coeficiente florestal mínimo de 40% da área total (SAMPAIO, 1938, p.179)¹²³.

¹²³ Tese que ele já havia defendido em seu relatório sobre “O problema florestal no Brasil, em 1926”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926, p.121 e 139. Contudo, naquela ocasião, defendeu a preservação de um coeficiente bem menor de florestas protetoras em cada propriedade agrícola: 25%.

Portanto, para evitar o êxodo das populações e garantir a produção de meios de subsistência, primeiro dever-se-ia melhorar o ambiente natural. Para isso, ele propunha algumas medidas de engenharia rural para fartura de alimentos frescos e garantia de alimentação mista no habitat rural, através do plantio de árvores frutíferas ao longo das estradas de rodagem brasileiras. Segundo ele, a fartura gratuita de frutas para os lares pobres eram um imperativo da alimentação equilibrada. “Para esses lares, não adianta a fruticultura organizada, pois o pobre em geral não é cliente de comércio de frutas, a não ser em escala muito reduzida” (SAMPAIO, 1944, p.59).

“Não ficarei, pois, admirado se o leitor arregalar os olhos, de espanto, se eu disser aqui, como passo a dizer, que a higidez do homem rural e do sertanejo no Brasil dependerá muito de haver numerosas fruteiras ao longo das estradas, inclusive as mais modestas” (SAMPAIO, 1944, p.54)¹²⁴.

Como ressaltamos no início do capítulo, para Sampaio, uma das principais questões relacionadas ao problema alimentar no Brasil era o seu provimento. A ação nos sertões direcionava-se à implementação de medidas que renovassem as relações entre o homem do campo e o seu meio natural. Essas deveriam ser relações com bases orgânicas, estabelecidas através do aproveitamento racional e sistemático dos recursos naturais e humanos daquele meio para garantir a eliminação dos problemas que retardavam o “progresso” nacional.

O principal meio de desenvolvimento do meio rural seriam o incentivo e a organização da agricultura através da utilização racional dos recursos naturais disponíveis, o que se daria pela educação e pela difusão de saberes técnicos agronômicos¹²⁵. Até então, a nação brasileira não teria conseguido progredir devido ao “atraso” do povo, garantido pela falta de instrução adequada da população rural e de sua incapacidade de lidar com o meio, além do regime de propriedade que vigorava no país.

¹²⁴ A fartura de frutas no habitat rural e nos sertões também foi tema de um artigo publicado por Sampaio na *Revista Brasileira de Geografia*. “Moldura Florística às Obras de Engenharia Rural”. *Revista Brasileira de Geografia*, abr.-jun. de 1941.

¹²⁵ Nesse sentido, destacamos a publicação do seguinte artigo de Sampaio: “Os Campos do Brasil: Estudo fitogeográfico visando à agronomia”. *O Campo*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, 1930, p.34-37.

“O empirismo que vinha dominando é que precisa ser modificado, como visa a moderna Agronomia e nesse particular temos problemas difíceis a resolver, entre eles o de latifúndios cujas raízes são profundas, verdadeira mentalidade colonial. Que exigirá ainda muitas décadas para que se modifique” (SAMPAIO, 1935, p.111).

Propugnava-se a valorização do homem e da terra, nos termos do discurso de Arthur Torres Filho na *Sociedade Nacional de Agricultura*, em 1932, citado por SAMPAIO (1935, p.219): “Valorizemos o Homem e a Terra, para fazermos do Brasil uma grande Nação”, “a vida rural, mesquinha e sem atrativos, deve e precisa ser transformada”.

As décadas de 1930 e 40 foram marcantes no que diz respeito à questão do trabalho no Brasil, pois nelas foi elaborada a legislação que regulamentou o mercado de trabalho no país, assim como se estruturou uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel do trabalhador nacional.

As reflexões no período foram focadas no trabalho urbano e no trabalho rural, sendo este apresentado como desorganizado e abandonado¹²⁶. A questão não se reduzia à organização do mercado de trabalho, mas abrangia de maneira mais ampla, o combate à pobreza, que sintetizava todos os problemas nacionais, através da promoção do valor do trabalho. O objetivo era transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável não somente por sua riqueza individual, mas também pela riqueza da nação (GOMES, 1999, p.53-55).

O Estado Novo, imbuído de um ideal de justiça social voltou-se para uma política de amparo ao homem brasileiro, na formação de um “homem novo”, na medida em que reconhecia que “civilização” e “progresso” eram produtos do trabalho. Em uma concepção totalista, atentava-se às várias facetas da vida do povo brasileiro, como a saúde, a educação, a alimentação e a habitação (GOMES, 1999, p.57-59).

¹²⁶ O tema da organização do trabalho também condensava expectativas de fixação do homem ao campo, “organizando” as populações nas atividades rurais e urbanas (CARVALHO, 1989, p.64-65), o que embasou propostas de um ensino diversificado, através da diferenciação entre ensino rural e urbano. Tema que será explorado no capítulo subsequente.

Preocupada em promover alterações na capacidade produtiva dos trabalhadores, a política social do governo Vargas promoveu algumas providências, reunidas por GOMES (1999, p.59-61) em dois grupos: o primeiro poderia ser traduzido pela atuação da previdência e da assistência social, na proteção ao trabalhador; o segundo grupo consistia em um conjunto de providências que objetivavam evitar o enfraquecimento das forças produtivas do trabalhador, visando impedir a perda de saúde e estimular sua capacidade através de melhores condições de vida e buscando atingir as causas mais profundas da pobreza e da doença, através da satisfação de necessidades básicas do homem, tais como alimentação, habitação e educação. Esses setores foram amplamente valorizados por Alberto Sampaio em suas reflexões sobre a recuperação das populações sertanejas brasileiras¹²⁷.

Segundo Sampaio,

“a desnutrição é uma característica das classes trabalhadoras no mundo inteiro, em consequência da ignorância no manejo do “capital-alimento”, agravado pelas condições desfavoráveis; e que para resolver o problema não basta aumentar os salários; é imprescindível *ensinar* e favorecer a alimentação racional e econômica” (grifo nosso) (SAMPAIO, 1944, p.64).

A educação era considerada o meio de regeneração por excelência:

“Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: - é preciso que todos os brasileiros recebam educação. (Getúlio Vargas – A Nova Política Nacional, II, p.119 [1939]” (citado por SAMPAIO, 1944, p.97)

Nesse sentido, Sampaio nos forneceu um exemplo interessante sobre a indigência do sertanejo, que em outros tempos provavelmente seria considerada uma questão de cunho racial. Segundo ele, a inércia do trabalhador nacional era comprovada, principalmente quando comparado a trabalhadores estrangeiros: “(...) para se tirar prova de real da citada diferença,

¹²⁷ Importantes ações na área de política social foram estabelecidas nesse período. Dentre elas, destacamos algumas realizadas no ano de 1942: o Idort (Instituto de Organização Racional do Trabalho), criado nos anos 1930 por setores empresariais paulistas, criou uma campanha para construção de casas econômicas em S. Paulo; O Iapi (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários) anunciou a entrega de seu primeiro restaurante popular ao Saps (Serviço de Alimentação da Previdência Social); e o governo federal anunciou a criação do Serviço de Subsistência (GOMES, 1999, 61-2).

basta estabelecer, uma em frente da outra, duas colônias agrícolas, uma nacional, outra estrangeira (...) a estrangeira prosperará e a brasileira não irá longe, se persistir” (SAMPAIO, 1935, p.227). Contudo, concluía ele,

“questão de educação, sem dúvida, pois o trabalhador estrangeiro, vindo em geral de sua terra (...) nasceu e se criou, em pleno regime da exploração intensiva do solo e, desde que teve entendimento, seus olhos outra coisa não viram, senão o exemplo do lar, da faina incessante pela fartura doméstica!” (SAMPAIO, 1935, p.227).

Segundo Sampaio, a educação dos indígenas e sertanejos, sob o prisma da proteção à natureza, que era o seu fio condutor, teria como fim proporcionar-lhes a fartura permanente de meios de subsistência e impedir que eles fossem “eternos fatores de destruição da Natureza”, estabelecendo novas relações entre o homem e a terra (SAMPAIO, 1935, p.210). A integração do sertanejo brasileiro à “civilização” dar-se-ia pela educação, objeto de pesquisa do próximo capítulo.

Para concluir, podemos observar que, ao refletir sobre questões relacionadas a temas postos em sua contemporaneidade, a obra de Alberto Sampaio constituiu-se em diálogo com seu tempo. Nele, o botânico, partilhando preocupações e interesses com seus contemporâneos, pensava e propunha maneiras de construir a “nação” brasileira. Em seus escritos, Sampaio não somente divulgava suas idéias e propostas, como buscava influenciar e convencer seus leitores e aqueles com quem dialogava da importância delas para operar as mudanças que acreditava serem necessárias para que o país entrasse no rol das nações ditas “civilizadas” e desenvolvidas economicamente, individualizando-se como uma “nação” forte.

CAPÍTULO 4

Educar o povo para formar a nação

“O homem não nasce cidadão; tem-se que prepará-lo para que o seja”.
Spinoza¹²⁸

As primeiras décadas do século XX apresentaram distintas maneiras de se pensar os problemas que impediam o almejado “progresso” da nação brasileira. Dentre elas destacaram-se aquelas que vicejaram uma perspectiva de redenção pela saúde ou pela educação, na luta de preparação do indivíduo para uma sociedade moderna¹²⁹. O sucesso dessa nova ordem estava diretamente relacionado à capacidade de modernização do Estado, de forma a incorporar novos grupos ao projeto de nação elaborado pelas elites brasileiras.

Alberto Sampaio, afinado ao discurso de seus contemporâneos, estabeleceu uma relação direta entre um projeto de desenvolvimento para o Brasil e a educação. Mesmo em suas considerações acerca da importância da saúde na constituição do “novo homem” brasileiro, como tratado no capítulo anterior em relação à alimentação rural, nosso botânico destacava o papel determinante da educação na criação de novos hábitos.

Para ele, o conhecimento da “realidade” brasileira, empreendimento ao qual dedicou grande parte de suas publicações, descortinaria as especificidades da natureza e do homem nacional em prol do seu desenvolvimento e a educação seria responsável pelo desencadeamento da verdadeira mudança social. Como observou NAGLE (1974, p.125), a escolarização era percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como força propulsora do progresso da sociedade brasileira.

Naquele período, importantes iniciativas visando integrar a escola em projetos políticos voltados para a transformação da sociedade foram empreendidas. Acreditava-se que a educação era o meio mais adequado para operar essas mudanças, através da construção de

¹²⁸ Citado por SAMPAIO, 1935, p.17.

¹²⁹ Esses setores constituíram um campo de preocupação com a institucionalização do Ministério da Educação e Saúde, em 1930 (BOMENY, 1993, p.24-25).

um novo indivíduo e de uma nova sociedade, pois, como afirmou Sampaio sobre a relação do homem brasileiro com a natureza, “o instinto devastador é hereditário e exige “*obra educativa que tem de ser repetida em cada geração, porque nos que nascem revive a barbárie atávica*”¹³⁰,” (grifos originais) (SAMPAIO, 1935, p.52).

Naquela época, ganhava força a idéia de que a educação era um fator mesológico determinante no aperfeiçoamento dos povos, sobrepujando os fatores raciais (CARVALHO, 1989, p.11). Se o “atraso” brasileiro passara a ser apresentado como uma consequência das “condições existenciais” do homem, essencialmente do homem do campo, e não de questões inerentes a ele, a educação tornara-se a melhor maneira de reverter tal situação.

A educação assumiu dois sentidos importantes na obra e na prática científica de Alberto José de Sampaio. Em um primeiro momento, o ensino apresentou-se como um meio de divulgação de seus conhecimentos científicos, sobretudo de divulgação da ciência botânica e fitogeográfica, na tentativa de afirmá-las como disciplinas. Ele almejava, através de seus textos, criar uma tradição dessas ciências no Brasil. Nesse sentido, destacamos seus trabalhos publicados em revistas de divulgação científica e em revistas científicas, sobre a história da botânica e da fitogeografia no Brasil, sobre métodos de ensino e aprendizagem dessas disciplinas, bibliografias botânicas, entre outros¹³¹.

¹³⁰ Citação à A. J. de Azevedo Amaral. “O Problema Eugênico da Imigração”. Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, vol.1, 1929, p.330.

¹³¹ Cf. Além de seus dois livros *Biogeographia Dynamica* (1935) e *Phytogeographia do Brasil* (1934) destacamos as seguintes publicações de divulgação e ensino dessas ciências: “Bibliografia botânica: relativa à flora brasileira, com inclusão dos trabalhos indispensáveis aos estudos botânicos no Brasil”. *Boletim do Museu Nacional [BMN]*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jan. 1924, p. 111-125; “A nomenclatura botânica e o método de tipos”. *BMN*, Rio de Janeiro: Pimenta de Melo, v. 2, n. 3, 1926; “Técnica da colheita de material botânico no litoral do Brasil: para estudos organográficos, fitográficos, florísticos, ecológicos e taxonômicos”. *BMN*, Rio de Janeiro: Pimenta de Melo, v. 2, n. 3, 1926, 19 p; “Fitogeografia do Brasil”. *BMN*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez. 1930, p. 271-299; “A Pesquisa e a Diversificação do Ensino (da Botânica) – Contingência da Técnica segundo o Habitat” - Quadro didático, *Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1935; “Quadro didático do Sistema de Engler (1924) para o Secundário (as grandes divisões do reino Vegetal, na terminologia clássica, em comparação com a linguagem vulgar, indicada em quadro especial para Escola Primária)”, *Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1935. Em relação à sua ênfase na criação de uma tradição científica através de textos sobre história das ciências, destacamos os seguintes trabalhos: “A flora de Mato Grosso – Memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon” (10 mapas). Contendo histórico das herborizações até hoje feitas no Estado de Mato Grosso, as coleções obtidas e sua distribuição pelos diversos herbários mundiais, o catálogo de plantas mato-grossenses e bibliografia botânica relativa ao estado de Mato Grosso. *Archivos do Museu Nacional [AMN]*, Rio

Em um segundo momento, ao aprofundarmos a leitura do conjunto de sua obra, percebemos em seu discurso a utilização da educação como um instrumento de ação política, como elemento de transformação da sociedade brasileira. Nesse capítulo, daremos destaque a essa percepção de Sampaio sobre a educação como instrumento de mudança efetiva da sociedade através da instrumentalização de novos métodos de ensino, com vistas no “progresso” e em um projeto específico de nação. Propomos, portanto, uma reflexão acerca das abordagens pedagógicas apresentadas por ele e acerca das mudanças político-sociais que essas ensejavam.

No âmbito político, destacamos os anseios de transformação do indivíduo em sujeito ativo no progresso nacional; a escola como local de formação do trabalhador e instrumento de fixação do homem no campo; a valorização do homem como fator produtivo e de integração nacional; além do papel do ensino como instrumento político de controle social.

Acrescente-se a isso a carga ideológica das idéias de que a educação deveria ser um instrumento de construção da nacionalidade brasileira (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p.90). Como ressaltou VIDAL (2000, p.514), naqueles anos, estender as condições materiais e técnicas da escola de massas para todo o território nacional era o grande desafio associado às grandes dimensões do país e à sua diversidade cultural e populacional, “educar o Brasil significava, para além de nacionalizar o estrangeiro, “abrasileirar o brasileiro””.

NAGLE (1974, p.99-100), ao referir-se ao movimento de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” dos anos 1920 afirmou:

de Janeiro, vol. 19, 1916, p.1-126; “A Seção de Botânica no primeiro século de existência do Museu Nacional”. *AMN*, Rio de Janeiro, vol. 22, 1919, p. 38-47; “Histórico da Geografia Botânica – contribuição para o ensino de Fitogeografia do Brasil”. *AMN*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.465-486; “Minha homenagem ao bandeirante da ciência de laboratório (J.B.Lacerda)”. Comemoração do Centenário de J.B.Lacerda. Rio de Janeiro, *Museu Nacional*, avulso n. 6, 1946; MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*. Tradução de Alberto José de Sampaio. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, 397 p. Na *Revista Nacional de Educação (RNE)*, Sampaio também publicou importantes artigos nos dois sentidos apresentados, são eles: “Como se classifica uma planta”. *RNE*, ano 1, n. 2, novembro 1932, pp. 3-14; “Conselheiro Saldanha da Gama”. *RNE*, ano 1, n. 7, abril 1933, pp. 24-26; “Sistemática das plantas”. *RNE*, ano 1, n. 11-12, ago./set. 1933, pp. 10-16; “Histórico da taxonomia vegetal para uso de iniciandos”. *RNE*, ano 2, n. 20-21, mai./jun. 1934, pp. 28-32.

“(..) de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)”¹³².

Nesses anos, e principalmente na década seguinte, houve uma inserção sistemática de temas educacionais nos programas de diversas organizações. Sampaio participou de algumas instituições que tinham a educação como meta fundamental, entre elas destacavam-se a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, incentivadora e responsável pela organização de *Clubs Agrícolas Escolares*, *Congressos de Ensino Rural*, *Semanas Educativas*, entre outras iniciativas; os *Clubes Escolares de Amigos da Natureza*, criados pela Diretoria de Instrução Municipal do Distrito Federal; e a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, também dedicada à formação das novas gerações¹³³.

Sampaio também compunha o quadro de funcionários do Museu Nacional do Rio de Janeiro que, em 1916, na gestão de Bruno Lobo como diretor (1915-1922), inseriu o ensino entre suas principais finalidades. Tema que ganhou ainda maior destaque no regulamento de 1931, instituído na gestão de Edgar Roquette-Pinto (1926-1935), período em que a instituição também passou a subordinar-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública (1930)¹³⁴.

¹³² Segundo CARVALHO (1998, p.32), “O “entusiasmo pela educação” caracterizar-se-ia pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, problema de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros. O “otimismo pedagógico” manteria, do “entusiasmo”, a crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da “nova” pedagogia na formação do homem novo”.

¹³³ Sobre a *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, falaremos em seguida. A respeito dos *Clubes de Amigos da Natureza*, ver SAMPAIO, A. J. de. “Clubes Escolares de Amigos da Natureza”. Em “Primeira conferência brasileira de proteção à natureza: Relatório”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 11, n. 1, 1935, p.50-51. Sobre o papel da educação na *Sociedade dos Amigos das Árvores* (S.A.A.), ver o artigo “A 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”, publicado por Sampaio na *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n.18-19, mar./abr. 1934, p.31-33. Nele, nosso botânico afirmou ser a Conferência – organizada pela S.A.A. – dedicada ao preparo das novas gerações, no que dizia respeito a práticas de proteção à natureza (p.31). Outro indicativo da importância do tema da educação naquele certame foi o número de trabalhos apresentados na seção “Educação” daquele congresso. Uma análise do destaque dado aos diversos temas discutidos na Conferência foi elaborada em CAPANEMA, 2003, p.51-53 e 90. Sobre a Conferência, ver ainda. FRANCO, 2002a, p.33-57 e FRANCO, 2002b, p.77-96.

¹³⁴ Sobre a inserção do ensino entre as principais finalidades do Museu Nacional, ver MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Regulamento do Museu Nacional adotado pelo Decreto

A “organização” política adotada no período Vargas evidenciava o propósito de fabricar instituições que permitissem a formação do social. Assim, associações, sociedades, movimentos e ligas proliferaram após 1930, o ativismo conquistou diversas categorias de intelectuais e outras camadas da sociedade (PÉCAUT, 1990, p.75).

Publicações de revistas de educação e de divulgação científica também foram grandes aliadas na cruzada a favor da escolarização no período (NAGLE, 1974, p.122-123). Nesses termos, destacamos a edição de revistas, como *Chácaras e Quintais* e a *Revista Nacional de Educação* que, apesar de focarem um público diverso, muito contribuíram para a divulgação das idéias científicas e educacionais de Sampaio.

Os trabalhos publicados por Alberto Sampaio na *Revista Nacional de Educação* são significativos para a compreensão da função educativa dos periódicos de divulgação científica e demonstrativos do destaque dado por nosso cientista à educação na construção de seu projeto de nação¹³⁵. Alguns de seus artigos nela publicados são notícias de filmes educativos produzidos no Museu Nacional, como “O Babaçu” e “A Carnaúba”¹³⁶, em que destaca-se a importância regional dessas plantas, bem como seus valores econômicos e nutricionais, em

n.11.896, de 14 de janeiro de 1916. Rio de Janeiro, 1930; REGULAMENTO DO MUSEU NACIONAL, aprovado pelo Decreto n.19.801 de 27 de março de 1931 (Publicado no “Diário Oficial” de 5 de Abril de 1931 e retificado nos de 7, 8 e 9 de Abril de 1931). Rio de Janeiro, 1936. Ver especialmente os capítulos I e VI dos respectivos regulamentos. Para uma análise comparativa, ver também MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Museu Nacional. Decretos: n.7.862, de 10 de fevereiro; n.7.918, de 24 de março; e n.8.052, de 2 de junho de 1910, referentes à sua reorganização. Rio de Janeiro, Oficinas da Directoria Geral de Estatística, 1910; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Museu Nacional. Regulamento que baixou com o decreto n.9.211, de 15 de dezembro de 1911. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.

¹³⁵ “A *Revista Nacional de Educação* foi editada, entre os anos de 1932 e 1934, pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro, sob os auspícios do ministério da Educação e Saúde Pública e direção de Roquette-Pinto. Seu objetivo principal era a veiculação de conteúdos de ciência, história e arte para um público mais amplo das várias regiões do Brasil. Os artigos são escritos por intelectuais da época, muitos deles atuantes cientistas do Museu Nacional, além de traduções de trechos de alguns viajantes. Cada um de seus números era impresso com custos reduzidos e em expressiva tiragem. Apresentando-se como iniciativa de uma república renovada, parte de uma estratégia mais ampla de inaugurar novas relações entre o governo e uma população a ser educada, a revista se autodefiniu como “um marco espiritual da nacionalidade”, sintonizada ao ideal de um Estado cuja ação pedagógica constituísse um povo e uma nação” (DUARTE, 2004, p.33).

¹³⁶ “O Babaçu (notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 6, março 1933, pp. 37-43; “A Carnaúba (notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 7, abril 1933, pp. 54-59.

sintonia com os ideais de um ensino prático em biologia, formador de cidadãos preparados para agir no mundo moderno.

Vale ressaltar, como lembra DUARTE (2004, p.38 e 45), que a revista também “desejava, através de seus textos e imagens, criar uma série de referências compartilhadas (...) dirigindo-se a um público culto – professores e associações culturais –, no qual esperava encontrar agentes multiplicadores de sua ação”, buscando transformar os leitores em colaboradores na obra de educar o povo para formar a nação.

Outros artigos de caráter didático foram publicados no referido periódico, voltados para o ensino e divulgação da Botânica, constituindo-se um incentivo à valorização daquela ciência nos meios escolares, e ainda alguns trabalhos referentes à divulgação de práticas conservacionistas¹³⁷.

Na revista paulista *Chácaras e Quintais*, Sampaio publicou escritos similares. Artigos sobre conservação da natureza, alguns trabalhos de caráter didático, e textos científicos e técnicos. Sendo muitos destes em resposta a consultas feitas por leitores, e relacionados a questões práticas de agricultura ou ao simples cultivo vegetal.

É interessante observar que o ensino da botânica, relacionado a questões de cunho prático, como a agricultura, ganhava legitimidade à medida que afirmava sua função no projeto de formação da nação, através de seus conhecimentos.

¹³⁷ São eles: “Como se classifica uma planta”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 2, novembro 1932, pp. 3-14; “Conselheiro Saldanha da Gama”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 7, abril 1933, pp. 24-26; “Histórico da taxonomia vegetal para uso de iniciandos”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 20-21, mai./jun. 1934, pp. 28-32; “Prof. Emmanuel de Martonne”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 9, junho 1933, pp. 16-18; “O tricentenário da Quina”. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, ano 1, n. 10, julho 1933, pp. 1-10; “Sistemática das plantas”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 11-12, ago./set. 1933, pp. 10-16; “Clubes de Amigos da Natureza nas Escolas Primárias”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 13-14, out./nov. 1933, pp. 45-47; “Proteção à Natureza no Brasil: estudo especial de nossas possibilidades atuais para a individualidade do método brasileiro, de proteção à natureza”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 15, dezembro 1933, pp. 26-28; “A 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 18-19, mar./abr., 1934, pp. 31-33; “Sociedade dos Amigos das Árvores: postulados sobre o problema florestal”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 18-19, mar./abr. 1934, pp. 90-91; “Histórico da taxonomia vegetal para uso de iniciandos”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 20-21, mai./jun. 1934, pp. 28-32.

PAULY (2000, p.83-84), ao tratar das relações entre a biologia e a formação de uma sociedade moderna norte-americana nas primeiras décadas do século XX, ressaltou que, frente a problemas sociais, como o crescimento populacional e sua respectiva concentração urbana, o Governo dos EUA passou a pensar os conhecimentos botânicos como uma chave potencial para a resolução de problemas nacionais, como a reorganização do sistema de produção alimentar. Um processo similar podia ser observado no Brasil naquele mesmo período. Nele, a botânica, bem como outras ciências, era entendida como um instrumento para a resolução de problemas sócio-econômicos da nação, como a produção agropecuária.

Alberto Sampaio publicou diversos trabalhos relacionados a questões eminentemente práticas, muitos publicados na revista *Chácaras e Quintais* e em outros periódicos especializados. A temática girava em torno da resolução de problemas nacionais e ao desenvolvimento econômico do país, como exposto em seus artigos sobre produtos agropecuários, como o café, o cacau, o algodão, sobre plantas nocivas ao gado e acerca das saúvas que destruíam plantações. Mesmo em alguns artigos mais técnicos, o objetivo era divulgar seus conhecimentos botânicos para a resolução de questões que interessavam ao “progresso” do país. Dessa maneira, nosso cientista legitimava sua prática científica em consonância com um projeto de formação da nação¹³⁸.

¹³⁸ Nesse sentido, destacamos a publicação dos seguintes trabalhos de Alberto Sampaio: “O Congresso do Café”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n.4, (nº especial dedicado ao café), dez. 1927; “Atuais Dificuldades da Sistemática do gen. Coffea – Trabalho apresentado ao Congresso do Café de São Paulo, out. 1927”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n.4, dez. 1927; “As saúvas no cômodo”. *Chácaras e Quintais*, set. 1915; “As florestas industriais para combustível vegetal”. *Chácaras e Quintais*, vol. 31, n.1, 15 jan. 1925, p.21-23; “Leguminosas Tóxicas”. *Chácaras e Quintais*, 15 abr. 1930; “Plantas que fornecem madeiras”. *Biblioteca Agrícola Popular Brasileira*, (editada por *Chácaras e Quintais*), São Paulo, avulso, fascículo 17, 1915; “Dicionário Ilustrado das Plantas Úteis do Brasil” (esboço). *Almanak Agrícola Brasileiro*, (editado por *Chácaras e Quintais*), São Paulo, 1912; “As formigas e as plantas”. *Almanak Agrícola Brasileiro*, São Paulo, 1: 216-220, 1912; “Plantas venenosas ou mais ou menos nocivas para o gado”. *Almanak Agrícola Brasileiro*, São Paulo, 1916 (2ª edição aumentada com a colaboração do Dr. Humberto Gusmão, com 80 figuras, *Almanak Agrícola Brasileiro*, 5:257-290, 1925); “Como organizar herbários agrônômicos”. *Almanak Agrícola Brasileiro*, São Paulo, 19:279-284, 1930-31; “Herbários Agrônômicos e sua finalidade” (com 4 estampas). *A Lavoura*, Rio de Janeiro, abr., mai., jun., 1931; “A indústria açucareira como base da Silvicultura”. *O Brasil Agrícola*, Rio de Janeiro, 1920; “Os Campos do Brasil: Estudo fitogeográfico visando à agronomia”. *O Campo*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, 1930, p.34-37; “Sistemática dos Algodoeiros”. *Algodão*, Rio de Janeiro, janeiro 1935; “A Flora Brasileira e suas plantas medicinais”. Série de artigos na *Revista da Flora Medicinal*, Rio de Janeiro, 1934; “Sobre o Cacau” – A Propósito de Pierre Monbeig, *Colonisation, Peuplement et Plantation de Cacao dans*

Alberto Sampaio era consultor da revista *Chácaras e Quintais* e em seu arquivo sob a guarda do Museu Nacional constam várias correspondências trocadas com o editor desse periódico, Amadeu A. Barbiellini. Muitas foram enviadas em papel timbrado da revista, que trazia os nomes de todos os estados brasileiros aos quais era distribuída, com uma epígrafe que almejava divulgar a abrangência de seu alcance: “o magazine de maior circulação no país”.

A revista caracterizava-se por seu público amplo, não somente por sua distribuição no território brasileiro, mas também pela composição desse público, pois era direcionada a todos aqueles interessados em temas relativos à agricultura, pecuária e assuntos correlatos, a pequenos, médios e grandes produtores, além de conter artigos técnicos sobre botânica e sobre conservação da natureza.

A revista constituía-se em sua interação com o público leitor. Com distribuição mensal, era composta, em sua maior parte, por respostas a consultas de leitores na seção intitulada “Respondendo consultas”¹³⁹. Continha também muitos anúncios comerciais, principalmente de produtos relativos à agropecuária, como arados, vermífugos, inseticidas, máquinas agrícolas, entre outros. Ao longo da publicação também eram divulgados comentários e perguntas de leitores de todo o território brasileiro, além da exposição de outra seção, intitulada “Referendum”, em que eram reproduzidas cartas enviadas por leitores, na íntegra, seguidas de comentários.

lê Sud de l'Etat de Bahia, em *Annaes de Geographia*, de Paris, jan. 1936. *Boletim de Ariel*, ago. 1937; “Organização de Herbários Agronômicos – e especialização de agrônomos em sistemática por gênero”. Folheto editado pelo *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*; e na revista *Rural*, nov. 1929; “Instruções para a organização de Herbários Agronômicos, visando o estudo especializado de cada gênero e o desenvolvimento de estudos florísticos regionais”. *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, (folheto), 1930. (Reproduzido no *Almanak Agrícola Brasileiro*, 1930-31); “Genética e Sistemática Experimental do Cafeeiro e das Plantas Superiores em geral” – Série de artigos publicados na *Revista do Departamento Nacional do Café*, de outubro de 1933 a abril de 1935; “Sistemática dos Cafeeiros”. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1935.

¹³⁹ Essa seção ocupava grande espaço no periódico. Na edição de 15 de julho de 1917, por exemplo, os artigos sobre temas variados ocuparam as páginas 4 a 18, enquanto a seção “Respondendo Consultas” ocupou todo o resto da edição, da página 18 à página 39.

Seguindo a mesma linha de pensamento apresentada no capítulo anterior, o foco das propostas e ações educacionais de Alberto Sampaio era a população do campo. Se o sertanejo era pensado como um grande potencial humano a ser integrado às forças da nação, a questão a ser tratada era sua “socialização”, segundo Sampaio. Esta dependeria da implantação de novos hábitos nos sertões através de métodos “práticos e eficientes”, e seria um trabalho educacional delicado, pois o educador teria de conhecer profundamente a vida sertaneja¹⁴⁰. Nosso autor acreditava que o educador deveria agir como um intermediário entre o sertanejo e os poderes públicos, conhecendo as necessidades e promovendo, junto dos poderes públicos, a assistência de que os sertanejos precisavam (SAMPAIO, 1944, p.13).

Para a criação de novos hábitos, numa ação transformadora dos sertões, Sampaio destacava ainda outros três fatores importantes na composição de um novo quadro social: *estímulo, interesse e dinamismo*. O *estímulo* deveria ser dado à iniciativa particular, “criadora do progresso”, e atuaria como uma força propulsora, em consequência da previsão de um ganho compensador pelo esforço despendido, dando ao indivíduo a esperança de melhoria em sua situação econômica e social. Esse estímulo deveria, contudo, ser dado por pessoas que demonstrassem *interesse* pela vida sertaneja, oficialmente incumbidas de registrar as queixas dos sertanejos e transmiti-las aos poderes públicos, “por intermédio das repartições de estatística municipais, estaduais e federais, ou diretamente aos serviços técnicos competentes e interessados, como ficar estabelecido”. O *dinamismo* seria representado pelos auxílios efetivos dados aos sertanejos em seguida, por intermédio desse agente oficial ou técnicos itinerantes (SAMPAIO, 1944, p.15-16).

Segundo ele,

“qualquer outra forma de atuação oficial (estatística, assistência médica, agrônômica, zootécnica, etc.) terá também necessidade dessa condicionante ambiental, o agente espiritual, educador, estimulante, dinâmico. Será, por isso, orientação educacional,

¹⁴⁰ Segundo SAMPAIO (1944, p.14), “os males dos sertanejos e dos índios discorrem de seus próprios hábitos, difíceis de serem melhorados no adulto e no velho, por inveterados, mas ainda mesmo nesses indivíduos um trato ameno, como estabelecido pelo General Rondon, com pleno êxito, recalca a selvageria”.

mas do tipo da escola ativa, agindo por *atração*” (grifo original) (SAMPAIO, 1944, p.16).

Nessa perspectiva, o sertanejo deveria ser atraído para a escola por intermédio da criança e, nesse caso, a escola de escotismo era defendida como a melhor forma de atração,

“por efeito de uniformes de escoteiros, formaturas, marchas, excursões, valendo estas praticamente como penetração do educador, que, num ambiente de boa vontade, poderá obter então facilmente dos sertanejos todos os dados estatísticos desejados, ao passo que, para um estatístico que apareça de tempos em tempos, o sertanejo é arredio, desconfiado”.

(...)

“como a catequese dos índios depende de “presentes”; o primeiro adjutório, capaz de mudar imediatamente a mentalidade das novas gerações sertanejas, seria a distribuição oficial sistemática de uniformes de escoteiros aos escolares, fornecimento gratuito às crianças pobres e mediante pagamento, do preço de custo, por parte dos pais que possam pagar” (SAMPAIO, 1944, p.16 e 31)¹⁴¹.

Para Sampaio, o entusiasmo das crianças pelos uniformes estender-se-ia rapidamente aos pais. E assim, as próprias crianças dariam, espontaneamente, importantes dados estatísticos sobre suas vidas,

“desde a sua inscrição na escola, em ficha onde conviria registrar todas as informações possíveis, individuais e quanto a seus progenitores e seus lares, suas normas de vida, seus recursos, hábitos alimentares, moléstias, etc., registro a fazer a pouco e pouco” (SAMPAIO, 1944, p.34).

A escola desempenharia o papel de um agente estatístico e daria início à penetração inteligente, sem imposições ou violências, o que abriria o caminho para as realizações necessárias. Portanto, a “socialização” dos sertões dar-se-ia, primeiramente através do

¹⁴¹ O escotismo, movimento educacional cívico-patriótico criado em 1907 pelo militar inglês Baden-Powell (1857-1941), tinha como objetivo formar crianças e jovens através de um ideário que valorizava o sentimento de pertencimento à nação (NASCIMENTO, 2004, p.9). No Brasil houve uma “efetiva proximidade entre a doutrina escoteira e um discurso nacionalista interessado em uma educação voltada para a valorização do civismo, do patriotismo, do devotamento e fidelidade ao interesse público. Enfim, de valores que se referem ao cidadão como elemento integrante do Estado Nacional” (Ibidem, 2004, p.128-29). Além disso, destacava-se seu embasamento em uma pedagogia moderna de características “ativistas”, o escoteiro era educado para ser um cidadão capaz de exercer suas atividades sem restrições, mas também sem infringir as normas da organização político-social brasileira (Ibidem, p.129 e 131). Nesse sentido, o escotismo coadunava-se com as idéias de intelectuais e educadores que propugnavam uma reforma no ensino público nas primeiras décadas do século XX, reunindo-se em torno de um movimento conhecido como *Escola Nova*. Os dois movimentos em questão – o escotismo e a *Escola Nova* – pregavam uma nova perspectiva de ensino, em que o educando passava a ser o centro das atenções, afirmando novos métodos em que as atividades práticas eram valorizadas em sua formação, objetivando formar o cidadão. Sobre o movimento da *Escola Nova* falaremos a seguir.

conhecimento dos hábitos e costumes de seus habitantes, de sua “realidade”, seguido da implantação de uma escola adequada às necessidades daquela população. Nesse caso, a escola de escoteiros facilitaria a introdução dos educadores e agentes técnicos habilitados a trazer a “civilização” aos sertanejos.

As escolas, assim como os educadores nos sertões, seriam intermediárias entre as populações locais e os poderes públicos, pois seriam locais de registro das informações e queixas dos sertanejos. Segundo SAMPAIO (1944, p.35),

“o ideal será que a escola possa requisitar dos serviços oficiais de assistência o socorro imediato [para problemas de saúde, por exemplo]; e depois, ficar exercendo as funções que nas cidades são desempenhadas, junto das classes pobres, pelas enfermeiras-visitadoras, monitores-agrícolas, etc.”.

Para a melhoria da situação da vida sertaneja, Sampaio propunha uma “nova ambientação”, “nova mentalidade” do habitante, “novos eixos de produção ou desenvolvimento”. Nova ambientação que não seria possível a partir da simples alfabetização na escola primária de tipo urbano, mas sim sob a forma de escola rural, “isto é, outra variante de ensino, mais simples, porém, com maiores dificuldades quanto à afluência espontânea das crianças sertanejas, seja por motivo de distâncias, seja por desinteresse da própria criança a atrair à escola” (SAMPALIO, 1944, p.32).

Segundo NAGLE (1974, p.113), negava-se o mero combate ao analfabetismo, o problema era difundir a escola primária “integral”, procurando dar ao povo brasileiro uma cultura que o transformasse em um sujeito ativo no progresso do país. Idéia pragmatista de que o ensino, através dos métodos de aprendizagem ativos e experimentais, habitaria o aluno a solucionar problemas da vida prática. Segundo um texto da época, “Educar não é apenas ensinar o alfabeto e as quatro operações fundamentais da aritmética: educar é adaptar o

indivíduo ao seu tempo e ao seu meio, preparando-o para agir sobre este e melhorar-lhe as condições existenciais”¹⁴².

O ensino deveria basear-se na vida prática, na “escola ativa”, e o melhor meio de fazê-lo era através do escotismo.

“Como educar então o povo? O que é preciso fazer? Basta ensinar a criança na escola primária, a tal respeito? É indispensável um ensino objetivo, por excelência, ensinar plantando as árvores a serem depois defendidas; a melhor defesa será a educação popular. Só conheço um meio de chegar a esse resultado; é o escotismo suburbano, rural e sertanejo, por intermédio de seus clubes agrícolas” (SAMPAIO, 1944, p.56).

O ensino baseado no escotismo era ao mesmo tempo educativo e realizador, segundo Sampaio, um exemplo disso seriam os trabalhos realizados nos *clubes agrícolas*, os quais abordaremos em seguida: “Cada excursão ao interior deve ser conduzindo mudas para plantar onde previamente combinado e onde preparado o terreno ou o local” (SAMPAIO, 1944, p.178).

Para SAMPAIO (1944, p.178), o escotismo sertanejo “onde instalado e devidamente amparado pelas autoridades municipais, pode desenvolver atuação persistente, teimosa, a um tempo educativa e realizadora; a questão não é apenas de ensinar a plantar; a questão principal é plantar ou ajudar a plantar”.

A educação escoteira era exemplar, pois era ativa, realizadora e disciplinadora, aprendia-se fazendo, e era extremamente útil aos seus objetivos conservacionistas no campo.

“Educação, disciplina, mentalidade cívica são imperativos de qualquer país organizado; a solução será atribuir oficialmente a arborização de estradas aos clubes agrícolas do escotismo, organizando-se para esse e outros trabalhos o escotismo rural e o sertanejo, trabalhos a realizar sempre sob orientação dos serviços oficiais competentes e com todos os auxílios técnicos e materiais, fornecidos por estes” (SAMPAIO, 1944, p.189).

Nosso cientista baseava sua argumentação nos critérios de diversificação do ensino e de educação prática, no que aproximava-se do ideário do movimento dos “renovadores” da

¹⁴² AZEDO, Raul. “A educação nacional”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.122-123, 1936, p.134-139.

educação, representado pelo *Movimento da Escola Nova*¹⁴³. Segundo ele, tinha razão Miguel Couto quando dizia que o único problema brasileiro era a educação, mas a educação do povo diversificada segundo o habitat (SAMPAIO, 1935, p.225).

Nos sertões, a escola deveria ser “especialmente ativa”, visando à vida prática do habitante e a integração comercial do país, ao contrário da “instrução livresca”. Segundo ele, “é a escola moderna que até mesmo nas cidades se afeiçoa ao que tem maior utilidade para a vida”, a exemplo do que vinha sendo realizado nas escolas norte-americanas (SAMPAIO, 1944, p.32).

Entre as décadas de 1920 e 30 foram realizadas algumas reformas no ensino público baseadas nos princípios escolanovistas, principalmente na escola primária, em alguns estados brasileiros. Posteriormente, no Estado Novo, na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, foram empreendidas reformas educacionais em âmbito nacional¹⁴⁴.

Sampaio aproximava-se das propostas pedagógicas da *Escola Nova* quando afirmava que a educação popular deveria ser como a vida prática, dinâmica, recreativa, cooperativa

¹⁴³ O movimento da *Escola Nova* estruturava-se em torno de alguns grandes temas, tais como a escola pública, universal e gratuita, cuja grande função era formar o cidadão livre e consciente, que pudesse incorporar-se ao Estado Nacional em formação (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p.70). Segundo BOMENY (1993, p.29), “o escolanovismo foi um movimento de renovação escolar que passou a ser conhecido pela adesão aos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando no “interesse” a centralidade do processo de aprendizagem”. Contudo, é importante ressaltar que o grupo “renovador” não era homogêneo, apresentando correntes teóricas e pedagógicas diferenciadas. MORAES, 1992b, p.311. Vale destacar ainda que, a consagrada idéia de que a partir da década de 1920 teria se iniciado um movimento renovador na educação foi construída historicamente, especificamente a partir do discurso de Fernando de Azevedo em sua obra *A Cultura Brasileira*, produzida durante o Estado Novo. Apesar de não ser possível negar que a questão da educação e a proposta de novas abordagens do tema foram discutidas intensamente na época. Seu discurso, guiado pela oposição entre o “velho” e o “novo”, o tradicionalismo e a renovação, afirmava uma imagem da Revolução de 1930 como o desfecho necessário das insatisfações da década anterior. E, como afirma CARVALHO (1998, p.30), o uso da oposição entre as categorias “velho” versus “novo” é perigoso, na medida em que despolitiza o movimento educacional, causando seqüelas que atingem os estudos de história da educação sobre o período. Cf. CARVALHO, 1998, p.19-23).

¹⁴⁴ A primeira reforma nesse sentido foi realizada no Estado de São Paulo por Sampaio Dória (Lei nº1.750, de 8/12/1920 e Dec. nº3.356, de 31/05/1921), seguida das seguintes iniciativas: reorganização da instrução pública no Ceará, por Lourenço Filho (Dec. nº474, de 02/01/1923); reforma no Estado da Bahia, realizada por Anísio Teixeira (Lei nº1.846, de 14/08/1925); a reforma mineira, realizada no período em que Francisco Campos era o Secretário do Interior e Mário Casassanta, o Inspetor Geral da Instrução (Dec. nº 7.970-A, de 15/10/1927; Dec. nº 8.904, de 22/12/1927; dec. nº 8.162, de 20/01/1928; e nº 8.225, de 11/02/1928); a reforma do ensino empreendida no Rio de Janeiro por Fernando de Azevedo, em 1928; e, finalmente, a reorganização da instrução pública pernambucana, realizada por Carneiro Leão (Ato nº 1.239, de 27/12/1928 e o Ato nº 238, de 8/02/1929). Cf. NAGLE, 1974, p.192-201. Sobre as reformas no ministério Capanema, ver SCWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, cap. 3; BOMENY, 1999.

(SAMPAIO, 1935, p.220). Para ele, “a educação a dar ao trabalhador rural nada tem de complexa, mas apenas a necessária para que realize seus trabalhos, segundo as melhores normas que deve “aprender fazendo” (SAMPAIO, 1935, p.225). Nisso residia a insistência do botânico em afirmar a necessidade da realização de estudos “dinâmicos” sobre a natureza e a sociedade brasileira, que significavam “ciência operante”, encaminhadora de realizações (SAMPAIO, 1935, p.132). Argumento este que ensejava uma perspectiva evolucionista de que tudo estava em movimento, em evolução, integrada à idéia de aperfeiçoamento social através de conceitos evolucionários de experiência, aprendizado, adaptação e desenvolvimento (PAULY, 2002, p.185 e 192).

O ensino das ciências naturais era paradigmático no que concerne aos preceitos da nova escola, pela ênfase na experiência dos sentidos. O incentivo a excursões e a trabalhos em laboratório transformava os alunos em pesquisadores e, além do reforço à observação da realidade em seus detalhes, essas atividades e o estudo das ciências naturais contemplavam o ideal de escola como laboratório (VIDAL, 2000, p.509-510). A prioridade da experimentação na aquisição do conhecimento estabelecia uma relação de continuidade entre a escola e a vida, valendo lembrar que a educação era vista como um caminho indispensável para um projeto nacional de longo alcance (MORAES, 1992a, p.9-10).

No início do século XX, a biologia era pensada, de acordo com a tradição norte-americana, como um conhecimento capaz de formar cidadãos ativos, sujeitos autônomos, preparados para assumir posições em uma sociedade democrática e supostamente igualitária. O ensino dessa disciplina disponibilizaria os meios para a formação desse cidadão através do aprendizado pela experiência, em que os indivíduos, em contato direto com todos os fatores naturais que afetassem suas vidas, fossem capazes de se posicionar frente a novas circunstâncias. A construção de novas formas de relação entre o homem e o meio biológico, habilitaria os indivíduos a agirem no mundo “moderno” (PAULY, 2002, p.179-182).

Em Sampaio, a divulgação e o ensino da biologia, especialmente da botânica, também estavam direcionados à formação de um cidadão capaz de lidar com problemas característicos da sociedade brasileira. O ensino prático de botânica, guiado pelos métodos experimentais da *Escola Nova*, deveria habilitar a população, principalmente sertaneja, a utilizar, da melhor maneira possível, o que era disponibilizado pelo território e pela natureza brasileira.

Para Sampaio, no ambiente rural o ensino estava intimamente relacionado à formação do trabalhador, do cidadão. Pregava-se a recuperação do homem e da sociedade através do estabelecimento de uma relação mais próxima com a natureza, amparada em seu aproveitamento racional. Segundo a classificação do ensino em *urbano* e *rural*, justificada pelo ambiente diverso, Sampaio afirmava que as questões práticas eram muito mais numerosas no habitat rural. Neste, o ensino deveria “preparar o trabalhador nacional para que saiba colonizar e aproveitar as terras, públicas ou particulares” (SAMPAIO, 1935, p.123-124).

O pensamento de nosso botânico coadunava-se com as idéias de Getúlio Vargas que, em discurso proferido na Bahia em 1933, afirmou:

“Educado o povo, o sertanejo rude feito cidadão consciente, valorizado o homem pela cultura e pelo trabalho inteligentemente produtivo, o Brasil, terra maravilhosa por sua beleza natural, transformar-se-á na grande Pátria que os nossos maiores visionaram e que as gerações futuras abençoarão”¹⁴⁵.

A chamada *Escola Regional* traduzia o ideal de organização do trabalho através da fixação do homem ao campo. A *Escola Rural* era uma espécie de antídoto receitado contra a concentração populacional nas cidades, bem como contra o pauperismo urbano e seus perniciosos efeitos. Mas, a regionalização do ensino não podia, contudo, comprometer a função homogeneizadora da escola. De acordo com o programa nacionalista, ao qual Sampaio estava afinado, era necessário conciliar as vantagens da regionalização com a proposta

¹⁴⁵ VARGAS, Getúlio. “Educar”. Discurso pronunciado na Bahia, pelo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em 28 de agosto de 1933. *Revista Nacional de Educação*, ano I, n.11-12, ago.-set. 1933, p.9.

essencial da escola primária de homogeneização dos indivíduos como membros de uma comunidade nacional (CARVALHO, 1989, p.64-66).

Ao focar a fala do escolanovista Anísio Teixeira, Helena Bomeny expressou o discurso de diversos educadores e intelectuais contra a unificação do sistema educacional.

Para aquele educador, dar ao cidadão

“a educação integral onde ele e o intelectual requintado recebem num mesmo método um idêntico ensino é desenraizá-lo, inutilizá-lo (...) A natureza humana é complexa e variada, e qualquer projeto de nivelamento resulta desastrosamente simplista e de aplicação extremamente duvidosa. Só mesmo na estrita e pura teoria resistiria um projeto como o da escola única às provas do mundo empírico” (BOMENY, 1993, p.30-31).

O ensino rural não somente recebeu destaque nas reflexões sobre educação no período, como foi individualizado na Constituição de 1934¹⁴⁶. A escola rural podia ser definida de acordo com os preceitos da escola regional: “escola de acordo com as profissões mais em uso no lugar ou na região em que ela exista, de modo a preparar individualmente os capazes de concorrer para a riqueza de sua terra”¹⁴⁷.

Sampaio resumiu em doze preceitos as competências da *escola regional* para o melhoramento do “*habitat rural*”: I) “o educador-rural terá de ser um verdadeiro sertanista ou ruralista”, conhecendo a fundo a gente e a região; II) “Agir pela persuasão e pelo exemplo”, fazendo da escola um centro de informações para a população local; III) “Visar principalmente o “Apego ao Solo””, para fixar o homem ao campo; IV) “Visar a

¹⁴⁶ Esta iniciativa do governo federal foi citada por Sampaio em duas ocasiões em seu livro *Biogeographia Dynamica* como um grande avanço de seu tempo em relação à política de educação nacional. Ver SAMPAIO, 1935, p.123 e 215. Segundo o Art. 121 da Constituição de 1934: “A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País (...) § 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á *fixar o homem no campo*, cuidar da sua *educação rural*, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas”. Disponível em: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de Julho de 1934). <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 17/07/2006.

¹⁴⁷ KEMP, Emilio Kemp. “A Questão Fundamental do Ensino no Brasil”. *Encyclopedia Brasileira de Educação*. Porto Alegre, n.1, Julho-Agosto, 1932. Citado por SAMPAIO, 1935, p.213.

possibilidade de novas cidades, surgindo no Habitat Rural onde aí se instale um mercado”; V) “*Proteger a natureza local*”, visando o turismo; VI) “*Ensinar e promover a Estética Rural, dando a Escola o ensino e o exemplo*”; VII) “*Ensino Agrícola Elementar*”, visando a fartura doméstica; VIII) “*Amparar e desenvolver as pequenas indústrias domésticas*”; IX) “*Vulgarizar e ensinar a cumprir as leis protetoras da Natureza*”; X) “*Ensinar e regularizar o combate à saúva, à ofídios e outro animais daninhos*”; XI) “*Divulgar noções de higiene individual e doméstica*”; XII) “*Exaltar o valor econômico e social da vida e dos trabalhos rurais*” (grifos originais) (SAMPAIO, 1935, p.232-33)¹⁴⁸.

Os preceitos contêm, como podemos observar, as principais idéias de Alberto Sampaio, expostas no presente trabalho, destacando-se o princípio fundamental do estabelecimento de uma nova relação entre o homem e a terra no Brasil, com vistas no desenvolvimento econômico e social da nação.

No que concerne às iniciativas escolares envolvidas com o ensino rural, Sampaio referia-se nominalmente em seus textos a escolas em que o ensino agrícola era professado, além de citar iniciativas individuais como o *Club de Atividades Rurais*. Este fora criado pela *Escola Rural Modelo Aníbal Falcão*, em Recife, e formado com o intuito de despertar e incentivar o interesse pela lavoura e criação e ativar e desenvolver a Cooperativa Escolar. Segundo ele, o *Club* valia como verdadeiro treino dos escolares para a vida prática.

Nessa instituição, o contato com plantas e animais era incentivado, sendo incluídos trabalhos de marcenaria, horticultura, jardinagem, entre outros, para o “aprendizado das práticas vocacionais rurais”, além de ter sido instituída a *Hora da Natureza*. Sampaio fazia menção ainda ao ensino e à prática de reflorestamento na *Escola Superior de Agricultura de Viçosa* (MG) e aos *Clubes Agrícolas Escolares*, “escola da fartura e da riqueza”, que

¹⁴⁸ O conceito de escola rural podia ser baseado na tríade: 1) escola instruindo para educar; 2) escola promovendo, pelo trabalho, a fixação do habitante ao solo; 3) escola, elemento produtivo da economia brasileira¹⁴⁸. MACHADO, Amélia da Matta. “O ensino rural”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.122-123, 1936, p.87-88.

contavam, em 1935, com mais de quinhentos grupos em todo o Brasil (SAMPAIO, 1935, p.65-69 e 74).

Percebe-se nesse discurso do botânico mais um instrumento de cooptação de simpatizantes para sua causa educacional. Segundo ele,

“Não há hoje uma região brasileira, onde exista escola primária e não esteja em prática ou em via de aplicação o ensino agrícola escolar; isso é altamente auspicioso para o posterior desenvolvimento de todas as providências, a serem postas em prática em cada localidade visando a saúde, o vigor, a prosperidade das populações rurais” (SAMPAIO, 1935, p.74).

A *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* (S.A.A.T.), da qual Sampaio era sócio-fundador, possuía um forte envolvimento com projetos educacionais e também era muito elogiada em suas iniciativas incentivadoras do ensino rural.

Fundada em 11 de novembro de 1932, a *Sociedade* “surgiu com o propósito de divulgar a obra de Torres, sujeitá-la aos fatos da experiência, estudar os problemas nacionais e apresentar soluções para os mesmos”. Em 1936 possuía núcleos nas capitais do Amazonas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Piauí, e ainda 42 núcleos no interior do país¹⁴⁹. Segundo DEAN (1996, p.275), no final da década de 1930 havia mais de mil células na *Sociedade*.

A orientação ruralista e educativa da *Sociedade* foi exposta no documento sobre suas atividades entre os anos de 1932 e 1936, em que a entidade era apresentada como geradora de ações:

“O problema da educação à luz da doutrina torreana foi estudado com atenção. Conferências notáveis, estudos cuidadosos, inquéritos, vieram dar à S.A.A.T. a orientação ruralista que se iniciou com um Curso de Ensino Rural, de abril a maio de 1933 com professores do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Estado do Rio, Distrito Federal e São Paulo. Cursos sobre os problemas agrícolas, educação rural, excursões, trabalhos das professoras sobre seus

¹⁴⁹ SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “A obra torreana numa visão retrospectiva. Fundação e atuação da S.A.A.T. de novembro de 1932 até os dias de hoje”. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1936, p.1 e 6. Museu Nacional, Seção Botânica. Esse documento de oito páginas foi enviado a Alberto Sampaio por Raul de Paula, secretário geral da S.A.A.T., a pedido do deputado federal, Fernandes Távora, sócio fundador da referida Sociedade, como Sampaio.

estados, constituíram o programa. Data daí a intensa propaganda ruralista desenvolvida pela S.A.A.T.. Em Pernambuco a professora Maria do Carmo, que participou daquele curso, fundou o primeiro Club Agrícola, gérmen de uma obra gigantesca, sem igual na América Latina, a Escola Rural Alberto Torres de Recife e os 120 Clubs Agrícolas do interior do estado que ela orienta”¹⁵⁰.

O mesmo texto afirmou, posteriormente, que “a S.A.A.T. criou em nosso país a pedagogia rural. Sistematizou-a”, sendo este feito atribuído ao *Primeiro Congresso de Ensino Rural*, realizado na Bahia em novembro de 1934, sob o patrocínio do governador do Estado e dos Ministérios da Educação e da Agricultura: “As conclusões impressas constituem hoje a melhor e única codificação sobre o assunto que há em nosso país”¹⁵¹.

Segundo o documento em questão,

“Nossa organização ideal é o Club Agrícola Escolar, instituição destinada à ruralização do ensino, e realização do programa escolar. Os Clubs plantam sua horta, cultivam a amoreira, fazem seu bosque, cultivam cereais (...) levam avante campanhas sanitárias, organizam semanas educativas, protegem a natureza, e eles, pelos seus sócios assim agindo, dão vida à escola, executam o programa escolar, formam mentalidade objetiva para construir uma nação melhor”¹⁵².

Os *Clubs Agrícolas Escolares* teriam a função de ensinar uma maneira mais produtiva de lidar com a terra, funcionando como centros de aprendizado de práticas de agricultura, bem como centros de ambientação da “proteção à natureza”, especialmente voltados para a população rural. Segundo um artigo publicado em 1936 por uma conceituada revista mineira de educação, intitulado “Ruralismo e educação”,

“em contato com a realidade brasileira, quão desolador não se desdobra aos nossos olhos o panorama das terras incultas e devastas pelo machado (...) todas as escolas brasileiras deveriam adotar o ensino sistematizado do ruralismo, porque o solo do Brasil, prodigioso de fecundidade e desperdiçado em grande parte, é uma vasta mina inexplorada. Trabalhá-lo é colher riquezas abundantes, capazes de elevar o país a uma invejável situação de prosperidade e equilíbrio econômico, social e moral”¹⁵³.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p.2-3.

¹⁵¹ *Ibidem*, p.5.

¹⁵² *Ibidem*, p.6.

¹⁵³ SANTIAGO, Alice de Andrade. “Ruralismo e educação”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.128-133, jul.-dez. 1936, p.23-25.

O discurso da autora do texto sintonizava-se com os ideais propugnados por Sampaio, contendo a mesma idéia de riqueza natural do território e de pobreza causada por sua má exploração devido à falta de uma educação especializada.

Em 1934, Alberto Sampaio formulou, a pedido da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres*, um “decálogo” sobre os princípios e fins dos *Clubes Agrícolas Escolares* que continha, resumidamente, as seguintes indicações:

“Em cada clube agrícola prepara-se o futuro cidadão, para enriquecer a Pátria e se prover (...) dos recursos da terra, se outros não tiver. O trabalho agrícola deve ser, pois, ensinado a todos (...). Quem trabalha, tem! Na lavoura tem mais, quem cultiva melhor!; Quanto mais generalizado (...) o ensino agrícola, tanto mais rapidamente progredirá a Agricultura, primeira fonte da vida das Nações! Os quatro segredos: semente escolhida, época própria, terra bem preparada, cuidado com as plantas!”(SAMPAIO, 1935, p.304-305).

O excerto esclarece uma das grandes preocupações de Alberto Sampaio: o progresso econômico e a modernização da nação, em sua dependência com o aperfeiçoamento da agricultura, através do ensino rural.

Existiam, em 1936, mil grupos federados à *Federação Brasileira dos Clubs Agrícolas Escolares*, representados em todos os estados da federação, aos quais eram distribuídos livros, cartazes, mudas de plantas e árvores para reflorestamento, prêmios, remédios, entre outros artigos¹⁵⁴.

No programa de trabalho dos *Clubes Agrícolas Escolares* de 1936 percebe-se a valorização de uma educação rural, ativa, e de ideais de proteção à natureza. O objetivo era desenvolver os seguintes trabalhos:

“a) Formação da horta, b) Preparo do pomar, c) Organização do serviço de reflorestamento com os viveres e subseqüentes distribuições de mudas de árvores. Os viveiros devem sempre ser plantados com sementes locais, d) Fazer a cerca viva do terreno com a plantação de amoreiras, e) Criação de aves, f) Criação de abelhas, g) Criação do bicho da seda, h) Fazer propaganda do reflorestamento do município, i)

¹⁵⁴ SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “A obra torreana numa visão retrospectiva. Fundação e atuação da S.A.A.T. de novembro de 1932 até os dias de hoje”. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1936, p. 6. Museu Nacional, Seção Botânica.

Organizar as seguintes semanas: semana dos insetos úteis, semana dos insetos nocivos, semana das plantas industriais, semana das plantas forrageiras, semana da ave, semana das plantas ornamentais, semana da Pátria, semana das plantas têxteis, semana das plantas medicinais, semana das plantas alimentícias, j) Comemorar os seguintes dias: Dia da saúva (...), dia da abelha, dia do milho, dia da árvore (...), k) Defender os monumentos naturais: árvores, fontes, pedras, etc. (...) n) Fazer feiras dos produtos do club (...) s) Fazer campanha intensiva contra a tanajura. A S.A.A.T. deseja que em 1936 seja destruído 1 bilhão de tanajuras”¹⁵⁵.

Entre outras ações da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* no setor do ensino rural, destacavam-se ainda a previsão da criação de uma *Universidade Rural Brasileira*, que seria um dos instrumentos de ação da *Sociedade* e visava à organização do ensino técnico profissional rural em todos os seus graus¹⁵⁶; a realização do *Primeiro Congresso Brasileiro dos Problemas do Nordeste* (1933), que pretendia levar o problema das secas ao conhecimento dos poderes públicos e influenciar a elaboração da constituição de 1934; e a *Primeira Semana Ruralista do Brasil*, realizada em Itanhandú, de 13 a 20 de julho de 1934, cujo programa foi assim resumido: “Cursos pedagógicos, sanitários e agrícolas para professores, crianças e lavradores, exposições dos produtos agropecuários e industriais da região, cinema educativo, excursões, distribuição gratuita de sementes e livros, conferências sobre assuntos econômicos, educativos e sanitários”; além da realização de *Semanas Educativas* para professores e crianças em várias cidades do país, com programa “agro-pedagógico-sanitário”¹⁵⁷.

O documento que relatava as atividades torreanas entre os anos de 1932 e 1936 mostrava a ampla atividade da *Sociedade dos Amigos de Alberto Torres* em diversos setores, como educação, saúde, imigração, problemas agrários e secas no Nordeste, e identificava

¹⁵⁵ SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “Transcrições”. “Programa de trabalho para 1936 da Seção dos clubs agrícolas escolares”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.125-127, abr.-jun. 1936, p.107-108.

¹⁵⁶ SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “Estatuto”, p.2. Museu Nacional, Seção Botânica.

¹⁵⁷ SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “A obra torreana numa visão retrospectiva. Fundação e atuação da S.A.A.T. de novembro de 1932 até os dias de hoje”. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1936, p.2-5. Museu Nacional, Seção Botânica.

ainda, a circulação dos associados e suas reivindicações ao governo federal, referindo-se inclusive à colaboração de alguns deles na elaboração da constituição de 1934¹⁵⁸.

A proteção à natureza e a divulgação do ensino rural eram duas faces do mesmo problema, para Alberto Sampaio. Problema este que remetia às supostas causas do “atraso” econômico e social brasileiro: a má exploração da natureza - considerada nossa maior fonte de riqueza - que até então vinha acarretando a destruição de nosso patrimônio e nossa pobreza material.

Segundo NAGLE (1974, p.115), naquele período, “não se consegue aceitar, passivamente, que exista no Brasil grande quantidade de recursos naturais e de níveis elevados de inteligência e operosidade, enquanto no domínio econômico, a situação é humilhante, quando comparado com o progresso de outras nações”. Nesses termos, argumentava-se que o homem precisava ser preparado para utilizar os recursos que a natureza lhe oferecia, através de uma atuação eficiente na civilização moderna. E para essa finalidade patriótica, o ensino público teria que vir antes de qualquer outro setor.

Uma solução proposta por Sampaio para esse problema era a individualização do ensino rural, ao qual já nos referimos, que divulgava novas formas de lidar com a natureza, e outra era a integração da Proteção à Natureza na educação nacional que, segundo ele, deveria ser uma atribuição oficial, mas muito auxiliada pelo influxo pessoal de educadores e publicistas. Para ele, “depende da publicação de trabalhos concisos, explicando os detalhes da alçada de particulares, ao mesmo tempo que pelo rádio, pelo cinema e outros meios, divulgue os exemplos oficiais e particulares” (SAMPAIO, 1935, p.174). Intento para o qual muito contribuiu ao longo de sua carreira. São inúmeros os artigos e palestras em que abordava e divulgava o tema.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.3-4.

Segundo nosso botânico, o assunto já estava inserido na educação através de livros didáticos e da literatura infantil, além de ser tratado em várias escolas do ensino primário. Contudo, acreditava que o tema precisava ser amplamente divulgado (SAMPAIO, 1935, p.42). Em relação aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos, ele referia-se àqueles elaborados nos já citados *Clubes Agrícolas Escolares* e também nos *Clubes de Amigos da Natureza*, criados pelo Departamento Municipal de Educação do Rio de Janeiro; aos *Concursos Anuais de Plantas Vivas*; aos programas de escolas primárias que, segundo ele, criavam nas crianças o senso da arte decorativa doméstica, primeiro passo para a estética urbana e rural; à distribuição de mudas florestais em uma escola do Rio de Janeiro; além da orientação do ensino naquele período, dirigido à uma aproximação da criança com a natureza através de programas de ciências (SAMPAIO, 1935, p.64-77). Além de todas essas iniciativas, Sampaio também destacou a criação de jornais escolares, em várias instituições de ensino, que estariam inseridos em um contexto de preocupação em

“integrar na criança a noção cívica da cidadania útil, focalizando de preferência temas eminentemente práticos, concretos, a noção de produzir, realizar (...) O ensino agrícola e da Natureza, a proteção aos bichos e às plantas, o estudo particular de nossas coisas, no sentido de valorizá-las” (SAMPAIO, 1935, p.76-77).

Nosso cientista divulgava a proteção da natureza em diversos artigos, palestras e livros, tentando disseminar a “mentalidade reflorestadora”¹⁵⁹. Em *Phytogeographia do Brasil*, classificado pelo autor como livro didático, ele esclareceu seus objetivos pedagógicos:

“o presente curso é feito para integrar o assunto na Instrução Nacional; é preciso que a opinião pública, convenientemente esclarecida, facilite aos técnicos o desenvolvimento dos trabalhos que lhes competem, de Proteção à Natureza (...) cada pessoa deve no caso *realizar, deixar realizar e ajudar a realizar*, porque cada cidadão tem parte, pelo menos moral, na responsabilidade da destruição que se opera no Patrimônio Natural do Brasil” (grifos originais) (SAMPAIO, 1938, p.17-18).

Segundo ele,

¹⁵⁹ Em um sub-tópico de seu livro *Biogeographia Dynamica*, intitulado “Como se prepara a nova mentalidade reflorestadora!”, Sampaio destacou a divulgação do plantio de árvores em revistas educacionais afirmando que “assim avançará a idéia, amparada pelos educadores, sempre beneméritos” (SAMPAIO, 1935, p.303).

“não se trata de interferência de técnicos na Educação Escolar, estranhos aos trabalhos pedagógicos correntes, mas apenas do trabalho patriótico de cada cientista, de vulgarizar sua ciência ou especialidade o que seja mister integrar na Educação Nacional, ficando aos pedagogos o cuidado dessa integração, segundo a ética pedagógica” (SAMPAIO, 1935, p.16).

Sampaio utilizou todos os meios de comunicação possíveis na divulgação de seus ideais conservacionistas e de seu conhecimento científico: rádio, jornais, periódicos científicos, revistas de divulgação científica, livros e até cinema¹⁶⁰. Afinal, afirmava ele, “essa proteção não se realiza, senão sob a *“pressão forte da opinião pública”*” (grifos originais) (SAMPAIO, 1938, p.18). Nesse sentido, afirmou ainda:

“(…) me venho batendo por uma ampla divulgação de conhecimentos técnicos que precisam ser “populares”, para que todos saibam como se plantam árvores e se protegem florestas, caça, pesca e belezas geomorfológicas, e assim instruídos, cooperem espontaneamente, não só para a defesa dos bens remanescentes, mas também para o aumento dos que são passíveis de multiplicação”¹⁶¹.

Segundo ele, como já haviam sido criadas as leis de proteção à natureza no Brasil, aquele era o momento de iniciar um amplo trabalho educativo, pois quando as leis não eram vivificadas pela educação do povo, para compreendê-las e respeitá-las, tornavam-se ineficientes (SAMPAIO, 1935, p.15-16): “Se falo em educação, visando a Proteção à Natureza, é que tudo depende do ensino; como é óbvio, essa proteção terá de ser realizada principalmente no Habitat Rural” (SAMPAIO, 1935, p.64).

A abordagem didática é uma característica marcante em sua obra. Uma de suas preocupações em muitos de seus artigos, principalmente naqueles publicados em revistas de divulgação científica e em palestras, mas também em seus livros, era a explicação passo a passo do cultivo de plantas, fosse com o intuito de introduzir jovens botânicos na prática científica, ou com o objetivo de popularizar o cultivo vegetal, em textos que atingiam um público mais amplo.

¹⁶⁰ Sobre algumas de suas palestras no rádio e para uma análise sobre seus conteúdos, ver CAPANEMA, 2005.

¹⁶¹ SAMPAIO, A. J. de. “A 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”, *Revista Nacional de Educação*, ano2, n.18-19, mar./abr. 1934, p.32-33.

Na “escola renovada”, o trabalho individual e eficiente, como o cultivo de espécimes de plantas, tornou-se a base da construção do conhecimento infantil. A escola deveria promover situações em que o aluno pudesse construir o seu próprio saber a partir da observação e da experimentação. A escola seria a base da disseminação dos valores e normas sociais em sintonia com as demandas da sociedade moderna, constituída sob os preceitos do trabalho produtivo e eficiente e da velocidade das mudanças (VIDAL, 2000, p.498).

Nessa perspectiva, a educação assumia um significado político importante. Educar, disciplinar, não mais significava prevenir ou corrigir, mas sim, moldar. Contando com a plasticidade e adaptabilidade da natureza infantil e com sua capacidade natural de ajustamento a fins determinados pela sociedade (CARVALHO, 1997, p.286).

Como afirmaram SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (2000, p.69), o que dava relevância política à educação, naquele período, era a crença em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de participação e mobilidade social.

Sampaio acreditava que o foco das mudanças em relação à conservação da natureza deveriam ser as crianças, pois elas representavam o futuro do país. O importante para ele era “educar os braços juvenis, para que plantem depois sem cessar, árvores e árvores aos milhões!” (SAMPAIO, 1935, p.42).

Como visto anteriormente, impingia-se muita importância ao ensino primário, principalmente nas áreas rurais, na medida em que a escola primária, para a maioria dos habitantes daquelas regiões era o único período de educação. Por isso, Sampaio argumentava a necessidade de um ensino prático, que as preparassem para a vida, “ensinar e habituar a plantar seja o que for desde que útil!” (SAMPAIO, 1935, p.228). Os programas de ensino rural eram extremamente pragmáticos, como mostravam os temas abordados, pois, segundo ele,

“deve o trabalhador rústico saber como se combatem males evitáveis, o impaludismo, a saúva, as verminoses, os ofídios e outros animais nocivos, o alcoolismo, certas doenças das plantas e dos animais domésticos e, onde não haja outros órgãos de ensino, a Escola primária os deve ensinar até onde possível” (SAMPAIO, 1935, p.228-229)¹⁶².

A escola primária era pensada muito mais como uma etapa fundamental de “formação” do que de “instrução”, partindo do pressuposto de que ela seria capaz de regenerar o homem brasileiro e, em consequência, a própria sociedade.

Segundo NAGLE (1974, p.113-114), naqueles anos somente a escola técnico-profissional era considerada tão importante quanto à escola primária. Em muitos planos e reformas, a escolarização primária e o ensino “prático” foram associados, foi quando se difundiu a idéia de que a educação formaria o homem brasileiro se o transformasse num elemento de produção, necessário à vida econômica do país e importante para elevação dos padrões de vida individuais.

Se em um primeiro momento a escola primária “integral” apresentava-se como uma escola ampliada no aspecto curricular, com a introdução de trabalhos manuais, por exemplo, em um segundo momento, pretendia-se alterar sua finalidade inserindo feições de um ensino profissional. Nesse sentido, notemos o esforço de diversificação regional do ensino primário, que mesmo quando traduzia-se na diferenciação entre escola urbana e rural, denunciava o interesse de profissionalização (NAGLE, 1974, p.116).

Segundo PINTO (1986, p.105), a *Escola Nova* partia do princípio de igualdade de oportunidades para todos e de que deveriam ser oferecidas ao educando condições de desenvolvimento de suas potencialidades. Contudo, concordamos com Ana Maria Casasanta Peixoto quando afirma, em sua pesquisa sobre a reforma Francisco Campos em Minas Gerais,

¹⁶² Como afirmado anteriormente, Alberto Sampaio publicou vários artigos sobre questões eminentemente práticas, que devem ser pensados em um contexto amplo de discussões acerca do futuro do Brasil como nação. Acreditamos que esses artigos tinham a mesma função de “multiplicadores de ação” apresentada na *Revista Nacional de Educação*.

que o ideário “reformador” escolanovista, revelava-se conservador em alguns aspectos.

Segundo a autora, o escolanovismo,

“embora possua um potencial libertador, pois insiste no conhecimento da criança e num ensino adequado às suas necessidades (...) colabora para dissimular as verdadeiras causas da marginalização dos novos grupos e as discriminações determinadas pela ordem social e econômica. Ao lado disso, A Escola Nova, com sua ênfase na inserção do indivíduo ao meio, num ensino sob medida, adaptado às necessidades bio-psicológicas, cientificamente aferidas através de testes, não só afasta as possibilidades de crítica aos fundamentos desta mesma ordem social, mas justifica a exclusão e legitima a diferenciação necessária à sobrevivência da ordem industrial” (PEIXOTO, 1992, p.17).

Como observou CARVALHO (1998, p.44-45), esse projeto educacional possuía até mesmo traços autoritários. Os discursos sobre a necessidade de uma política nacional de educação estiveram articulados a projetos de homogeneização cultural e moral, em que foram elaboradas representações do “povo brasileiro” como amorfo, carente e passivo. Nessas falas, a escola era apresentada como instância de homogeneização cultural por via da introjeção de valores e da formação de atitudes patrióticas.

Atribuía-se às elites um papel diretor de qualquer transformação social e delineava-se a figura do Estado como principal agenciador das elites na promoção de uma suposta unidade nacional, exaltando-se, assim, a intervenção deliberada e o controle coercitivo por meio de um poder burocrático.

Ainda segundo a autora, tratava-se de um projeto elitista cujo principal pressuposto era de que a nação só poderia constituir-se mediante o trabalho de direção das elites. O que torna impossível atribuir a muitos protagonistas da “renovação” educacional o papel de arautos da crítica do caráter excludente da escola. As propostas “renovadoras” do período não privilegiaram a satisfação de uma demanda da população, mas sim a efetivação de um projeto específico de sociedade alinhado a uma perspectiva de construção da nacionalidade brasileira (CARVALHO, 1998, p.24-26).

O projeto social dos reformadores da educação e de outros personagens envolvidos nesse empreendimento, como Alberto Sampaio, era imbuído de um nacionalismo militante que identificava na educação seu principal instrumento de transformação, na medida em que esta era invocada como recurso de moldagem do povo (CARVALHO, 1998, p.42). Assim, as reflexões acerca do papel fundamental atribuído à educação naquele momento não devem ser desvinculadas de um contexto mais amplo de discussões acerca da nação brasileira, refletidas nos diversos estudos sobre nossas características materiais e sociais, em propostas de resolução de nossos problemas e em projetos de modernização e desenvolvimento da nação.

Como explicitou CARVALHO (1989, p.55), a educação constituiu-se como uma espécie de chave mágica que viabilizaria a passagem do pesadelo ao sonho, na oposição construída por imagens de um país condenado no presente e de um país futuro desejado.

Uma passagem do livro *Biogeographia Dynamica* é bastante esclarecedora sobre o papel da educação no projeto de nação de Alberto José de Sampaio, bem como sobre sua obsessiva busca pelo “progresso”, pela “ordem” e pela “civilização”, termos caros àquela época:

“se consideramos o que consegue a *Educação* que em última análise é a própria *Civilização*, ensinando a melhorar por parte e sempre as condições do ambiente, até os extremos da mais requintada arte, não poderemos ter a menor dúvida de que um *ambiente desleixado e pobre* é antes de tudo prova inconcussa de *atraso e ignorância*. *Eduquemos, pois, para melhorar!*” (grifos nossos) (SAMPAIO, 1935a, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da documentação pesquisada mostrou que na obra de Alberto Sampaio ciência e sociedade estavam intrinsecamente relacionadas, constituindo perspectivas políticas de desenvolvimento social e econômico do país e perspectivas científicas de constituição de um campo específico do conhecimento: a botânica. Nesse estudo, o destaque foi dado às relações estabelecidas entre seus conhecimentos científicos e a constituição de uma teoria sobre a sociedade brasileira.

A documentação do Museu Nacional permitiu nosso contato com sua rede de sociabilidade científica, bem como com sua prática científica como botânico daquela instituição, o que permitiu que analisássemos a amplitude de sua atuação em diversos setores e a proximidade entre disciplinas, atualmente tão díspares, como sociologia e botânica. A atuação dos profissionais da ciência estava amplamente relacionada a questões sociais.

Nos artigos e livros publicados por Sampaio, suas idéias sobre a possível regeneração do país, considerado atrasado em relação aos países “civilizados”, através de um programa de proteção à natureza foram explicitadas. Suas publicações em jornais e revistas de divulgação científica como em *Chácaras e Quintais*, *O Campo* e *Revista Nacional de Educação*, demonstraram sua grande preocupação em divulgar suas idéias em uma tentativa não somente de ensinar os jovens, mas também no sentido de criar “multiplicadores de ação”.

No conjunto de sua obra, a natureza brasileira e a modificação de suas relações com o homem eram pensadas como instrumentos que viabilizariam o “progresso” nacional. Em seu discurso a questão ambiental era pensada sob uma perspectiva bastante diversa da atual, na medida em que o ambiente natural adquiria sentido principalmente quando ligava-se à prosperidade da nação.

Sampaio construiu sua obra em diálogo com sua contemporaneidade e, inserido em uma rede de sociabilidades, buscava arregimentar colaboradores elaborando estratégias de mudança para o país, tendo em vista um futuro promissor para a nação.

Seus conhecimentos científicos botânicos, fitogeográficos e até mesmo sociológicos eram significativamente legitimadores do papel que almejava ocupar na sociedade, na medida em que, nos anos em que viveu, a ciência assumia cada vez mais um lugar central no reordenamento político-social do país. Havia uma convicção de que a ciência proveria a fundamentação para a modernização nacional.

Alberto Sampaio via em seus conhecimentos científicos instrumentos eficientes na construção de uma nação moderna, desenvolvida e “civilizada”, e sua obra demonstra como os cientistas foram importantes personagens na construção da imagem de um Brasil moderno, desempenhando um papel significativo no conhecimento não apenas da natureza, como também da sociedade brasileira.

Sampaio desenvolveu uma luta em seu presente contra um passado marcado pela destruição e imprevidência em relação ao uso dos recursos naturais brasileiros. O presente apresentava-se como a possibilidade de constituição de um outro modelo de exploração natural e de um futuro pródigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANDRADE, Manoel Correia de. “Uma visão autêntica do Nordeste”. In: FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.21, 1998, p.9-33.
- AZEVEDO, Fernando de. (org.). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d., vol. 2.
- BOMENY, Helena. “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993, p.24-39.
- _____. “Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CAINS, S. A. *Foundations of Plant Geography*. New York: Hafner Press, 1974.
- CAMPOS, Gonzaga de. (org.). “Mappa florestal do Brasil”, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1926. In: ENCINAS, José Imaña (Org.). *Relíquias bibliográficas florestais*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Engenharia Florestal, 2000.
- _____.; SÃO PAULO (ESTADO). *Mappa florestal*. Ed. fac-similar. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1987.
- CAPANEMA, Carolina Marotta. *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza: práticas conservacionistas na década de 1930*. 2003. 94f. Monografia (Graduação em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
- _____. ““Em cada palavra uma semente fértil de nova árvore”: Alberto Sampaio e a divulgação de práticas de proteção à natureza no Brasil”. *Anais do 10º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte, outubro de 2005.

- CARVALHO, José Cândido de M. “A conservação da natureza e recursos naturais na Amazônia brasileira.” In: *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, vol. 7, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, 1967.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- _____. “Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p.269-287.
- _____. *Molde Nacional e Forma Cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*; tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- CORTEZ, Ana Tereza Caceres. “A biogeografia e sua relação com a ecologia”. *Geografia*, Rio Claro, 18 (2), outubro 1993, p.107-116.
- DAJOZ, R. *Tratado de Ecologia*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1974.
- DANSEREAU, Pierre. “Os planos da Biogeografia”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano VIII, n.2, abril-junho, 1946, p.189-210.
- _____. “Introdução à Biogeografia”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n.1, janeiro-março, 1949, p.3-89.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- DESMOND, Adrian & MOORE, James. *Darwin: a vida de um evolucionista atormentado*; tradução Cynthia Azevedo, 4ª edição revista e ampliada, São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- DIACON, Todd A. *Stringing Together a Nation: Cândido Mariano da Silva Rondon and the construction of a modern Brazil, 1906-1930*. Durham and London: Duke University Press, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- DRUMMOND, José Augusto. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.177-197.
- _____. “A Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo”. *Ambiente & Sociedade*, ano II, n. 3 e 4, 1998/1999, p. 127-149.
- DUARTE, Regina Horta. ““Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.11(1), jan.-abr. 2004, p.33-56.
- _____. “Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, 41:2, 2005, p.144-161.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Folha de São Paulo, 1994-1995.
- FERRI, Mário Guimarães. “A Botânica”. In: AZEVEDO, Fernando de. (org.). *As Ciências no Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d., vol. 2, p.151-200.
- _____. *Vegetação Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- _____. & MOTOYAMA, Shozo (org.). *História das Ciências no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979-1980.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. e LOPES, Maria Margaret. “A difusão da ciência e da tecnologia através da imprensa e dos periódicos especializados (São Paulo, 1890-1930)”. *VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Rio de Janeiro, 1997, p.190-195.
- FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930 -1940*. 2002. 282 f. Tese (Doutorado em História Social e das Idéias). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília. Brasília, 2002a.
- _____. “A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional”. *Varia Historia*, Dossiê História e Natureza, Departamento de História, UFMG, Belo Horizonte, n.26, janeiro 2002b, p.77-96.
- _____. & DRUMMOND, José Augusto. “Alberto José Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza”. *Varia Historia*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, n.33, 2005, p.129-159.

- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª ed. rev. [1ª ed., 1937]. São Paulo: Global, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999, p.53-72.
- GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. *Mapas e mapeamentos: dimensões históricas; as políticas cartográficas em Minas Gerais (1850-1930)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
- GOOD, Ronald. *The geography of the flowering plants*. 4ª ed. London: Longman Group LTDA, 1974.
- HOBBSAWM, Eric. “Rumo ao abismo econômico”. In: *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.90-112.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- IBGE. *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Série Manuais Técnicos em Geociências, n.1. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- JOLY, Carlos A. *et. al.* “Evolution of the Brazilian phytogeography classification systems: Implications for biodiversity conservation”. *Ciência e Cultura Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*, vol. 51 (5/6), September/December 1999.
- KUHLMANN, Edgar. “Noções de biogeografia”. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 35(254), jul./set., 1977, p. 48-111.
- LEFF, Enrique. “Vetas y Vertientes de la Historia Ambiental Latinoamericana. Una nota metodológica y epistemológica”. *Varia Historia*. Dossiê: História ambiental (feita) na América Latina. Departamento de História, UFMG, Belo Horizonte, n.33, janeiro 2005, p.17-31.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol.1. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.95-106.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.
- LISBOA, Karen M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1997.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

- MACHADO, Lia Osorio. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Br., 1995, p.309-353.
- MAGNANINI, Alceo. “A Situação Atual da Biogeografia no Brasil – Suas Características e Problemas”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV, n. 4, out.-dez. 1952, p.457-462.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARTINI, Augusto Jerônimo. *O plantador de eucaliptos: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade*. 2004. 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; EICHLER, August Wilhelm; URBAN, Ignatz. *Flora Brasilienses*, vol. 1, Part. 1, Fasc. *unplaced* prancha 61. Disponível em: <<http://florabrasiliensis.cria.org.br/>>. Acesso em: 07/08/2006.
- MAYR, Ernest. *The Growth of Biological Thought: Diversity, Evolution, and Inheritance*. Cambridge: Harvard University Press, eleventh printing, 2000.
- McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso – a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1992.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- MENDONZA, Josefina Gómez; MUÑOZ JIMÉNEZ, Julio; CANTERO, Nicolás Ortega. *El pensamiento geográfico: Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. 2. ed. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- MILLER, Shawn William. *Fruitless trees – portuguese conservation and Brazil’s colonial timber*. Standford, Califórnia: Stanford University Press, 2000.
- MOLINA, Manuel González de. “La crisis de la modernidad historiografica y el surgimento de la historia ecologica”. In: CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DO ATLÂNTICO. *História e meio-ambiente: o impacto da expansão européia*. Madeira: CEHA, 1999, p.17-51.

- MORAES, Maria Célia Marcondes de. “Educação, Política e Ideologia – Análise de algumas propostas educacionais de Francisco Campos.” *Educação em Revista*, (16), dez. 1992a, p.5-11.
- _____. “Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos.” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 73, n. 174, maio/ago., 1992b, p. 291-321.
- MOREIRA, I. de C. e MASSARANI, L. “A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 1920”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.7(3), nov. 2000 - fev. 2001, p.627-651.
- MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.
- NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Sempre Alerta! O Movimento Escoteiro no Brasil e os projetos nacionalistas de educação infanto-juvenil 1910-1945*. 2004. 174 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- NOMURA, Hitoshi. “Alberto José de Sampaio”. In: *Vultos da Botânica Brasileira*. Parte II. Coleção Mossoroense, série C, vol.774, 1992, p.123-125.
- NOVAES, Ricardo Lafetá. *O tempo e a ordem: sobre a homeopatia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ODUM, E. *Ecologia*. São Paulo: EDUSP/Pioneira, 1969.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Visões do Brasil”. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/nav_gv/htm/6Cenario_socio_cultural/Visoes_do_Brasil.asp>. Acesso em 31/05/2006.
- _____. “A conquista do oeste”. Disponível em:
<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/A_conquista_do_oeste.asp>. Acesso em 31/05/2006.
- PÁDUA, José Augusto. “Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil”. In: PÁDUA (org.), *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- _____. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

- _____. “Herança romântica e ecologismo contemporâneo – Existe um vínculo histórico?”. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Depto de História da Fafich/UFMG, n.33, 2005, p.58-75.
- PAULY, Philip J. *Biologists and the promise of american life: from Meriwether Lewis to Alfred Kinsey*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. “A Escola no projeto de construção do Brasil Moderno – a reforma Francisco Campos em Minas Gerais.” *Educação em Revista*, Belo Horizonte, (16), dez. 1992, p.12-17.
- PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. “Alberto Torres: uma obra, muitas leituras”. *Revista ALPHA*. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, ano 5, n.5, nov. 2004, p.118-131.
- PINTO, Fátima Cunha Ferreira. *Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1986.
- PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1989, p. 359-409.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em: 01/02/2006.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de Julho de 1934). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 17/07/2006.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 03/08/2006.

- RIBEIRO, Renato Janine. “Memórias de si, ou...”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.21, 1998.
- RIZZINI, Carlos Toledo. *Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições Ltda., 1997.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a idéia de progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SALGADO, Álvaro. *A radiodifusão educativa no Brasil (notas)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- SANTOS, Cláudia Penha dos. *As comissões científicas da Inspeção de Obras contra as secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)*. 2003. 107 f. Dissertação (Mestrado). Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/bvsSP/?IsisScript=iah/iah.xis&nextAction=lnk&base=TESESSP&lang=p&format=detailed.pft&indexSearch=ID&exprSearch=402118>. Acesso em 04/08/2006.
- SANTOS, Maria Juraci Zani dos. “Introdução à Biogeografia”. *Boletim de Geografia - UEM*, ano 3, n.3, jan., 1985, p.59-68.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência – formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4ª ed. [1ª ed. 1914]. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- _____. *As fontes da vida no Brasil*. 2ª ed. [1ª ed. 1915]. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- TROPPIAIR, R. *Biogeografia e meio ambiente*. Rio Claro: Ed. do autor, 1987.
- URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação McArthur, 1998.
- VEIGA, Cynthia Greive. “Educação estética para o povo”. In: LOPES, Eliane M. Teixeira et. al. *500 anos de Educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-422.

- VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antônio Lourenço R.; LIMA, Jorge, Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.
- VIDAL, Diana Gonçalves. “Escola Nova e processo educativo”. In: LOPES, Eliane M. Teixeira et. al. *500 anos de Educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 497-517.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.198-215.

FONTES

1. Documentação manuscrita - Arquivo pessoal de Alberto Sampaio/Museu Nacional

- “LIVROS Particulares de Propriedade do Professor A. J. de Sampaio”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.
- MELLO FILHO, E. de “Discurso pronunciado em 10 de fevereiro de 1947, na solenidade dedicada à memória de Alberto José de Sampaio, pelo representante do Museu Nacional e do Conselho florestal Federal, Dr. Luiz Emygdio de Mello Filho”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA, Diretoria Geral de Expediente. Designação de A. Sampaio para constituir a comissão incumbida de elaborar um projeto de decreto referente às missões estrangeiras no Brasil. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1932. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 22.
- MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.3, f.49.
- MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.3/2, f.3v.
- MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.19-20v.
- MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.121-121v.
- MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.18, f.3v.
- MUSEU NACIONAL, Seção Botânica, DB 28.
- SAMPAIO, Alberto José de. “A escolha das árvores mais próprias para cada área a arborizar”. *Radio*, jan. 1924.
- _____. “Qualidades do terreno e sua exposição ao sol e aos ventos”. *Radio*, n.11, 15 mar. 1924.
- _____. “Considerações gerais”. *Radio*, 15 dez, 1924.
- _____. “As florestas industriais no Brasil”, palestra proferida na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, s.d.. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Paineiras em flor”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Árvores Desgrenhadas”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em abril de 1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “As florestas industriais no Brasil – sua importância para o país, seu valor para o mundo”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, s.d.. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “O problema da árvore no Instituto Pasteur de Paris”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 17/06/1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.

- _____. “Algumas palavras após a palestra do Dr. Edmundo Navarro de Andrade sobre ‘Os plantios de eucaliptos em São Paulo’”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 24/07/1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Algumas palavras sobre os plantios de Eucalyptus em São Paulo”, palestra proferida na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em julho de 1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Como se planta bem uma árvore”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 19/08/1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Como se cultivam as orquídeas”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, outubro 1925. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “A sede da madeira”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 15/01/1926. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. Curso de silvicultura prática na Rádio Sociedade: “Como se preparam florestas nativas”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 24/03/1926. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. Curso de silvicultura prática na Rádio Sociedade: “Quais os terrenos a florestar”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 31/03/1926. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. Curso de silvicultura prática na Rádio Sociedade: “As melhores árvores para florestar”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, s.d.. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Botânica na Escola primária e no escotismo”, palestra na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, outubro 1930. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 36.
- _____. “Correspondência com Levi Carneiro em 1936 e Memorial relativo a meus trabalhos inéditos”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.
- _____. “Biografia do Prof. A. J. de Sampaio, do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1937”. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.
- _____ a Berta Lutz, correspondência de 01/07/1938. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 29.
- _____ a Heloisa Alberto Torres, correspondência de 13/02/1939. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 08.
- _____ a Heloisa Alberto Torres, correspondência de 05/07/1939. Museu Nacional, Seção Botânica, DB 08.

2. Fontes impressas

- AZEDO, Raul. “A educação nacional”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.122-123, 1936, p.134-139.
- COLEÇÃO DAS LEIS DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS BRASIL, de 1918, vol.2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p.105-7.
- CORREIA FILHO, Virgílio. “Vultos da Geografia do Brasil – Alberto José de Sampaio”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI, n. 2, abr.-jun. 1949, p.263-66.
- *CORREIO DA MANHÃ*, domingo, 08/07/1934, p.8.
- CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi – Óbidos - Tumucumaque*. 3ª ed. Coleção Brasileira, vol.113. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- D.F.C. “Bibliografia – Apontamentos bio-bliográficos de geógrafos brasileiros contemporâneos: Professor Alberto José de Sampaio”. *Boletim Geográfico*, ano I, n.5, ago. 1943, p.179-190.
- MACHADO, Amélia da Matta. “O ensino rural”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.122-123, 1936, p.87-88.
- MARCGRAVE, Jorge. *História Natural do Brasil*; tradução de Alberto José de Sampaio. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942, 397p.
- MELLO-LEITÃO, Cândido de. *A Biologia no Brasil*, Coleção Brasileira, v. 99. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937a.
- _____. *Zoogeografia do Brasil*. Coleção Brasileira, vol. 77. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.
- _____. “Fitogeografia”. In: *Compêndio de Biologia – Biologia Geral e Botânica*, vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, p.408-421.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Museu Nacional. Decretos: n.7.862, de 10 de fevereiro; n.7.918, de 24 de março; e n.8.052, de 2 de junho de 1910, referentes à sua reorganização. Rio de Janeiro, Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1910.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, Museu Nacional. Regulamento que baixou com o decreto n.9.211, de 15 de dezembro de 1911. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Regulamento do Museu Nacional adotado pelo Decreto n.11.896, de 14 de janeiro de 1916. Rio de Janeiro, 1930.

- REGULAMENTO DO MUSEU NACIONAL, aprovado pelo Decreto n.19.801 de 27 de março de 1931 (Publicado no “Diário Oficial” de 5 de Abril de 1931 e retificado nos de 7, 8 e 9 de Abril de 1931). Rio de Janeiro, 1936.
- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. “Apresentação”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.1, janeiro 1939a, p.3-8.
- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. “Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, n.1, janeiro 1939b, p.9-17.
- REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. “Alberto J. de Sampaio”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano VIII, n.4, out.-dez. 1946, p.602-604.
- SAMPAIO, Alberto José de. “Uma *Orchidacea* nova: *Restrepia dusenii* A. Samp. n. sp.” *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 15, 1909, p.187-192.
- _____. “Plantas Carnívoras” – Relatório apresentado ao 4º Congresso Médico Latino Americano. Rio de Janeiro, 1 a 8 de agosto de 1909.
- _____. “As formigas e as plantas”. *Almanak Agrícola Brasileiro*, São Paulo, 1, 1912, p. 216-220.
- _____. “Dicionário Ilustrado das Plantas Úteis do Brasil” (esboço). *Almanak Agrícola Brasileiro*. São Paulo, 1912.
- _____. “O Parque Imperial de Schonbrunn, em Vienna”. *Chácaras e Quintais*, vol. IX, n.6, junho de 1914, p.7-8.
- _____. “As saúvas no cômodo”. *Chácaras e Quintais*, set. 1915.
- _____. “Plantas que fornecem madeiras”. *Biblioteca Agrícola Popular Brasileira*. São Paulo, avulso, fascículo 17, 1915.
- _____. “Plantas venenosas ou mais ou menos nocivas para o gado”. *Almanak Agrícola Brasileiro*, São Paulo, 1916 (2ª edição aumentada com a colaboração do Dr. Humberto Gusmão, com 80 figuras, *Almanak Agrícola Brasileiro*, 5:257-290, 1925).
- _____. “Relatório da Comissão desempenhada na Europa para aperfeiçoamento de conhecimentos botânicos”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 18, 1916, p.65-118.
- _____. “A flora de Mato Grosso – Memória em homenagem aos trabalhos botânicos da Comissão Rondon” (10 mapas). *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 19, 1916, p.1-126.
- _____. “A Seção de Botânica no primeiro século de existência do Museu Nacional”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 22, 1919, p. 38-47.

- _____. “A indústria açucareira como base da Silvicultura”. *O Brasil Agrícola*. Rio de Janeiro, 1920.
- _____. “O Museu Nacional em defesa da flora brasileira, em prol da evolução econômica do país” – Discurso. *Boletim da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia*, Campos, 1922.
- _____. “Bibliografia botânica: relativa à flora brasileira, com inclusão dos trabalhos indispensáveis aos estudos botânicos no Brasil”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, jan. 1924, p. 111-125.
- _____. “As florestas industriais para combustível vegetal”. *Chácaras e Quintais*, vol. 31, n.1, 15 jan. 1925, p.21-23.
- _____. “O Problema Florestal no Brasil, em 1926 - Relatório apresentado ao Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio, 1926”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Gráfica Ypiranga, vol. 28, dez. 1926, p. 55-173.
- _____. “A nomenclatura botânica e o método de tipos”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Pimenta de Melo, v. 2, n. 3, 1926.
- _____. “Técnica da colheita de material botânico no litoral do Brasil: para estudos organográficos, fitográficos, florísticos, ecológicos e taxonômicos”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, v. 2, n. 3, 1926, 19 p.
- _____. “O Congresso do Café”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n.4, (nº especial dedicado ao café), dez. 1927.
- _____. “Atuais Dificuldades da Sistemática do gen. Coffea – Trabalho apresentado ao Congresso do Café de São Paulo, out. 1927”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n.4, dez. 1927.
- _____. “Fitogeografia Genética”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, jan. 1928.
- _____. “Genética Vegetal – Tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia”, Rio de Janeiro, julho 1929. *Actas e Trabalhos*, vol. 1, 1929.
- _____. “A Flora Brasileira sob o ponto de vista fitogeográfico”. *Annaes da Academia Brasileira de Ciencias*, t.1, n.3, setembro 1929.
- _____. “Organização de Herbários Agrônômicos – e especialização de agrônomos em sistemática por gênero”. Folheto editado pelo *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*; e na revista *Rural*, nov. 1929.
- _____. “Endemismos na Flora Neotrópica”. *Actas do Congresso Internacional de Biologia de Montevideo*. Fasc. 1, 1930.

- _____. “Genética e Florística”. *A Ordem*. Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1930.
- _____. “Leguminosas Tóxicas”. *Chácaras e Quintais*, 15 abr. 1930.
- _____. “Ecologia e Genética na Reflorestação”. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, jul.-ago. 1930.
- _____. “Fitogeografia do Brasil”. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, dez. 1930, p. 271-299.
- _____. “Os Campos do Brasil: Estudo fitogeográfico visando à agronomia”. *O Campo*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, 1930, p.34-37.
- _____. “Instruções para a organização de Herbários Agronômicos, visando o estudo especializado de cada gênero e o desenvolvimento de estudos florísticos regionais”. *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, (folheto), 1930. (Reproduzido no *Almanak Agrícola Brasileiro*, 1930-31).
- _____. “*Eufilicineas* do rio Cuminá”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 32, 1930, p. 7-48.
- _____. “Como organizar herbários agronômicos”. *Almanak Agrícola Brasileiro*. São Paulo, 19, 1930-31, p. 279-284.
- _____. “Herbários Agronômicos e sua finalidade” (com 4 estampas). *A Lavoura*. Rio de Janeiro, abr., mai., jun., 1931.
- _____. “Nota sobre Habitat Rural Rudimentar no Brasil” (com a colaboração do Prof. Magalhães Correa). *Actas do Congresso Internacional de Americanistas de La Plata*, 1932, I.1.
- _____. “A Goethea no Jardim da Academia - Discurso em ocasião da comemoração do centenário da morte de Goethe”, 31 de março 1932. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, número dedicado a Goethe, 1932.
- _____. “O Habitat Rural na Geografia Humana” (Conferência na Sociedade Nacional de Agricultura), *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1932.
- _____. “Como se classifica uma planta”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 2, novembro 1932, p. 3-14.
- _____. “Habitat Rural”, *Correio da Manhã*, novembro de 1932.
- _____. “Genética do Café” – Nota à Sociedade Nacional de Agricultura, em 1/12/1932. *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1932.
- _____. “Flora do rio Cuminá: (Estado do Pará). *Cyperaceas, Malpighiaceas e Leguminosas*”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 34, 1932, p. 49-206.

- _____. “Flora do rio Cuminá – resultados botânicos da Expedição Rondon à serra Tumuc-Humac em 1928”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 35, 1933, p. 9-206.
- _____. “O Babaçu (notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 6, março 1933, p. 37-43.
- _____. “A Carnaúba (notícia para um filme educativo preparado no Museu Nacional)”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 7, abril 1933, p. 54-59.
- _____. “Conselheiro Saldanha da Gama”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 7, abril 1933, p. 24-26.
- _____. “Prof. Emmanuel de Martonne”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 9, junho 1933, p. 16-18.
- _____. “A Geografia Humana na Escola Rural”, *Jornal do Comercio*, 4 de julho de 1933.
- _____. “O tricentenário da Quina”. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, ano 1, n. 10, julho 1933, p. 1-10.
- _____. “Sistemática das plantas”. *Revista Nacional de Educação*, ano 1, n. 11-12, ago./set. 1933, p. 10-16. (Publicado também no *Boletim Veterinário do Exército*, junho 1934).
- _____. “Clubes de Amigos da Natureza nas Escolas Primárias”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 13-14, out./nov. 1933, p. 45-47.
- _____. “Proteção à Natureza no Brasil: estudo especial de nossas possibilidades atuais para a individualidade do método brasileiro, de proteção à natureza”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 15, dezembro 1933, p. 26-28.
- _____. “Genética e Sistemática Experimental do Cafeeiro e das Plantas Superiores em geral” – Série de artigos publicados na *Revista do Departamento Nacional do Café*, de outubro de 1933 a abril de 1935.
- _____. “A 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 18-19, mar./abr., 1934, p. 31-33.
- _____. “Sociedade dos Amigos das Árvores: postulados sobre o problema florestal”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 18-19, mar./abr. 1934, p. 90-91.
- _____. “Histórico da taxonomia vegetal para uso de iniciandos”. *Revista Nacional de Educação*, ano 2, n. 20-21, mai./jun. 1934, p. 28-32.
- _____. “Habitat Rural Brasileiro”, *Correio da Manhã*, 10 de julho de 1934.

- _____. “Contribuição da Escola Regional para o melhoramento do Habitat Rural: O Ensino e os Subsídios Técnicos” – Conferência na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. *Revista de Educação*, Vitória, ano 1, n.7 e 8, out.-nov. 1934, p.9-26
- _____. “A Flora Brasileira e suas plantas medicinais”. Série de artigos na *Revista da Flora Medicinal*, Rio de Janeiro, 1934.
- _____. “Sistemática dos Algodoeiros”. *Algodão*. Rio de Janeiro, janeiro 1935.
- _____. “Sistemática dos Cafeeiros”. *Revista do Departamento Nacional do Café*, maio 1935.
- _____. “Clubes Escolares de Amigos da Natureza”. “Primeira conferência brasileira de proteção à natureza: Relatório”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 11, n. 1, 1935, p.50-51.
- _____. “A Pesquisa e a Diversificação do Ensino (da Botânica) – Contingência da Técnica segundo o Habitat” - Quadro didático, *Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1935.
- _____. “Quadro didático do Sistema de Engler (1924) para o Secundário (as grandes divisões do reino Vegetal, na terminologia clássica, em comparação com a linguagem vulgar, indicada em quadro especial para Escola Primária)”, *Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1935.
- _____. “Primeira conferência brasileira de proteção à natureza: Relatório”. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 11, n. 1/2, 1935, 230p.
- _____. *Biogeographia Dynamica: A Natureza e o Homem no Brasil – noções gerais e estudo especial da “Proteção à Natureza” no Brasil*. Coleção Brasileira, vol. 53. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- _____. “O Ensino da Genética no Brasil, em Curso Secundário ou Iniciação – Uma norma”. *Algodão*, IV, n.33-34, jul.-ago. 1937.
- _____. “Junto de cada choupana uma horta e um pomar” – A propósito do livro da Profª C. Rangel de Moraes – A Escola Primária Ruralizada - Planos de Aula-Livre I, Petrópolis, 1936. *Boletim de Ariel*, ago. 1937.
- _____. “Sobre o Cacau” – A Propósito de Pierre Monbeig, *Colonisation, Peuplement et Plantation de Cacao dans le Sud de l’Etat de Bahia*, em *Annaes de Geographia*, de Paris, jan. 1936. *Boletim de Ariel*, ago. 1937.
- _____. *Phytogeographia do Brasil*. Coleção Brasileira, vol. 35. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. (1ª edição 1934).
- _____. “Moldura florística às obras de engenharia rural”. *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.2, abril-junho de 1941, p.415-421.

- _____. “Genética Vegetal (Apontamentos que serviram de base à tese apresentada ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, julho, 1929)”. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.395-461.
- _____. “Histórico da Geografia Botânica – contribuição para o ensino de Fitogeografia do Brasil”. *Archivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 37, 1943, p.465-486.
- _____. *A alimentação sertaneja e o interior da Amazônia: onomástica da alimentação rural*. Coleção Brasileira, vol. 238. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.
- _____. “Iniciação de Geógrafos nos Princípios da Arte e na sua Filosofia”. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano II, n.15, jun. 1944, p.281-84.
- _____. “Minha homenagem ao bandeirante da ciência de laboratório (J.B.Lacerda)”. Comemoração do Centenário de J.B.Lacerda. Rio de Janeiro, *Museu Nacional*, avulso n. 6, 1946.
- _____. “Nomes vulgares de plantas do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro”. *Boletim do Museu Nacional – Série Botânica*, Rio de Janeiro, n. 4, 15 jan. 1946.
- SANTIAGO, Alice de Andrade. “Ruralismo e educação”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.128-133, jul.-dez. 1936, p.23-25.
- SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “A obra torreana numa visão retrospectiva. Fundação e atuação da S.A.A.T. de novembro de 1932 até os dias de hoje”. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1936. Museu Nacional, Seção Botânica.
- SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “Transcrições”. “Programa de trabalho para 1936 da Seção dos clubs agrícolas escolares”. *Revista do Ensino*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, ano X, vol.10, n.125-127, abr.-jun. 1936, p.107-108.
- SOCIEDADE DOS AMIGOS DE ALBERTO TORRES. “Estatuto”. Museu Nacional, Seção Botânica.
- VARGAS, Getúlio. “Educar”. Discurso pronunciado na Bahia, pelo Sr. Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, em 28 de agosto de 1933. *Revista Nacional de Educação*, ano I, n.11-12, ago.-set. 1933, p.9.

ANEXO I

ANO	PERÍODO	LOCALIDADE ¹⁶³
1905	10/11 a 31/12	Informação não disponível
1906	01/01 a 20/01	Informação não disponível
1907	31/07; 9, 11-14, 16, 18-21/11	Informação não disponível
1908	24-30/04; 04-06/05; 16-26/05; 22-30/06; 22-31/07; 10, 18-25/08; 23-30/09; 16- 23/10; 06-13/11; 10-17/12	Informação não disponível
1909	14, 25-26, 28/06; 10-30/09; 01/10 a 10/11	Informação não disponível
1919	15/03 a 31/12	Estado do Rio de Janeiro
1920	01/01 a 10/06	Estado do Rio de Janeiro
1921	Outubro a 31/12	Estado do Rio de Janeiro
1922	01/01 a 26/12	Estado do Rio de Janeiro
1925	15-30/09	Estado de São Paulo
1926	01-27/05	Estado de São Paulo
1927	10-25/10	Estado de São Paulo ¹⁶⁴
1928	17/08 a 31/12	Pará e Amazonas
1929	01/01 a 03/05	Pará e Amazonas
1933	2 dias do mês de Julho (não especificados)	Informação não disponível
1934	Fevereiro e Março	Estado de Minas Gerais ¹⁶⁵
1936	10/02 a 15/05	Estado do Rio de Janeiro
1937	07/02 ao fim do mesmo mês e 2 dias no mês de Setembro	Informação não disponível
1939	Março, Abril a 09 de Maio	Estado do Rio de Janeiro
1940	Janeiro a Dezembro	Informação não disponível

FIGURA 1: Quadro das excursões realizadas por Alberto José de Sampaio entre 1905 e 1940.
Fonte: MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.19-22; BR MN MN.DR.PE, ASS.3/2, f.3v.

¹⁶³ As informações extras sobre algumas excursões foram disponibilizadas somente em dois casos devido à indisponibilidade de maiores dados sobre as outras viagens nos livros de assentamentos de funcionários efetivos do Museu Nacional a que tivemos acesso. Cf. MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.19-22; BR MN MN.DR.PE, ASS.3/2, f.3v.

¹⁶⁴ “Esteve em Comissão deste Instituto [Museu Nacional], no estado de São Paulo, por ordem do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio”. MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.21.

¹⁶⁵ “Esteve os meses de fevereiro e março de 1934 em excursão no Estado de Minas Gerais, a fim de confirmar o estudo a respeito dos campos gerais e atender ao convite do Diretor da Faculdade de Medicina daquele Estado”. MUSEU NACIONAL, BR MN MN.DR.PE, ASS.5, f.21.

ANEXO II

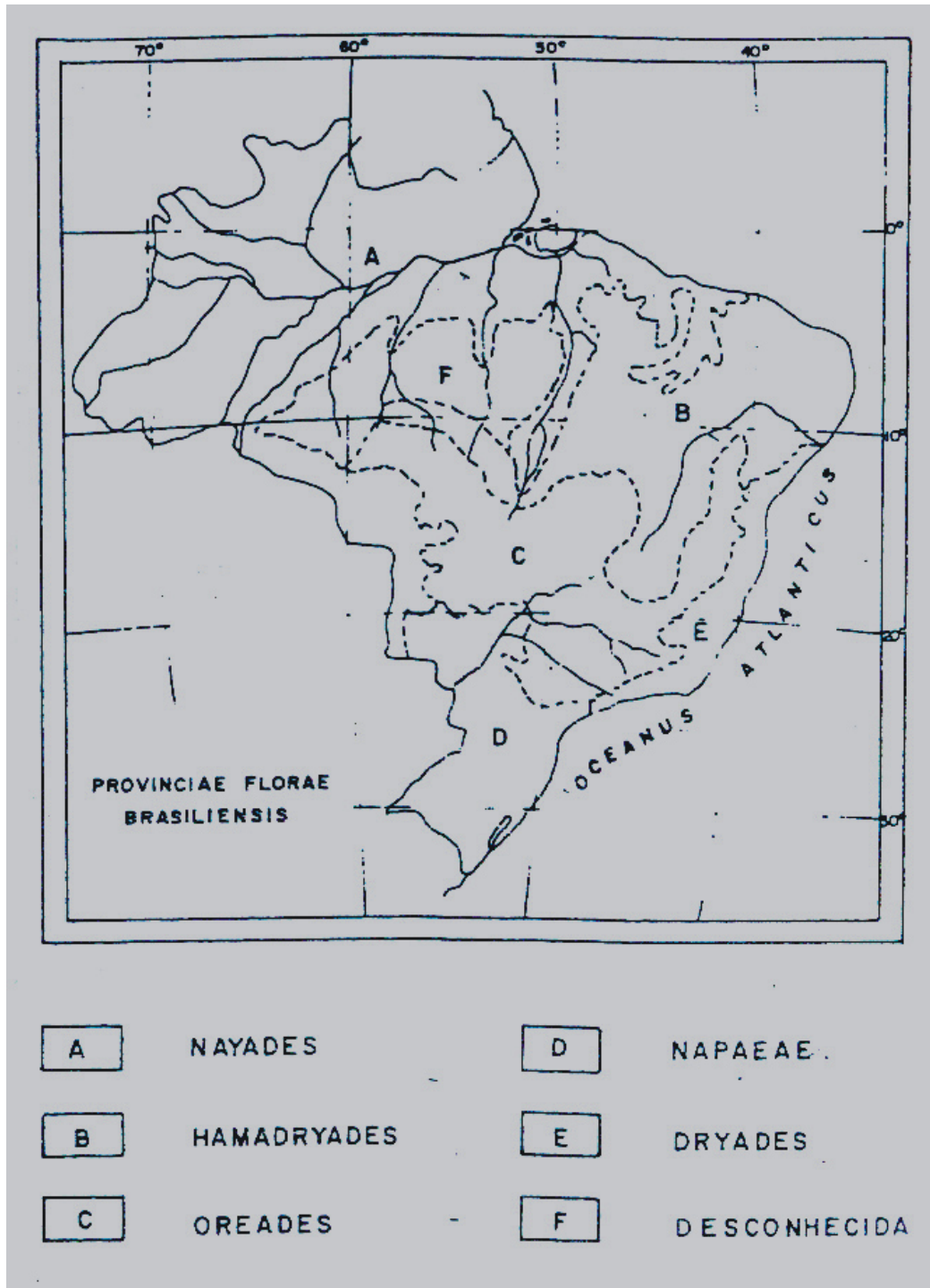


FIGURA 2: Mapa fitogeográfico da vegetação brasileira - Divisão florística de Martius.
 Fonte: FERRI, M. G. *Vegetação Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980 *apud* VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991, p.16.

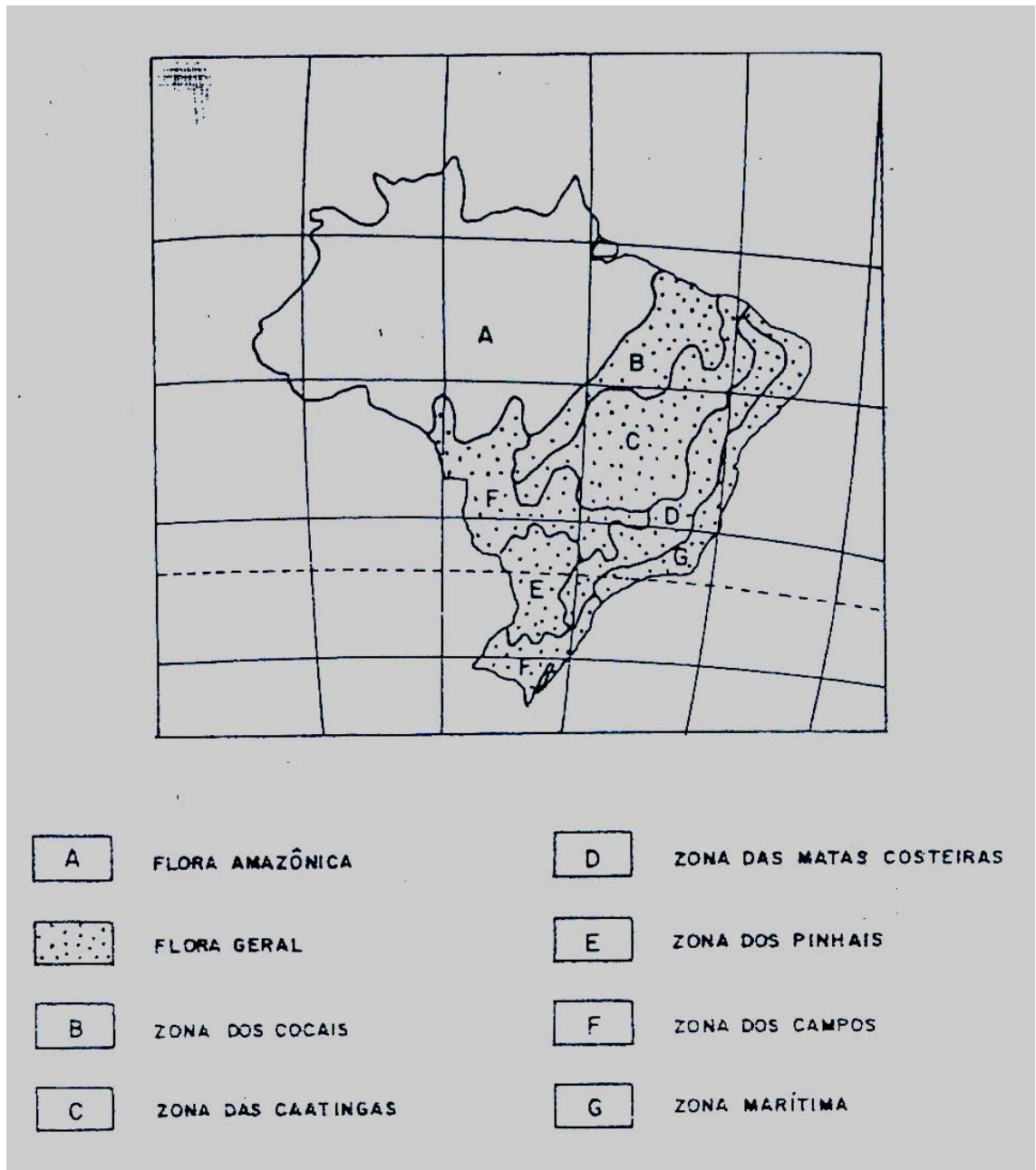


FIGURA 3: Mapa fitogeográfico do Brasil segundo Alberto José de Sampaio.
 Fonte: SAMPAIO, A.J. de. *Fitogeografia do Brasil*. 3. ed. Coleção Brasileira, vol. 35. São Paulo. Rio de Janeiro: 1945 *apud* VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA. *Classificação...* Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991, p.19.

ANEXO III



FIGURA 4: Fotografia de Alberto José de Sampaio (sem data).

Fonte: Museu Nacional, Seção Botânica, DB 31.



FIGURA 5: Fotografia de Alberto Sampaio no Congresso Internacional de Geografia de Paris, setembro de 1931. Bureau da Seção de Biogeografia: presidente Prof. Negri; vice-presidente Prof. Alberto Sampaio (esquerda); secretário Prof. Sorre.

Fonte: Museu Nacional, Seção Botânica, DB 25.

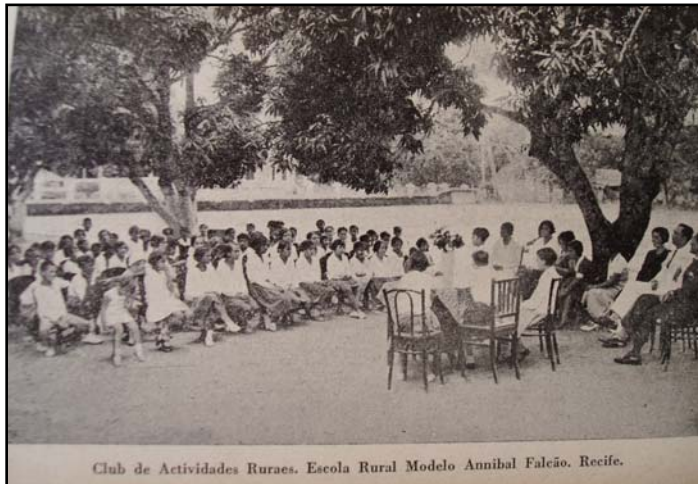


FIGURA 6: Foto do Club de Atividades Rurais. Escola Aníbal Falcão. Recife.

Fonte: SAMPAIO, 1935, p.64.

FIGURA 7: Foto da “Hora da Natureza”, promovida pela Escola Aníbal Falcão. Recife.

Fonte: SAMPAIO, 1935, p.56.

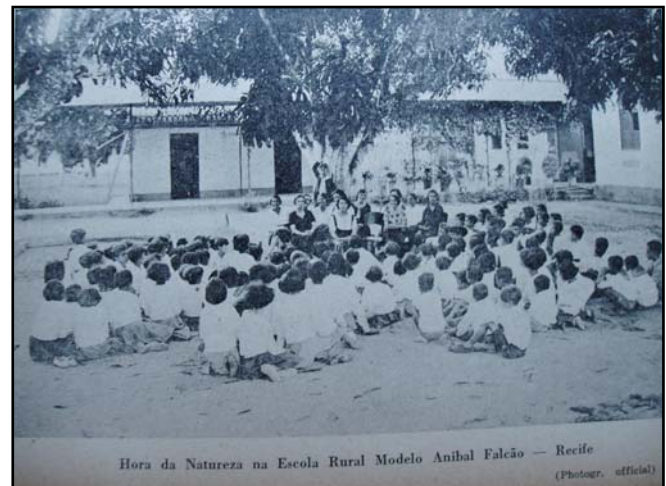


FIGURA 8: Foto do encerramento do Curso das Professoras de Escolas Regionais. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (sem data). Em destaque, Alberto José de Sampaio. Fonte: Museu Nacional, Seção Botânica, DB 25.